UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFBA
MESTRADO EM FILOSOFIA

FELIPE ROCHA LIMA SANTOS

O PENSAMENTO COMO FIGURAÇÃO

SALVADOR
2010

FELIPE ROCHA LIMA SANTOS

O PENSAMENTO COMO FIGURAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr.Alexandre Noronha Machado

SALVADOR
2010

Santos, Felipe Rocha Lima
S237 O pensamento como figuração / Felipe Rocha Lima Santos. – Salvador, 2010.
127 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Noronha Machado

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Filosofia da linguagem. 2. Tractatus logico-philosophicus. 3. Pensamento. I. Machado, Alexandre Noronha. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 193

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação – Salvador – Ba – CEP 40210-730
Tel.: (71) 32836439 //Fax: 32836449 – site: www.ppgf.ufba.br/ e-mail: ppgf@ufba.br

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE FELIPE ROCHA LIMA SANTOS, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, foi instalada pelo Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva , diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humans em nome do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA, a sessão pública para julgamento da Dissertação Final elaborada pelo mestrando **Felipe Rocha Lima Santos**, intitulada: **"Pensamento como figuração".** Em seguida, o orientador Prof. Dr. Alexandre Noronha Machado (UFBA/UFPR) deu continuidade aos trabalhos. A Banca julgadora foi constituída pelos seguintes professores: Prof. Dr. Alexandre Noronha Machado (Orientador/UFBA), Prof. Dr. Paulo Faria (UFRGS) e Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA). Passou-se à exposição do mestrando Felipe Rocha Lima Santos, seguida da argüição dos professores integrantes da banca. A Banca reuniu-se, então, em separado, tendo resolvido, por unanimidade, pela aprovação, com a nota 10,0 (Dez), com distinção e louvor. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata. Salvador, 07 de dezembro de 2010.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao amigo e orientador Alexandre Noronha, que me aceitou como aluno especial em suas disciplinas no mestrado, em 2006, e que depois, em 2008, aceitou-me como seu orientando, mesmo não tendo eu nenhuma formação em Filosofia nem em ciências humanas, acreditando assim em minha pessoa e em meu potencial. Sem dúvida, sua orientação foi exemplar e fundamental para o sucesso de meu trabalho, salientando que, mesmo fisicamente distante, residindo em outro estado, Alexandre continuou sua orientação com a mesma proximidade e a mesma atenção de sempre.

Agradeço também ao prof. João Carlos Salles, tanto por suas considerações quando fui seu aluno no mestrado, como pelas considerações no exame de qualificação e na avaliação final desta dissertação.

Ao prof. Paulo Faria, pela sua participação na banca examinadora desta dissertação e pelas valiosas críticas a este trabalho, que foram levadas em consideração para a elaboração da versão final de meu trabalho.

À Lorena, por estar sempre ao meu lado ouvindo, ajudando e compreendendo o meu momento como pesquisador, me dando apoio e incentivo desde o início dessa jornada.

À minha família e amigos, pelo apoio e paciência.

Ao Departamento e ao Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal compreender o papel do pensamento como condição essencial para o uso da linguagem como figuração da realidade de acordo com o *Tractatus Logico-Philosophicus*. A teoria da figuração, como normalmente é conhecida, é uma das teses centrais do *Tractatus* que busca descrever quais condições são essenciais para que a linguagem possa representar a realidade, ou seja, para que seja possível falar verdadeiramente ou falsamente de como as coisas são. As condições essenciais para que ocorra a figuração foram inicialmente identificadas como: (1) a bipolaridade da proposição; (2) toda figuração deve possuir uma estrutura; (3) toda figuração deve possuir uma forma de afiguração; (4) toda figuração deve possuir a relação afiguradora; (5) toda figuração deve possuir uma forma lógica. Para alguns interpretes do Tractatus, não há necessidade de nenhuma outra condição além destas. Porém, outros defendem que existe mais uma condição essencial para que a figuração ocorra, que é o pensamento como um elemento intencional.

Para avaliar a necessidade do pensamento como condição essencial da figuração, foi realizada a seguinte estratégia investigativa: após a introdução, no segundo capítulo, foram apresentados os aspectos gerais do *Tractatus*, de acordo com a interpretação tradicional, para que seja possível ao leitor possuir uma visão geral e não problemática do livro. No terceiro capítulo, foram discutidos alguns aspectos do livro que auxiliaram a compreensão de certos aspectos da discussão central dessa dissertação. Estes aspectos discutidos foram: (a) o que são os objetos, no *Tractatus*; (b) qual a teoria da verdade apresentada no livro; (c) se existe ou não um realismo no *Tractatus*. Após a análise destes pontos, partiu-se, no quarto capítulo, para a análise do que deve ser condição essencial para que ocorra a figuração.

Ao analisar as interpretações que defendem que não existe um elemento intencional no *Tractatus* e as teses contrárias, pode-se concluir que o termo “pensamento” é um termo ambíguo e que deve entendido, a depender do contexto utilizado, ora em um sentido lógico, ora em um sentido psicológico e ora como um ato psicológico intencional, ato esse que realiza a projeção da realidade na proposição, sendo assim, uma condição essencial para que possamos utilizar a linguagem como figuração da realidade.

Abstract

The main goal of this work is the understanding of thought as an essential condition for the use of language as a picture of reality according to the *Tractatus Logico-Philosophicus*. The picture theory, as is commonly known, is one of the central theses of *Tractatus* that seeks to describe what conditions are essential for that the language can represent the reality, i.e., to be possible talking truly or falsely of how things are. The essential conditions for that the picture occurs were initially identified as: (1) the bipolarity of the proposition; (2) all picture should have a structure; (3) all picture should have a form of representation; (4) all picture should have a picture relation; (5) all picture should have a logical form. For some interpreters of the *Tractatus*, there is no need for any other condition. However, others argue that there is another prerequisite for that the picture occurs, which is the thought as an intentional element.

To investigate the requirement of thought as an essential condition of picturing, was performed the following research strategy: after the introduction, in the second chapter, the general aspects of *Tractatus* was presented, according to the traditional interpretation, enabling the reader a not problematic overview of the book. In the third chapter, were debated some aspects of the book that help the understanding of certain aspects of the central discussion of this dissertation. These discussed aspects were: (a) what are the objects, in the *Tractatus*; (b) what truth theory is presented in the book; (c) if there is or not a realism in the *Tractatus*. After examining these points, then, in the fourth chapter, were made the analysis of what should be the essential conditions to picture occurs in propositions.

By analyzing the interpretations that argue that there is not an intentional element in the *Tractatus* and the contrary views, it concludes that the word "thought" is an ambiguous term and should be understood, depending on the context it is used, sometimes in a logical sense, sometimes in a psychological sense and sometimes as a psychological act, an act that performs the projection of reality in the proposition, therefore, an essential condition to the use of language as a picture of reality..

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução 8

Capítulo 2 – Tractatus Logico-Philosophicus 13
2.1. Análise da Proposição 15
2.2. Bipolaridade 18
2.3. Proposições Elementares e Objetos 19
2.4. Figuração 22
2.5. Forma Geral da Proposição 25
2.6. Tautologias, Contradições e Lógica 32
2.7. Mostrar 35
2.8. O que é filosofia? 41
2.9. A clareza no Tractatus 44

Capítulo 3 – A Metafísica do *Tractatus* 45
3.1. A Ontologia do Tractatus 46
3.2. O que são os Objetos, afinal? 54
3.3. A Teoria da Verdade do Tractatus Logico-Philosophicus 60
3.3.1. A verdade como correspondência 61
3.3.2. A teoria deflacionária 64
3.3.3. A teoria da verdade no Tractatus 67
3.4. Há um realismo no Tractatus? 72
3.5. Objetos, Verdade e Realismo 91

Capítulo 4 – Representação e Pensamento 93
4.1. Figuração 94
4.2. Representação puramente formal 96
4.3. Interpretação Mentalista 105
4.4. Tipos de Pensamento e Isomorfismo 113

Capítulo 5 – Conclusão 119

Referências Bibliográficas 125

Capítulo 1 – Introdução

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender e analisar o assim chamado isomorfismo no *Tractatus Logico-Philosophicus*[1], identificando quais condições essenciais devem ser satisfeitas para que ocorra o isomorfismo de modo que se possa entender qual o papel do pensamento no isomorfismo, ou seja, verificar se o pensamento faz parte destas condições essenciais, como um elemento intencional fundamental para a possibilidade de significação.

A teoria da figuração é o ponto central do *Tractatus* de onde parte toda a motivação de Wittgenstein para compreender como é possível utilizar símbolos para representar o mundo, expressar nossos pensamentos e comunica-los para outras pessoas. Durante suas reflexões pré-tractatus, nos *Notebooks*, Wittgenstein escreve que "*toda* minha tarefa consiste em explicar a natureza da proposição" (NB, p.39). Essa tarefa parece ser, no *Tractatus*, a única maneira de explicar o que de fato parece ser central no *Tractatus*, que é o pensamento e a sua natureza. É no prefácio do *Tractatus* que Wittgenstein expõe seu objetivo: "traçar um limite para o pensar, ou melhor, não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos". Traçando o limite para o pensável, traça-se para o impensável, sendo que só é possível definir tais limites de dentro, através do pensável (TLP 4.114). E estes limites só podem ser traçados na linguagem, pois Wittgenstein entende é através da linguagem que podemos expressar de modo perceptível todo e qualquer pensamento possível. Assim sendo, ao realizar sua tarefa de explicar a natureza da proposição, Wittgenstein está delimitando os limites da expressão de todo pensamento possível, pois tudo o que pode ser pensado, pode ser pensado claramente, assim como tudo o que pode ser dito, pode ser dito claramente (TLP 4.116)

Wittgenstein busca, para traçar os limites do pensamento, identificar o que é que toda proposição com sentido *deve* possuir para ser a expressão de um pensamento. E o *Tractatus* surge após uma série de reflexões realizadas por Wittgenstein, assim como a partir da grande influência de Frege e Russell, pensadores citados no prefácio do *Tractatus* como responsáveis por boa parte do estímulo às idéias de Wittgenstein. Ambos perceberam que a forma lógica da linguagem ordinária ocultava a forma lógica real da linguagem e Wittgenstein segue este caminho, mostrando que através da análise lógica da linguagem é possível mostrar, por exemplo, que aparentes proposições são sentenças sem sentido, e que aparentes problemas não são problemas genuínos, mas apenas sentenças formuladas com base no mal-entendido do uso da linguagem.

[1] A referência ao *Tractatus Logico-Philosophicus* será feita como TLP. Referência aos *Notebooks* como NB.

Sendo assim, o *Tractatus* é, de certo modo, uma obra de lógica, pois a análise da linguagem, para Wittgenstein, é a análise lógica. No *Tractatus*, Wittgenstein procura mostrar as bases de um novo sistema lógico claro, livre de ambigüidade e que mostre claramente a natureza das constantes lógicas, e o faz desenvolvendo uma concepção geral para a análise das proposições da linguagem. Mas o *Tractatus* é também uma obra filosófica, pois Wittgenstein não se detém em uma pura e simples reflexão sobre a análise lógica. Wittgenstein procura levar até as últimas conseqüências esta análise, conseqüências estas que estão relacionadas com problemas filosóficos centrais. Frege e Russell também estavam preocupados com uma análise lógica da linguagem e preocupados com as conseqüências filosóficas desta análise, mas para Wittgenstein, eles não foram até as últimas conseqüências. Ainda no prefácio, Wittgenstein já afirma que "o livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem". Wittgenstein também diz que "toda filosofia é 'crítica da linguagem'" (TLP 4.0031), e que "o fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos" (TLP 4.112). Ou seja, para Wittgenstein, o papel da filosofia não é buscar respostas para os problemas filosóficos, mas elucidar o modo como as proposições e problemas filosóficos estão formulados, mostrando que resultam apenas de mal entendidos da lógica da linguagem, e por isso, "o resultado da filosofia não são 'proposições filosóficas', mas é tornar proposições claras" (TLP 4.112).

Parece então que compreendendo a lógica da linguagem é possível solucionar ou dissolver os principais problemas filosóficos, e é possível compreender os limites da expressão do pensamento, que é o limite da possibilidade lingüística de se falar sobre o mundo, para assim, evitar confusões lingüísticas e discussões sobre contra-senso. A linguagem ao qual Wittgenstein se refere não é uma linguagem específica, como a língua inglesa, portuguesa, ou qualquer outra. Wittgenstein se preocupa com a forma lógica que é comum a qualquer linguagem, pois de algum modo, é através desta forma lógica que a linguagem, qualquer que seja ela, pode representar o mundo.

Apesar de o *Tractatus* ser uma obra que teve como maior crítico o próprio autor, em sua fase madura, esta obra é de extrema importância não só para a história da filosofia, por ter influenciado fortemente pensadores como o próprio Russell, Chomsky e fortemente o positivismo lógico nascido no círculo de Viena, por exemplo, assim como pode ter antecipado mesmo que de forma embrionária idéias como a teoria deflacionista da verdade, como sugere Hacker (2000, nota xxxv). Uma compreensão clara do *Tractatus* nos permite também reconhecer quais idéias são de fato alvos do próprio Wittgenstein em sua segunda fase e quais idéias continuam presentes em seu pensamento maduro. Possuir essa compreensão da história da filosofia, da evolução do pensamento filosófico de

Wittgenstein é importante, pois como Wittgenstein diz nas *Investigações Filosóficas* (PI §308), quando ignoramos aquilo que parece insignificante, acabamos nos comprometendo com um determinado modo de considerar as coisas, e justamente, aquilo que parece ser insignificante é como o passo decisivo do truque do mágico, que é ignorado pela audiência por parecer inocente, e por conta desta aparente inocência, ninguém se interessa em olhar de perto e cuidadosamente.

Nesta dissertação, olharemos de perto algumas questões acerca do pensamento. O que é o pensamento, para Wittgenstein? Por qual razão traçar os limites para o pensamento é igual a traçar os limites para a expressão do pensamento? Existe diferença entre um pensamento expresso e um pensamento não-expresso, que fica apenas para mim? A linguagem parece ser, pelo menos intuitivamente, a expressão do pensamento. E usamos a linguagem para falar das coisas no mundo. Logo, parece ser necessário para entender o pensamento que se entenda como é possível falar sobre o mundo, ou seja, representar o mundo através da linguagem.. Nos *Notebooks* (p.7), Wittgenstein já refletia sobre este aspecto, ao escrever que:

> Na proposição, um mundo é como que colocado experimentalmente. (Como no tribunal em Paris um acidente de automóvel é representado por meio de bonecos etc.)
> Isso deve revelar a natureza da verdade diretamente (se eu não fosse cego).

A proposição é uma figura do mundo, onde cada elemento desta figura representa um elemento da realidade que está sendo figurada. Além disso, toda figuração é ou verdadeira ou falsa, assim como uma maquete pode representar um fato real ou um possível estado de coisas que não é atual. Sendo assim, a linguagem de algum modo se liga com a realidade, e a partir desta ligação, revela a natureza da realidade, do que é a verdade, como colocado nos *Notebooks*. Aqui se pode perceber que há um ponto a ser esclarecido: o usuário da linguagem possui algum papel na ligação entre linguagem e mundo? Ou seja, há um elemento intencional, psicológico, que faz com que o sinal proposicional que eu uso represente o que eu penso e o que eu quero representar do mundo e não outra coisa?

Ao olhar de perto estas questões, percebemos que para cada resposta dada, novas alternativas interpretativas sobre os conceitos do *Tractatus* surgem, enquanto que outras se tornam incompatíveis com uma leitura intuitiva que se faz do livro, principalmente quando falamos dos aspectos nucleares do livro, como a figuração e do isomorfismo. Por conta disso, a estratégia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi antes entender o *Tractatus* do modo tradicional e intuitivo, deixando de lado neste primeiro momento alguns aspectos controversos, para depois analisar o trabalho exegético realizado por diversos autores sobre aspectos considerados fundamentais para que, ao decidir

sobre as melhores interpretações analisadas, seja possível compreender de forma mais clara os problemas que surgem em relação à figuração, o isomorfismo e o pensamento, buscando assim entender o que de fato é o pensamento para Wittgenstein e qual sua relação com o uso da linguagem.

Sendo assim, no capítulo 2 será feita uma abordagem geral do *Tractatus* de acordo com o que se pode chamar de o modo tradicional de se interpretar o livro, mas deixando de lado questões exegéticas sobre alguns pontos. Neste capítulo é possível compreender a relação entre a figuração, a necessidade lógica e a bipolaridade das proposições, assim como a diferença entre a análise da proposição e a construção das mesmas através da forma geral da proposição. Ao final deste capítulo, ao se explicar a distinção entre dizer e mostrar, será discutida brevemente uma interpretação alternativa ao *Tractatus*, conhecida como *interpretação resoluta*, que surge a partir dos anos 90 com os textos de Cora Diamond e James Connant. Esta discussão é importante pelo fato de que, sendo correta a interpretação resoluta, isso significa que boa parte do que está escrito no livro nada diz nem nada mostra, são apenas absurdos que no fim das contas servem para fazer o leitor perceber que não existem problemas filosóficos, mas apenas uma atividade que permite perceber o que pode ser dito é tudo o que pode ser dito com sentido, e todo o resto são meros absurdos. Nesta dissertação não será realizada uma análise detalhada dessa interpretação, mas será realizada uma breve discussão sobre esse tema, pois essa interpretação possui bons argumentos e chama a atenção para aspectos negligenciados do *Tractatus*, apesar de, em comparação com a interpretação tradicional, ainda deixar muitas questões exegéticas sem explicação. Portanto, tomaremos como correta a interpretação tradicional do livro, sabendo que se isso não for o caso, então boa parte – ou tudo – do que está escrito nessa dissertação poderá ser considerado mero absurdo, que nada diz e nada mostra.

O capítulo 3 servirá para preparar o terreno para uma compreensão clara do aspecto central desse trabalho. Serão analisadas cuidadosamente três questões, a saber: (1) a ontologia do *Tractatus*, questão esta que busca identificar e entender o que Wittgenstein entende por *objetos*, *estado de coisas*, *mundo* e *realidade;* (2) a teoria da verdade contida no *Tractatus*, pois se usamos a linguagem para representar o mundo ou para dizer algo que pode ser verdadeiro ou falso, torna-se importante então entender quais as condições necessárias para que haja verdade, ou seja, o que determina que uma proposição seja considerada verdadeira ou falsa; (3) o realismo no *Tractatus*, questão esta que tem uma forte relação com a natureza dos objetos e com a teoria da verdade existente nesta obra. O posicionamento exegético adequado nas questões estudadas no capítulo 3 torna-se fundamental para discutir o ponto central dessa dissertação.

O capítulo 4 é o capítulo desta dissertação que discutirá a natureza da representação, do isomorfismo e do pensamento. Este capítulo analisará a interpretação que diz ser totalmente desnecessária a existência de algo como o pensamento como um elemento intencional para que seja possível utilizar a linguagem para falar sobre o mundo. Esta interpretação será confrontada com a interpretação mentalista, que atribui um papel fundamental a um elemento psicológico intencional na ligação entre linguagem e mundo para o uso de uma linguagem com sentido que possa falar do mundo. Esta discussão já estará devidamente preparada por conta do trabalho realizado no capítulo 3, que ajudará a compreender melhor o pensamento, para assim, por fim, chegar-se à melhor maneira de interpretar e compreender o limite que Wittgenstein pretendia traçar no *Tractatus*, o limite para o pensar.

Capítulo 2 – Tractatus Logico-Philosophicus

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais idéias do *Tractatus Logico-Philosophicus* para que nos próximos capítulos sejam apresentadas algumas dificuldades que surgem na interpretação do *Tractatus* e as discussões que se seguirão destas dificuldades. Boa parte do que é apresentado neste capítulo, como algumas simbologias e ordem de exposição foram baseadas em Machado (2007), principalmente os aspectos da discussão sobre a interpretação tradicional e resoluta do *Tractatus*, que ocorre no final deste capítulo.

Logo no prefácio do *Tractatus*, Wittgenstein diz que "o livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem". Assim, Wittgenstein pretende mostrar com o *Tractatus* o que pode ser dito com sentido, traçando, a partir da linguagem, um limite, sendo que o que ultrapassa esse limite é o que não pode ser dito, é contra-senso.

Esta introdução feita por Wittgenstein no prefácio já dá indícios de qual é, para ele, a tarefa principal da filosofia, e também de como ela deve ser realizada. O papel da filosofia é, para Wittgenstein, fazer a análise da linguagem para assim poder identificar o que pode ser dito e o que é contra-senso, evitando, assim, que sejam formuladas perguntas em filosofia que, simplesmente por não terem sentido, não são perguntas genuínas, ou seja, são apenas pseudo-problemas que devem ser dissolvidos. E essa sua concepção de atividade filosófica surgiu a partir de suas discussões e debates com os dois filósofos que podem ser considerados suas duas principais influências: Frege e Russell[2]. O *Tractatus* é uma obra que dialoga diretamente com estes dois filósofos, sendo que é importante compreender a relação de Frege e Russell com Wittgenstein para compreender as idéias centrais da obra e suas conseqüências.

Em 1911, Wittgenstein visitou Frege, com o intuito de iniciar seus estudos em filosofia, sendo que Frege o encaminhou a Russell, para que ele fosse seu aluno. Russell, nessa época, havia acabado de publicar o *Principia Mathematica*, com Whitehead, obra esta que foi lida por Wittgenstein assim como as obras de Frege, que na época revolucionaram o estudo da lógica com diversas modificações, como por exemplo, a inclusão da linguagem matemática na simbologia lógica, permitindo a concepção de uma nova distinção lógica – a distinção entre função e argumento - ao invés da tradicional distinção entre sujeito e predicado, assim como a inclusão do símbolo de igualdade para definir uma identidade.

[2] Não que Frege e Russell possuíssem a mesma concepção de filosofia que Wittgenstein, mas veremos ainda neste capítulo como Frege e Russell influenciaram sob diversos aspectos a formação do *Tractatus*, que possui como uma das conseqüências a noção de que a filosofia é uma atividade de análise da linguagem.

Para Frege, uma proposição como “A atual Rainha da Inglaterra é rica” poderia ser analisada em termos da função $f(x)$ = “x é rica”, onde “A atual Rainha da Inglaterra” é o argumento da função, o nome (chamemos de “*a*”) que é colocado no lugar guardado pela variável x. A referência de “*a*” nesse exemplo é a pessoa que é atualmente a rainha da Inglaterra e a referência da proposição é o Verdadeiro ou o Falso. Mas para Frege, se há falha na referência de um termo na proposição, ela então não tem referência, ou seja, nem é verdadeira nem falsa. Assim, uma proposição como “O atual rei da França é careca” é, segundo Frege, uma proposição sem valor de verdade, pois há uma falha de referência para o termo “O atual rei da França”, visto que não há atualmente nenhuma pessoa que seja rei da França.

Russell não aceitou a maneira *fregeana* de se analisar uma proposição, pois *prima facie*, uma proposição como “O atual rei da França é careca” é uma proposição falsa, e não sem sentido. Assim, Russell procurou propor um método que analisaria a proposição acima citada em termo de três elementos principais. Assim, em termos lógicos, “O atual rei da França é careca”, segundo Russell, pode ser escrito como:

$$(\exists x)(Fx \wedge (y)(Fy \supset y{=}x) \wedge Gx)$$

A leitura desta proposição pode ser feita da seguinte maneira: Existe um x que é F e para qualquer y, se esse y é F então é o mesmo x e esse x é G. Em outras palavras, podemos ler da seguinte forma: Existe algo (um x) que é rei da França (este x é F) e para qualquer coisa (para qualquer y), se ela é rei da França, então ela é a única que é o rei da França ($y{=}x$) e esta pessoa é careca (este x é G). Ou seja, agora a proposição complexa foi analisada em termos de três elementos mais simples que constitui a proposição complexa. E Russell mostrou como a proposição complexa “O atual rei da França é careca” é falsa, pois é falso que existe alguém que seja rei da França atualmente. Com essa solução, Russell consegue mostrar que proposições deste tipo são falsas e consegue mostrar também *como* elas são falsas, mesmo não existindo coisas que sejam referência dos termos que aparecem nelas, mostrando que o sujeito não é um termo singular, como pensava Frege. Além disso, Russell pôde mostrar que a forma lógica de uma proposição nem sempre equivale à forma gramatical.

Wittgenstein percebeu que a solução de Russell era importante e o levaria no caminho certo em direção ao que ele consideraria o método correto para a análise de proposições, tanto que no *Tractatus*, Wittgenstein diz que "o mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real" (TLP 4.0031). Além disso, Wittgenstein percebeu que toda proposição molecular, complexa, é analisável e que o ter valor de verdade é uma propriedade essencial de uma proposição. Em suas anotações nos *Notebooks*, Wittgenstein diz que a sua tarefa, o seu

objetivo, consiste em explicar a natureza da proposição (NB, p.39). E compreender as propriedades essenciais da proposição era de seu total interesse.

2.1. Análise da Proposição

Quando Wittgenstein atribuiu a Russell o mérito por ter mostrado que a forma gramatical da proposição esconde a forma lógica, Wittgenstein já tinha aceitado algumas teses que ele observou no trabalho de Russell, como por exemplo, a tese de que ter valor de verdade é uma propriedade essencial de uma proposição e a tese de que o sentido de uma proposição é independente do valor de verdade de qualquer proposição, inclusive do valor de verdade que ela própria tem.

Para compreender isso mais claramente, é importante neste momento explicar o que Wittgenstein entendia por proposição, sinal proposicional e símbolo. Uma proposição não é uma frase escrita ou dita, mas sim, aquilo que o sinal proposicional representa. Pode-se definir proposição como o pensamento expresso por uma frase, uma sentença. Por exemplo, podemos ter duas frases: (a) "*Está chovendo agora*" e (b) "*It's rainning now*". São duas frases diferentes. São sinais proposicionais diferentes, que expressam a mesma proposição. O sinal proposicional (a) está escrito em português, enquanto que o sinal proposicional (b) está escrito em inglês, mas ambos expressam a mesma proposição, que é o pensamento de que está chovendo agora e que é verdadeiro se de fato está chovendo agora. É possível também encontrarmos sinais proposicionais gramaticalmente diferentes, mas que expressam a mesma proposição e também sinais proposicionais iguais, expressando proposições diferentes. É importante notar que, independentemente de qual sinal proposicional expressa uma proposição, não há proposição sem o sinal proposicional.

Em 3.323, Wittgenstein diz:

> Na linguagem corrente, acontece com muita freqüência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo.
> Assim, a palavra "é" aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência; "existir", como verbo transitivo, tanto quanto "ir"; "idêntico", como adjetivo; falamos de *algo*, mas também de acontecer *algo*.
> (Na proposição "Rosa é rosa" – onde a primeira palavra é um nome de pessoa, a última é um adjetivo – essas palavras não têm simplesmente significados diferentes, mas são *símbolos diferentes*.)

Assim, o sinal é tudo aquilo que podemos perceber através dos nossos sentidos e que possui o papel lógico de ligar-se a outros sinais para representar algo, tornando-se parte do símbolo. Riscos no

papel formando palavras de modo aleatório, como por exemplo, formando a seguinte frase (c) "*Cavalos de musical verdes que aviões*", apesar de serem sinais ligados uns aos outros, não estão ligados de modo que os sinais sejam parte de símbolos que representam algo, e assim, a frase (c) nada pode representar. Mas aquilo que é perceptível através dos nossos sentidos, em uma proposição, são os sinais. O símbolo é o sinal com sentido, ou seja, sendo usado para representar algo[3]. O símbolo diz respeito à sua função lógica na proposição, ou seja, é o sinal ligado a outro sinal de modo que possa representar um elemento da realidade que pode estar ligado com outro elemento da realidade do mesmo modo que o sinal está. Em 3.323, Wittgenstein fala que em "Rosa é rosa", as palavras não apenas possuem significados diferentes, mas são símbolos diferentes. Isso porque o papel lógico da primeira palavra "Rosa" é diferente do papel lógico da segunda "rosa", que aparece na frase. Pode acontecer de um mesmo símbolo ser expresso em sinais diferentes, possuindo significados diferentes, como por exemplo, nas frases "O carro é verde" e "O carro é rosa". "Verde" e "rosa" possuem o mesmo papel lógico em ambas as proposições, é o mesmo símbolo, porém, possuem significados diferentes. Os sinais que utilizamos nas proposições são convencionais, arbitrários, porém, a partir do momento em que tornamos um sinal um símbolo, ou seja, atribuímos um papel lógico àquele sinal, ele passa a possuir a forma lógica daquilo que representa, para que ele possa representá-lo[4]. Wittgenstein diz que "o sinal é aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo" (TLP 3.32) e "dois símbolos diferentes podem ter, portanto, o sinal (escrito ou sonoro, etc.) em comum – designam, nesse caso, de maneiras diferentes" (TLP 3.321). Mas mesmo deixando claro esta distinção, no *Tractatus*, muitas vezes Wittgenstein utilizava o termo "proposição" para falar de sinais proposicionais sem sentido, como as "proposições" da lógica[5], causando o problema da ambigüidade que ele pretendia evitar com as idéias contidas em sua obra.

Para Wittgenstein, então, uma proposição é aquilo que representa algo que pode ser o caso, e, portanto, através do *insight* de Russell ele pôde perceber que ter um valor de verdade, ser verdadeira ou ser falsa, é uma propriedade essencial de uma proposição, pois ou a proposição representa verdadeiramente o mundo, ou não. Wittgenstein não concordava com a idéia de Frege que "O atual rei da França é careca" não fosse uma proposição genuína porque não há alguém que seja rei da França atualmente. Parece evidente que ela é falsa, e Russell mostrou isso. Não é porque certas coisas existem

[3] Tautologia e contradições são, para Wittgenstein, símbolos, mas não possuem sentido, não representando nada na realidade. Isso parece ser um contra-exemplo da explicação dada neste ponto, porém, mais a frente, será explicado como uma tautologia (e contradição) pode ser considerada um símbolo mesmo sem ter sentido algum.

[4] Os sinais utilizados nas frases da matemática não representam nada no mesmo sentido que "Carro" e "verde" representam, mas possuem o papel lógico de representar estágios da aplicação de uma operação lógica, no caso dos números.

[5] Será explicado mais adiante, ainda neste capítulo, porque as proposições da lógica não são proposições de fato.

ou não existem no mundo atualmente (como um atual rei da França) que faz com que uma proposição tenha sentido ou não, mas sim, que ela seja verdadeira ou falsa.

Ter sentido é uma propriedade essencial de uma proposição, e a análise de Russell mostrou ainda que o ter sentido independe do valor de verdade da proposição ou de qualquer uma outra que a componha. Ou seja, como visto anteriormente, a análise de Russell para (A) "O atual rei da França é careca" dividiu a proposição complexa em três partes: (1) Existe alguém que é rei da França e (2) para qualquer pessoa, se ela é rei da França, então ela é o único rei da França e (3) esta pessoa é careca. A proposição (A) tem um sentido, ou seja, tem um valor de verdade, independentemente do fato de (1), (2) ou (3) serem verdadeiras ou falsas e independentemente da própria proposição (A) ser verdadeira ou falsa. Já o valor de verdade de (A) sim, depende do valor de verdade das proposições que a compõe, pois Russell mostrou que (A) é falsa justamente porque (1) é falsa.

Uma questão, para Wittgenstein, após observar que Russell indicou o caminho correto de se fazer a análise de uma proposição, é saber até onde vai a análise. Teria a análise um fim? Se sim, o que há neste fim? Como saber que chegamos ao fim, se houver um fim? Wittgenstein diz, nos *Notebooks* (NB, p. 62), o seguinte:

> Não é contra o nosso sentimento que nós não podemos analisar proposições até o ponto de mencionar os elementos pelo nome? Não, sentimos que o mundo deve consistir de elementos. E parece como se isso fosse idêntico à proposição de que o mundo deve ser o que é, deve ser determinado. Em outras palavras, o que pode vacilar é nossa determinação, não o mundo. Parece como se negar as coisas fosse o mesmo que dizer que o mundo pode, por assim dizer, ser indeterminado no sentido em que nosso conhecimento é incerto e indeterminado.
> O mundo possui uma estrutura fixa.

A proposição deve representar a realidade. E Wittgenstein está fazendo uma reflexão sobre como *deve* ser a análise lógica da linguagem, da proposição, sendo que, para ele, a lógica se interessa apenas pela realidade, apenas por sentenças na medida em que são figurações, imagens, da realidade (NB, p.9). O mundo, para Wittgenstein, é determinado, ou seja, consiste de elementos que se encontram combinados entre si e por isso, proposições complexas cuja forma gramatical é do tipo sujeito-predicado também são enunciados claros de algo *totalmente determinado* (NB, p.4). Portanto, se a análise pudesse seguir infinitamente, como poderia uma proposição representar o mundo verdadeiramente ou falsamente?

Se a análise fosse infinita, pareceria então não ser possível que houvesse, na linguagem, elementos da proposição representando os elementos do mundo. Sendo assim, uma análise infinita parece levar à conclusão de que o mundo é indeterminado, pois em nenhum momento encontraremos

uma relação definida, fixa, determinada, entre os elementos da proposição e do mundo, pois não encontraremos, em nenhum momento, elementos do mundo. Isso é inaceitável para Wittgenstein, como mostra a citação anterior. Assim, parece que a análise não só tem um fim, com *deve* ter um fim, para que a conseqüência de um mundo indeterminado não seja extraída. E no fim da análise, portanto, existirão proposições que são inanalisáveis, as proposições elementares.

Há uma propriedade essencial que todas as proposições devem possuir, segundo Wittgenstein, que é fundamental para entender com mais clareza o raciocínio elaborado até o momento. Trata-se da bipolaridade, propriedade que toda proposição deve ter e que foi um dos pontos de crítica a Frege, como será mostrado a seguir.

2.2. Bipolaridade

As discussões iniciais entre Wittgenstein, Frege e Russell se davam a partir de uma determinada concepção a respeito da lógica, que era uma concepção *a priori* e necessária da lógica. Uma discussão subordinada a essa era sobre como tratar os conectivos lógicos: como nomes? Como relações?

A teoria da bipolaridade foi utilizada como uma crítica a Frege e também a Russell, dentro desta discussão. A bipolaridade é uma característica essencial da proposição e é a propriedade que diz que se uma proposição pode ser verdadeira, então ela deve poder ser falsa. Pode-se representar a bipolaridade da seguinte forma:

$$(\Diamond p \rightarrow \Diamond{\sim}p) \wedge (\Diamond{\sim}p \rightarrow \Diamond p)$$

Pode-se ler o esquema acima da seguinte maneira: se é possível que "p" seja verdadeira, então é também possível que seja falsa, e se é possível que seja falsa, então também é possível que seja verdadeira. Desse modo, a bipolaridade não é o mesmo que o princípio da bivalência, que diz que uma proposição pode ser verdadeira ou falsa, mas não ambos. Ou seja, proposições necessariamente verdadeiras seriam proposições que estão de acordo com este princípio da bivalência, mas não seriam proposições bipolares.

O princípio da bipolaridade é um princípio que é incompatível com a necessidade, isto é, se uma proposição é verdadeira, então é possível ser falsa, e se é falsa, então é possível que ela seja verdadeira. Ou seja, ser bipolar é o mesmo que ser contingente, para Wittgenstein[6]. Supostas proposições

[6] Para Wittgenstein, a definição de contingente é uma definição mínima, ou seja, só é contingente se é bipolar. Em uma definição mais ampla de contingente podemos ter uma proposição que é verdadeira em um mundo possível, falsa em outro

necessárias não são bipolares, pois por definição não é possível para uma proposição necessariamente verdadeira ser falsa ($\Box p \equiv \sim\Diamond\sim p$).

Wittgenstein diz que toda proposição é essencialmente ou verdadeira ou falsa, tendo dois pólos, correspondendo ao que é o caso se verdadeira e ao que é o caso se falsa. É através da bipolaridade da proposição que Wittgenstein define o sentido de uma proposição (NB, p.99), de modo que a bipolaridade é extensionalmente equivalente a ter sentido. Se uma proposição tem sentido, então por definição, ela é necessariamente bipolar, ela é ou verdadeira, podendo ser falsa, ou falsa, podendo ser verdadeira, e vice-versa, ou seja, se ela for falsa ou verdadeira, então tem sentido.

Segundo Baker, a bipolaridade da proposição foi de certo modo negligenciada por Frege pelo modo como ele tratou os conectivos proposicionais e quantificadores, de modo que o que falta nas leis básicas do sistema lógico de Frege é a bipolaridade (BAKER, 1988, p. 39 e 55), e por conta disso, a bipolaridade e suas conseqüências funcionam como parte da crítica de Wittgenstein a Frege e Russell sobre o papel dos conectivos lógicos e sobre as proposições da lógica[7]. A bipolaridade e, portanto, o sentido da proposição, é, pois, uma propriedade essencial da proposição que fundamenta toda a análise filosófica realizada por Wittgenstein, no *Tractatus*. Se uma proposição é genuína, se algo é de fato uma proposição, então ela é necessariamente bipolar. Entender o sentido de uma proposição é então saber o que seria o caso se ela fosse verdadeira e o que seria o caso se ela fosse falsa, sendo que não é necessário saber se a proposição é de fato verdadeira ou falsa para compreendê-la, para conhecer seu sentido, mas sim, o que seria o caso sendo ela verdadeira ou falsa. Portanto, o sentido de uma proposição é independente da verdade ou falsidade da proposição. Ter sentido é ou ser verdadeira ou falsa, ter um valor de verdade, independentemente de qual seja ele.

2.3. Proposições Elementares e Objetos

Como visto na seção 1.1, a análise de uma proposição deve ter um fim, e nesse fim encontram-se as proposições elementares, que são inanalisáveis, no sentido de que delas não se podem mais encontrar outras proposições mais simples a partir da análise. Além disso, as proposições elementares, assim como as proposições moleculares, são necessariamente bipolares, possuem sentido

---

e sem um valor de verdade num terceiro mundo possível. Seria contingente, nessa definição mais ampla, porém, para Wittgenstein, se uma proposição pode ter um valor de verdade, então ela deve ter um valor de verdade, e tem que ser possível que seja ou verdadeiro ou falso. Assim, é importante notar que a noção de contingência para Wittgenstein difere da noção tradicionalmente aceita, por considerar como contingente apenas o que é bipolar.

[7] Voltarei a este tópico na seção sobre proposições da lógica.

independentemente de serem verdadeiras ou falsas e independentemente de qualquer outra proposição ser verdadeira ou falsa.

Por estarem no fim da análise, as proposições elementares são aquelas que estão em contato direto com o mundo, ou seja, elas são compostas de elementos que representam os elementos do mundo, elementos estes que formam os fatos, aquilo que é o caso. As proposições iniciais do *Tractatus* são proposições que falam a respeito do mundo, que para Wittgenstein, não é a totalidade das coisas, mas sim, de fatos (TLP 1.1). Esta é a introdução de uma metafísica de fatos, que se contrapõe à metafísica de fatos e proposições de Russell[8]. Assim, fatos simbolizam estados de coisas, ou seja, que algo seja o caso no símbolo diz que algo é o caso no mundo (NL, p.96). O fato é a existência de estados de coisas[9] (TLP 2), e o estado de coisas é uma ligação de objetos (TLP 2.01). Os objetos, que formam o estado de coisas, são elementos simples (TLP 2.02). Os objetos têm como propriedade interna a possibilidade de se ligar com outros objetos, formando um fato, sendo que o modo como os objetos encontram-se ligados uns aos outros em um determinado fato é a estrutura, e a possibilidade da estrutura, a possibilidade de os objetos estarem ligados é a forma (TLP 2.032;2.033).

As proposições elementares encontram-se no fim da análise e representam estados de coisas, representam o que é o caso no mundo (se verdadeira). Para representar corretamente, é preciso que os seus elementos ou o modo como os seus elementos se encontram represente o modo como os elementos do mundo se encontrem. Assim, uma proposição elementar é formada por nomes, sinais simples, que substituem, na proposição, os objetos (TLP 4.22; 3.201; 3.22), sendo que a forma como os nomes encontram-se ligados entre si na proposição representa a forma como os objetos encontram-se ligados entre si, no estado de coisas (TLP 3.21). Quando a estrutura dos nomes da proposição corresponde à

---

[8] A crítica de Wittgenstein a Russell tem relação com o problema da falsidade, pois a metafísica de fatos de Russell não dava conta corretamente da distinção entre falsidade e ausência de sentido, pois na análise de múltiplas relações de Russell, uma crença é uma relação entre o sujeito e os constituintes da mesma. Então, por exemplo, se o sujeito A tem a crença de que Desdemona ama Otelo, esta crença seria analisada como C(A,Desdemona, amar, Otelo). O problema ocorre quando modificamos a ordem dos elementos da crença. C(A, Otelo, amar, Desdemona) pode ser uma crença falsa, mas C(A, amar, Otelo, Desdemona) é um contra-senso. Wittgenstein volta a criticar esse ponto da teoria de Russell em 5.5422. Cf. "*Wittgenstein against Frege and Russell*", Thomas Ricketts.

[9] Nos *Notebooks* (p.130), Wittgenstein escreve a Russell explicando que um estado de coisas (*Sachverhalt*) é o que corresponde a uma proposição elementar se verdadeira e um fato (*Tatsache*) é o que corresponde ao produto lógico de proposições elementares se o produto for verdadeiro. Além disso, no *Tractatus*, Wittgenstein diz que o fato é a existência de estados de coisas (*Sachverhalten*), e não de um estado de coisa (*Sachverhalt*). Wittgenstein sempre toma, no *Tractatus* os fatos como existentes, e estado de coisas como possíveis ou existentes. É importante ter em mente esta distinção, pois podem surgir alguns problemas interpretativos como, por exemplo, quando Wittgenstein diz que o sinal proposicional é um fato (TLP 3.14). Se um fato é a existência de um estado de coisas, então poderíamos considerar as palavras como objetos simples, pois são elementos da proposição.

Sendo assim, neste trabalho usaremos a seguinte terminologia: um fato atômico é a existência de um estado de coisas atômico (que é representado pelas proposições elementares) e um fato molecular é a existência de um estado de coisas molecular (representado pelas proposições moleculares, ou seja não-elementares). Entende-se então a distinção que Wittgenstein apresenta a Russell como uma distinção entre um fato ou estado de coisas atômico e um fato ou estado de coisas moleculares.

estrutura dos objetos, então a proposição é verdadeira, e quando não corresponde, a proposição é falsa. Assim, para Wittgenstein, não é porque existe um objeto no mundo que a proposição é verdadeira e porque não existe tal objeto que a proposição é falsa, mas sim, porque uma combinação específica de nomes não representa uma combinação específica de objetos existente, ou seja, não é o caso no mundo que os objetos estão combinados da forma como representados pela combinação de nomes. Desse modo, o que deve não existir para haver falsidade é uma determinada ligação de coisas, uma estrutura, um fato específico, que estava sendo representado por outro fato.

Sendo assim, é uma propriedade essencial dos objetos do *Tractatus* a sua possibilidade de aparecimento em estados de coisas (TLP 2.0123-2.01231), de se combinar com outros objetos. Outra propriedade essencial é a existência necessária dos objetos, pois se objetos pudessem não existir, então o sentido de uma proposição que representasse um objeto dependeria do sentido de outra proposição (TLP 2.0211), a saber, a proposição que afirma a existência deste objeto. Por exemplo, se "*Fa*" é uma proposição elementar[10] e "*a*" é um nome que representa o objeto *a*, esta proposição só teria sentido se fosse verdadeira outra proposição que afirma que este objeto existe. E se isto fosse o caso, então o sentido da proposição dependeria do valor de verdade de outra proposição, o que fere a tese da independência do sentido da proposição em relação ao valor de verdade da proposição e de *qualquer outra proposição*. Aconteceria algo análogo à análise de Frege da proposição "O atual rei da França é careca", criticada por Wittgenstein. Portanto, os objetos existem necessariamente, em todos os mundos possíveis (TLP 2.022-2.023), sendo que o que difere um mundo possível de outro não é a existência e inexistência de objetos, mas é apenas o modo como eles estão configurados entre si em cada um dos mundos possíveis. Poder-se-ia dizer que existem mundos possíveis com menos objetos do que outros possíveis, e disso se segue que nesse primeiro mundo possível, algumas proposições não possuem valor de verdade, enquanto essas mesmas proposições possuem valor de verdade em outro mundo possível. Porém, para Wittgenstein, os objetos existem necessariamente em todos os mundos pensáveis, sendo que pensar é representar o mundo. Disso se segue que todo mundo pensável contem objetos, sendo os mesmos do mundo atual e qualquer mundo possível deve ser um mundo pensável. Os objetos, assim, formam a substância do mundo (TLP 2.021), pois os fatos podem mudar, as combinações se alteram, mas os objetos permanecem nas mudanças, em todos os mundos possíveis.

[10] Wittgenstein nunca deu, no *Tractatus*, exemplos de proposição elementar, nomes e objetos, pois toda sua reflexão lógica a respeito da linguagem foi realizada *a priori*. É possível que "Fa" não possa ser considerada de fato uma proposição elementar, mas a titulo de exemplo, podemos considerar como se fosse.

2.4. Figuração

A teoria da figuração é a teoria central do *Tractatus* e se aplica diretamente às proposições elementares, e por extensão, às proposições moleculares, complexas. Para formular esta teoria, Wittgenstein precisou descrever as propriedades essenciais para que algo seja considerado uma proposição, junto com suas intuições da lógica como *a priori*. Assim, uma proposição deve ser bipolar, necessariamente, para representar algo no mundo. Entende-se o sentido de uma proposição sem saber se ela é verdadeira ou falsa, sendo que é preciso comparar a proposição com a realidade para saber se é de fato verdadeira ou falsa (TLP 2.223; 4.021; 4.024). As tautologias e contradições parecem ser contra-exemplo do que foi dito, pois são pseudoproposições que são necessariamente verdadeiras e necessariamente falsas, sendo que é possível reconhecer seu valor de verdade sem comparação alguma com o mundo, apenas pelo símbolo. Para Wittgenstein, elas não representam algo no mundo, não possuem sentido, mas apesar disso, como veremos mais adiante na seção 2.6, não são absurdos, como uma frase do tipo "amarelo cachorro do sonho pesado", que é uma frase com palavras aleatórias que nada representa no mundo.

Segundo a teoria da figuração, que de certo modo pode ser considerada uma teoria da verdade como correspondência[11], a proposição é uma figuração da realidade, sendo que, como apenas fatos representam fatos, então ela é também um fato, formado por elementos, os nomes, que estão coordenados de alguma maneira. Estes nomes nomeiam os objetos, substituem os objetos, na proposição, criando assim um modelo da realidade, um modelo do estado de coisas representado (4.01). Em 3.1432, Wittgenstein diz o seguinte:

> Não: "O sinal complexo '*aRb*' diz que *a* mantém a relação *R* com *b*", mas: *que* "*a*" mantenha uma certa relação com "*b*" diz *que aRb*.

Na citação acima, Wittgenstein mostra que uma proposição não é como o nome de algo na realidade, como pensava Frege, onde a proposição nomeava o Verdadeiro ou o Falso. Não é um sinal complexo "*aRb*" que diz que existe um fato onde o objeto *a* mantém a relação *R* com *b*, mas sim o fato de que na proposição, "*a*" mantém uma certa relação com "*b*", ou seja, o fato de que os nomes[12]

[11] O *Tractatus* não possui uma genuína teoria da verdade como correspondência porque uma teoria deste tipo assume que qualquer proposição é verdadeira em virtude da *existência* de um fato que corresponde a ela. Mas no caso do *Tractatus*, proposições negativas não seguem esta regra, pois elas são verdadeiras em virtude da *não existência* dos fatos representados pelo sentido da proposição negada (cf. MCDONOUGH, 1986, p. 258). Ainda neste capítulo será explicado o problema da negação em Wittgenstein e no próximo capítulo será realizada uma análise da teoria da verdade contida no *Tractatus*.

[12] Supondo, aqui, que "*aRb*" é uma proposição elementar e que "*a*" e "*b*" são nomes.

mantém uma certa relação entre si é que representa uma relação entre objetos que pode ocorrer na realidade. A estrutura dos elementos da proposição é uma figura da estrutura dos elementos da realidade, ou seja, que algo seja o caso no símbolo diz que algo é o caso no mundo (NL, p.96).

Wittgenstein procura resolver, com sua teoria da figuração, dois problemas da filosofia, a saber, o problema da falsidade e o problema da negação, que são problemas que estão diretamente relacionados entre si. A questão da falsidade se dá da seguinte maneira: uma proposição verdadeira corresponde a um fato, a como as coisas estão no mundo, mas uma proposição falsa continua tendo sentido, significado, mesmo não correspondendo a nenhum fato existente no mundo. A falsidade de uma proposição se dá quando o estado de coisas representado pela estrutura da proposição não corresponde ao que de fato ocorre na realidade. Por exemplo, supondo ser "*a-b-c*" a proposição elementar *P* e "*a*", "*b*" e "*c*" nomes que representam os objetos *a*, *b*, e *c*, a proposição *P* diz que o objeto *a* está ligado a *b* e *b* está ligado a *c*. Se *P* é falso, isso não implica que um ou todos os objetos, *a*, *b* e *c*, não existem, mas que apenas a ligação entre eles não é efetiva, não é o caso. Ou seja, se no mundo a ligação que de fato existe é *a-c-b*, então *P* é falsa, mas mesmo assim, mesmo sem existir aquilo que ela representa (a ligação *a-b-c*), a proposição continua tendo sentido. Ou seja, a falsidade se dá quando um fato não ocorre, quando certa combinação de objetos não é o caso, e não quando certos objetos não "existem" [13]. O que não existe, então, é a correspondência entre a combinação dos elementos da realidade e dos elementos da proposição pensada. Uma proposição falsa é uma proposição que representa as coisas como elas não estão, pois a proposição verdadeira diz como as coisas estão[14].

A explicação da falsidade de Wittgenstein já indica o caminho que ele segue para explicar a negação. Para Russell, a proposição "p" é verdadeira quando corresponde um fato positivo e a proposição "~p" é verdadeira quando corresponde a um fato negativo[15]. Isso parece mostrar que "p" e a sua negação, "~p", representam diferentes estados de coisas. Para Wittgenstein, isto parece inaceitável,

---

[13] Até porque, segundo o *Tractatus*, não se pode dizer que um objeto "existe" ou deixa de "existir". Posso dizer "Não existe um livro sobre a mesa", mas o que digo com isso é que não existe um estado de coisas específico, uma certa combinação de objetos se caracterizaria por um livro sobre a mesa.

[14] Isso no caso de proposições positivas, pois as proposições negativas dizem como as coisas não estão, quando verdadeiras. Cf. parágrafos seguintes.

[15] Apesar de Wittgenstein usar no *Tractatus* o termo "fato negativo", este uso não é o mesmo de Russell. Para Wittgenstein, não existe algo como um fato negativo, no sentido de Russell. Para Russell existe um dualismo de fatos, onde o fato positivo é aquilo que *existe* e torna verdadeira uma proposição positiva, e um fato negativo é aquilo que *existe* e torna verdadeira uma proposição negativa. Assim, nesta metafísica de Russell, existem na realidade tanto fatos positivos como negativos. O uso do termo "fato negativo" no *Tractatus* não é um uso relevante em sua metafísica, pois apenas o que existem no mundo são fatos sendo que para Wittgenstein, o que ele chamou de "fato negativo" é justamente a *não existência* de um fato positivo, inexistência essa que torna uma proposição negativa verdadeira, pois diz que as coisas "não estão assim". Ou seja, Wittgenstein introduz este termo em poucas passagens do livro apenas para mostrar a assimetria entre aquilo que torna verdadeiro uma proposição positiva e aquilo que torna verdadeiro uma proposição negativa.

pois sugere que o sinal lógico da negação, "~", tem conteúdo, representa algo na realidade, e isso vai contra a idéia de que as proposições da lógica e os sinais lógicos, como "~", "v" e outros, não representam nada na realidade, idéia esta que é a "idéia básica" (*Grundgedanke*) de Wittgenstein no *Tractatus* e que é central para a resolução do problema da negação (TLP 4.0312). Se representassem, então de um fato *p* se seguem infinitos outros fatos, como *~~p, ~~~~p,~~~~~~p*, etc, e isso não parece ser algo coerente com nossas intuições da realidade (TLP 5.43). Para Wittgenstein, como toda proposição genuína é necessariamente bipolar e seu sentido é o estado de coisas que ela representa então o sentido de "*p"* e o sentido de "~*p*" é o mesmo, porém, invertido, pois tanto "*p*" como "~*p*" representam a mesma coisa, porém, de maneira diferente. Por exemplo, fazendo uma analogia entre uma proposição e uma fotografia, pode-se dizer que o sentido da fotografia é aquilo que ela exibe. Se as coisas estão como a fotografia mostra, então "*p*" (a fotografia) é verdadeira. E o que é "~*p*", neste caso? Poderíamos representar "~*p*" com a mesma fotografia, porém, virando-a de costas e dizendo: "as coisas não estão como ela representa". E se de fato as coisas estão diferente do que a fotografia mostra então "~*p*" é verdadeira. Tanto "*p*" quanto "~*p*" tem como sentido o mesmo estado de coisas, e não estados de coisas diferentes, porém, pode-se dizer que possuem sentidos invertidos, pois o que torna "*p"* verdadeira é a existência do estado de coisas que *"p*" representa, e o que torna "~*p*" verdadeira é a não-existência do mesmo estado de coisas que "*p*" representa, ou seja, "*p*" e "~*p*" correspondem à mesma realidade[16] no sentido em que correspondem ao mesmo estado de coisas possível, porém, enquanto "*p*" diz que o estado de coisas representado existe, "~*p*" diz que este mesmo estado de coisa representado não existe (TLP 4.0621). Assim, o sinal da negação não acrescenta conteúdo nenhum, ou seja, não é um símbolo que representa algo no mundo, que possui conteúdo representativo, mas um símbolo que apenas inverte o sentido da proposição (TLP 5.2341), assim como invertemos a fotografia, na analogia, de modo que "~~*p*" se torna o mesmo que "*p*", pois viraríamos a fotografia de costas e novamente de frente, voltando a afirmar *"p*".

Com sua teoria da figuração, Wittgenstein procura explicar, como visto anteriormente, como é possível uma proposição representar o mundo, inclusive proposições negativas ou representações falsas. A teoria da figuração é uma teoria pensada sobre as proposições elementares, pois são elas que de fato representam o mundo diretamente, ao ponto de Wittgenstein dizer que o mundo pode ser

[16] Apesar de Wittgenstein dizer no *Tractatus* que as proposições "*p*" e "~*p*" *correspondem* a uma e a mesma realidade (TLP 4.0621), ele não está falando de correspondência no sentido em que se diz que uma proposição positiva é verdadeira se ela corresponde à realidade que ela representa, ou seja, que seus elementos estão ligados da mesma forma que os elementos da realidade estão (como uma teoria da verdade como correspondência). Neste caso "*p*" e "~*p*" *correspondem* a uma mesma realidade no sentido em que ambas utilizam o mesmo estado de coisas *p* para dizer coisas opostas, ou seja, que as coisas estão assim ("*p*") ou que as coisas não estão assim ("~*p*").

descrito através de todas as proposições elementares verdadeiras (TLP 4.26). Mas no uso cotidiano, usamos proposições ditas moleculares, pois as proposições elementares são somente aquelas que são encontradas no final de uma análise. Ora, mas como é possível então uma proposição molecular representar o mundo? Qual a relação entre uma proposição molecular e uma proposição elementar? Se proposições elementares são encontradas no fim da análise de proposições moleculares, então parece não haver dúvidas de que proposições moleculares são construídas a partir de proposições elementares. A questão é: somente por proposições elementares? Ou há outros elementos envolvidos nesta construção? Qual a regra para a construção de proposições moleculares? Como elas são construídas? Wittgenstein procura responder estas questões apresentando a forma geral da proposição.

2.5. Forma Geral da Proposição

Toda proposição genuína, que figura algo, pode ser analisada. E esta análise deve chegar a um fim, que é quando se encontram as proposições elementares, que são inanalisáveis. Mas, além disso, Wittgenstein diz que há uma e apenas uma análise completa da proposição (TLP 3.25), ou seja, não é possível analisar uma proposição e encontrar resultados diferentes, como pensava Russell. Para Russell, proposições da forma (i) "(p v q)" e (ii) "~(~p.~q)", mesmo sendo logicamente equivalentes, possuem formas diferentes. Mas ambas as proposições seriam formadas pelas proposições elementares[17] "p" e "q", sendo que os fatos que tornam estas proposições elementares verdadeiras são o mesmo para (i) e (ii). Mas se os mesmos fatos tornam as proposições (i) e (ii) verdadeiras, o que as torna distintas uma das outras? Para Russell, seria a presença das constantes lógicas. A "idéia fundamental" (*Grundgedanke*) de Wittgenstein já demonstra que ele procura seguir outro caminho. Wittgenstein não aceita que uma proposição, ao final de sua análise, tenha duas ou mais formas lógicas (por exemplo, (i) e (ii), mostradas anteriormente) ou que tenha uma destas formas arbitrariamente. Para Wittgenstein, isto significa que a análise não chegou ao fim, ou seja, não está exibindo ainda a forma lógica única da proposição, pois para ele, tanto (i) como (ii) possuem a mesma forma lógica.

Wittgenstein percebeu através da demonstração de Sheffer, que todas as 16 possíveis funções de verdade de duas proposições elementares quaisquer poderiam ser obtidas a partir da aplicação sucessiva das funções "~p.~q" ou "~p v ~q"[18]. Wittgenstein adotou a função "~p.~q", ou mais especificamente, a operação que é uma negação simultânea de todas as proposições que formam a base

[17] Supondo ser "p" e "q" proposições elementares.
[18] Cf. RUSSELL, Introdução ao *Tractatus*, p. 119 e TLP 5.1311.

da operação. Porém, com esta operação, Wittgenstein ainda não conseguia obter as proposições quantificadas, sendo necessário realizar algumas modificações, criando assim a chamada operação N (TLP 5.5-5.503). Toda proposição molecular pode ser obtida, segundo Wittgenstein, a partir da aplicação sucessiva da operação N a proposições elementares. Wittgenstein explica a operação N da seguinte maneira:

> Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação (-----V)(ξ,....) a proposições elementares.
> Essa operação nega todas as proposições entre os parênteses da direita e chamo-a a negação dessas proposições. (TLP 5.5)

Entre os parênteses do lado esquerdo da notação acima, encontra-se apenas traços e o símbolo "V". Isso significa que, para um numero qualquer de linhas na tabela de verdade, apenas o último valor de verdade é verdadeiro, e os demais, falso. Os parênteses do lado esquerdo funcionam como uma generalização, para tabelas de verdade com qualquer número de linhas, do que é expresso na coluna final (F,F,F,V) para uma tabela de verdade com quatro linhas. Nos parênteses do lado direito há as proposições que serão utilizadas como base desta operação e serão negadas, ou seja, o símbolo "ξ" é uma variável que é substituída por proposições elementares[19]. Wittgenstein utiliza um traço em cima do símbolo "ξ" para especificar todos os valores que serão atribuídos a esta variável, ou seja, se ξ possui três valores, P,Q, e R, então $(\bar{\xi})$ = (P,Q,R) (TLP 5.501).

Assim no lugar de utilizar a notação (-----V)(ξ,....), Wittgenstein utiliza a notação $N(\bar{\xi})$ que é a negação de todos os valores da variável proposicional ξ (TLP 5.502). Utilizando esta operação, pode-se obter a proposição "*p v q*", por exemplo, aplicando a operação *N(p,q)* (a negação mutua das proposições elementares *p* e *q*), e por fim, aplicando a operação *N(N(p,q))*, que é a negação do resultado da primeira aplicação, como mostra a tabela de verdade abaixo:

p	q	N(p,q)
V	V	F
V	F	F
F	V	F
F	F	V

[19] Esta variável também pode ser substituída por funções ou especificação de leis formais (TLP 5.501), conforme será visto mais adiante, na explicação de quantificadores.

N(p,q)	N(N(p,q))
F	V
F	V
F	V
V	F

A tabela abaixo exibe todas as possibilidades de combinação de valores de verdade para duas proposições elementares "*p*" e "*q*", sendo que todas estas dezesseis possibilidades podem ser obtidas a partir da aplicação da operação N(ξ):

p	q	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
V	V	V	F	V	V	V	F	F	F	V	V	V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V	V	F	V	V	F	F	V	F	F	V	F	F
V	F	V	V	V	F	V	V	F	V	F	V	F	F	V	F	F	F
F	F	V	V	V	V	F	V	V	F	V	F	F	V	F	F	F	F

Assim, a proposição "*p.q*" (a coluna 15 da tabela acima) pode ser obtida aplicando a operação *N(N(p),N(q))*, pois aplicando a operação N a "*p*" (a coluna 10) obtemos "~*p*" (a coluna 7). Aplicando a operação N a "*q*" (coluna 11) obtemos "~*q*" (coluna 6). Pode-se também, por exemplo, obter a proposição "*p.~q*" (coluna 13) a partir da aplicação *N(N(p), N(N(p),N(q)))* (o que equivale, numa notação incorreta, a *N(N(p), "p.q")*) . E aplicando a operação N a "*p.~q*", obtem-se a coluna 4, a saber, "$p \supset q$" (se *p* então *q*). Desse modo, Wittgenstein mostra que qualquer proposição molecular pode ser obtida a partir da operação N aplicada à proposições elementares. Por isso Wittgenstein diz que a proposição é uma função de verdade das proposições elementares, que são os argumentos de verdade da função (TLP 5; 5.01).

Porém, para que qualquer proposição seja obtida como resultado da aplicação sucessiva da operação N, é essencial que as proposições elementares sejam bipolares e também logicamente independentes. Por exemplo, se fosse possível que duas proposições elementares "p" e "q" fossem

contraditórias, ou seja, se sempre que “p” fosse verdadeira, “q” fosse falsa e vice-versa, então a tabela de verdade para a proposição molecular “p.q” seria a seguinte:

p	q	
V	F	F
F	V	F

Ou seja, duas linhas deveriam ser excluídas desta tabela de verdade, tornando a proposição molecular “p.q” uma contradição, uma proposição necessariamente falsa. Mas esta não é uma tabela de verdade que exibe corretamente a definição geral da conjunção lógica, cuja tabela de verdade deve abranger todas as possíveis combinações de todos os possíveis valores de verdade de quaisquer pares de proposições elementares que aparecem na proposição molecular. Já a tabela de verdade abaixo representa corretamente uma conjunção com todas as combinações de todos os possíveis valores de verdade das proposições elementares utilizadas.

p	q	
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

O mesmo raciocínio também pode ser aplicado caso as proposições elementares não fossem necessariamente bipolares. Ou seja, se não fosse condição necessária da proposição elementar a sua bipolaridade, então não haveria sucesso na utilização de proposições elementares como base de uma operação lógica para a definição das demais constantes lógicas, não sendo possível também realizar o cálculo proposicional. Além disso, se nem tanto a bipolaridade como nem a independência lógica entre proposições elementares fossem condições necessárias, o mundo não poderia ser completamente descrito por proposições elementares, pois haveria descrições do mundo que apenas proposições moleculares poderiam realizar. Disso se segue que as constantes lógicas então possuem conteúdo representacional, pois se certa descrição do mundo só pudesse ser representada por uma proposição molecular, algo além das proposições elementares que a formam teria conteúdo, e este algo seriam as constantes lógicas que se encontram na proposição molecular. Isso tornaria Russell certo ao dizer que

“p” é diferente de “~~p”. E também levaria Wittgenstein a rever a sua explicação sobre o problema da negação, por exemplo. Mas o *Tractatus* é fundamentado dentro da *Grundgedanke* de Wittgenstein, que diz que constantes lógicas nada representam, de modo que apenas o que tem conteúdo representacional são as proposições elementares bipolares e logicamente independentes entre si[20]. As proposições moleculares, que são proposições que são construções de proposições elementares, não representam nada mais do que já está representado pelas proposições elementares, pois as constantes lógicas que estão presentes em sua construção nada representam. Dizer que as proposições moleculares não representam nada mais do que já está representado pelas proposições elementares não significa que com as proposições moleculares se diz algo a mais do que se poderia dizer com as proposições elementares. Dizer que “*p ou q”* não é o mesmo que dizer que “*p”* e dizer que “*q”.* A constante lógica “*ou*” da proposição molecular não representa algo a mais no mundo, mas diz o que deve ser o caso no mundo para que ela seja verdadeira, indicando que ela é verdadeira se ou o estado de coisas *p* é o caso no mundo, ou o estado de coisas *q* é o caso no mundo, ou ambos os estados de coisas *p* e *q* são o caso no mundo. Dessa forma, as proposições moleculares dizem mais do que as proposições elementares, apesar de que todos os estados de coisas possíveis estejam representados pelas proposições elementares que a formam.

Em 5.501 do *Tractatus*, Wittgenstein explica o que pode substituir a variável “ξ“ na operação N($\bar{\xi}$), ou seja, os três diferentes modos de se especificar os valores que essa variável pode ter:

> *Podemos* distinguir três espécies de descrição: 1. A enumeração direta. Nesse caso, podemos simplesmente colocar, no lugar da variável, seus valores constantes. 2. A especificação de uma função *f*x, cujos valores para todos os valores de x sejam as proposições a serem descritas. 3. A especificação de uma lei formal segundo a qual tais proposições sejam constituídas.

Independente da forma como a variável ξ é especificada dentro da operação N($\bar{\xi}$), a operação resultará sempre em proposições moleculares. As diferentes formas de se especificar a variável ξ permite com que algumas noções lógicas sejam explicadas em função da operação N($\bar{\xi}$), como os quantificadores. Wittgenstein usa o segundo método, da citação anterior, de se especificar a variável ξ para explicar os quantificadores, substituindo a variável por funções.

[20] A independência lógica entre as proposições elementares é uma condição que faz com que no *Tractatus* não seja possível considerar que existem proposições elementares negativas. Por exemplo, “~p” não pode ser considerado uma proposição elementar, pois seria contraditória à proposição elementar “p”. Parece que a forma geral da proposição seria a principal justificativa a resposta de Wittgenstein a Russell: “É claro que nenhuma proposição elementar é negativa” (NB, p.131, cf. TLP 4.211). FOGELIN (1974) parece ter deixado de lado este ponto fundamental em sua analise sobre proposições elementares negativas.

Suponhamos que "*f*a", "*f*b" e "*f*c" sejam proposições elementares e "*a*", "*b*", e "*c*" sejam nomes de objetos. Estes são os únicos objetos que podem se combinar com *f*. Portanto, "*fa*", "*fb*" e "*fc*" serão verdadeiras caso "*a*","*b*", e "*c*" se encontrem combinados de tal modo e falsas caso contrário. A operação N(*fa*, *fb*, *fc*), aplicada desta maneira, nega as três proposições dentro do parênteses, afirmando então o mesmo que "~(∃x). *f*x", pois se *a*, *b* e *c* são os únicos objetos possíveis de se combinar com *f*, então o conjunto de valores possíveis para a variável *x* é *a*, *b* e *c*, e a negação deste conjunto é a afirmação de que não existe[21] um *x*, tal que *fx*. Desse modo, Wittgenstein percebe que é possível obter o quantificador existencial através da aplicação da operação N($\bar{\xi}$). Ou seja, N(*f*x) equivale à ~(∃x). *f*x (TLP 5.52). Realizando a operação N(N(*f*x)) obtém-se (∃x). *fx*[22].

Em 5.521, Wittgenstein critica Frege e Russell por terem *introduzido* as noções de generalidade através de conexões com o produto e soma lógica. Com isto ele não está dizendo que de algum modo as generalidades não equivalem a somas ou produtos lógicos, mas que a introdução da mesma através deste conceito é que é errônea, pois este modo de explicação torna obscuro algo que deveria estar claro: a generalidade se encontra no próprio símbolo, ou seja,

> É claro que tudo que se possa em geral dizer de antemão sobre a forma de todas as proposições deve-se poder dizer de uma vez por todas.
> Com efeito, na proposição elementar já estão contidas todas as operações lógicas. Pois '*f*a' diz o mesmo que '(∃x).*f*x.x=a'
> Onde há composição, há argumentos e função, e onde eles estão, já estão todas as constantes lógicas (TLP 5.47)

Para Wittgenstein, tudo o que é necessário na lógica encontra na própria simbologia, não sendo preciso introduzir os conceitos lógicos a partir de conceitos mais fundamentais. Por exemplo, no próprio símbolo a identidade se mostra, e não utilizando-se uma notação de identidade, assim como em uma função como *fa*, a noção de generalidade se mostra, pois como ele cita em 5.47, "*fa*" diz o mesmo que "(∃x). *f*x.x=a". Que a generalidade pode ser expressa por meio de soma ou produto lógico isso parece ser claro, entretanto, *introduzir* o conceito de quantificação por meio da soma ou produto lógico, como Russell e Frege fizeram, segundo Wittgenstein, é tornar mais obscuro os conceitos lógicos, que deveriam ser claros e evidentes. Desse modo, Wittgenstein mostrou que de uma proposição singular pode-se seguir uma generalização existencial ("pois ' *f*a' diz o mesmo que '(∃x). *f*x.x=a") e pode-se

[21] A existência neste caso não se refere à existência ou inexistência dos objetos, mas sim, a existência ou inexistência das combinações possíveis. Indica apenas se a combinação possível é o caso ou não é o caso. Cf. TLP 5.525.

[22] Para a obtenção de (x)fx, parece que a notação de Wittgenstein é insuficiente, sendo que um complemento à operação *N* foi sugerida por Geach (1981), modificando sutilmente a notação, mas de modo que em nada interfere na idéia geral de Wittgenstein.

também concluir que de uma quantificação universal "(x)fx" segue-se, como na regra de instanciação universal, uma proposição singular 'fa'.

Wittgenstein descreve, na proposição 6 do *Tractatus*, a forma geral da proposição, que é representada pela seguinte variável:

$$[\bar{p}, \xi, N(\bar{\xi})]$$

Esta variável mostra a forma geral de qualquer proposição, visto que toda proposição é obtida pela aplicação da única operação lógica, a operação N. Não existem operações lógicas distintas como a conjunção ou a disjunção[23], pois toda proposição molecular que envolve constantes lógicas pode ser obtida através da forma geral acima. Uma constante lógica expressa, na verdade, um estágio em que a operação N parou, e por isso, são como pontuações (TLP 5.4611). Isto demonstra também o *Grundgedanke* de Wittgenstein, pois mostra que as constantes lógicas nada substituem, não acrescentam conteúdo representacional algum à proposição em que aparece. Em uma notação lógica ideal, os sinais que representam as constantes lógicas não são necessários (TLP 5.441), pois todas as possibilidades lógicas podem ser obtidas a partir da forma geral da proposição, que é o único sinal primitivo geral da lógica (TLP 5.472)

Existem dois casos de proposições que são obtidas a partir da operação N e estão de acordo com a forma geral da proposição que Wittgenstein diz serem casos extremos, que se encontram nas colunas 1 e 16 da tabela que, mais acima, exibiu todas as 16 possibilidades lógicas para duas proposições elementares. Esses são os casos onde, independentemente do valor de verdade das proposições elementares, o valor de verdade resultante será o mesmo em toda a coluna, ou toda a coluna com o valor verdadeiro ou toda a coluna com o valor falso, ou seja, são as tautologias e contradições. As tautologias e contradições deveriam ser consideradas proposições moleculares genuínas, pois são construídas de acordo com a regra de construção de proposições, de acordo com a forma geral da proposição. Entretanto, para Wittgenstein, tautologias e contradições não são proposições, pois nada representam. Elas não são bipolares, e, portanto, não possuem sentido. Mas apesar de não possuírem sentido e de nada representarem, as tautologias e contradições possuem um papel especial no *Tractatus*, pois Wittgenstein diz, em 6.1, que as proposições da lógica são tautologias. É importante então, para entender o que são as proposições da lógica, qual o papel das tautologias, o que Wittgenstein entende por estas "proposições", e como elas, apesar de nada representarem, são importantes para o sistema lógico do *Tractatus*.

[23] Não existem como operações distintas, mas existem como estágios diferentes da operação N().

2.6. Tautologias, Contradições e Lógica

As tautologias e contradições são expressões que são respectivamente necessariamente verdadeiras e sempre falsas. Por serem construídas através da aplicação da operação N, ou seja, por serem construídas genuinamente como qualquer outra proposição molecular, elas deveriam ter o *status* de uma proposição genuína. Porém, uma proposição genuína deve ter sentido, deve ser bipolar, e as tautologias e contradições são necessárias, e isso parece ser um contra-exemplo de que a forma geral da proposição é uma forma que constrói corretamente proposições moleculares. Entretanto, Wittgenstein diz que mesmo não tendo sentido, não representando nada na realidade (TLP 4.461; 4.461), elas não são contra-sensos, pertencem ao simbolismo, são símbolos (TLP 4.4611), sendo consideradas casos extremos da ligação de sinais, como veremos mais adiante. Mas de que modo pseudoproposições como as tautologias podem nada representar mais ainda assim não ser contra-senso?

Uma proposição genuína qualquer é uma proposição que representa um estado de coisas possível, sendo ela ou verdadeira ou falsa. Assim, uma proposição da forma "p.q" é uma proposição cujo sentido é formado pelo sentido de "p" e pelo sentido de "q", sendo que o seu valor de verdade depende do valor de verdade das proposições "p" e "q". Por exemplo, supondo que "p" e "q" são proposições elementares e "p"="Chove" e "q"="O chão molha", a proposição "Chove e o chão molha" (de forma p.q) é uma proposição que representa, afigura, uma situação onde chove e o chão molha. É uma proposição que fala sobre o tempo e sobre como o chão está. Porém, algo como "Chove ou não chove" (uma tautologia de forma "p v ~p") não fala sobre o tempo, não representa nenhuma situação possível no mundo, não diz nada (TLP 4.461). Entretanto, ela é formada de proposições genuínas, bipolares, logicamente independentes, que neste exemplo hipotético, é a proposição elementar "p"="Chove". O ponto é o seguinte: se eu tenho uma proposição da forma "p v ~q", e eu preencho as variáveis proposicionais "p" e "q" por proposições elementares quaisquer, o sentido e o valor de verdade da proposição molecular resultante vai depender das proposições elementares que serão substituídas no lugar das variáveis. Já no caso de uma tautologia, da forma "p v ~p", as proposições elementares que substituirão as variáveis proposicionais são irrelevantes, pois elas, no símbolo tautológico, não contribuem em nada para o valor de verdade e o sentido da proposição resultante[24]. A verdade da tautologia é reconhecida internamente, no símbolo apenas. Porém, mesmo não importando para uma tautologia *quais* proposições substituem as variáveis, importa *que sejam* proposições, o que

[24] As proposições elementares que formam uma tautologia continuam sendo proposições que representam algo, mesmo na tautologia, porém, o todo, o símbolo tautológico em si, é que nada representa, por ser uma "dissolução da ligação de sinais" (ver próximo parágrafo).

significa que importa *que sejam* bipolares, possuam sentido determinado e que sejam logicamente independentes entre si.

Wittgenstein diz que as tautologias e contradições são os casos limites da ligação de sinais: são a dissolução da ligação de sinais (TLP 4.466). Uma proposição elementar é uma ligação de sinais porque seus elementos, os nomes, estão ligados entre si representando uma ligação possível de objetos no mundo, sendo então uma ligação lógica de sinais, pois a verdade ou falsidade da proposição depende de como os objetos representados pelos nomes da proposição estão ligados no mundo. Uma tautologia[25] é composta por proposições genuínas, portanto, por sinais ligados logicamente entre si. Entretanto, em uma tautologia, a ligação dos elementos das proposições que a formam não são relevantes para a determinação do seu valor de verdade, visto que a tautologia é verdadeira independentemente do que seja o caso. Assim, a ligação lógica dos sinais é dissolvida, pois seu papel representativo não existe quando as ligações entre os elementos formam uma tautologia. Porém, os sinais continuam mantendo relações uns com os outros, só que neste caso, relações que não são essenciais para o símbolo (TLP 4.4661), ou seja, a função que os sinais desempenham nas proposições que formam as tautologias ou contradições são irrelevantes para determinar o valor de verdade das tautologias (ou contradições). Mas apesar de os sinais estarem ligados e ainda assim, sua ligação não representar papel nenhum para a representação de uma ligação possível no mundo na tautologia, ou seja, mesmo com a dissolução da ligação lógica dos sinais, é importante que estas ligações sejam ligações lógicas *fora* da tautologia, ou seja, que quando não ligadas com outras proposições formando as tautologias, as proposições que a formam sejam proposições genuínas, pois somente proposições genuínas e ligações lógicas de sinais é que formam a tautologia. Na tautologia os sinais continuam mantendo relações entre si mesmo que nada signifiquem para o símbolo, porém, estas relações garantem que as proposições que formam a tautologia tenham sentido.

As tautologias são sempre verdadeiras, independentemente do que seja o caso no mundo. Porém, não parece coerente dizer que uma tautologia é verdadeira assim como uma proposição genuína qualquer é verdadeira, pois uma proposição genuína qualquer, quando é verdadeira, o é porque aquilo que ela representa está de acordo com a realidade, ou seja, a proposição é verdadeira porque algo externo a ela, a realidade, a torna verdadeira. Já uma tautologia é verdadeira independentemente de algo externo a ela. É verdadeira independentemente do valor de verdade das proposições que a compõe e sua verdade se reconhece no símbolo, sem a necessidade de qualquer tipo de comparação com a realidade. Portanto, uma tautologia não é verdadeira no mesmo sentido em que uma proposição

[25] O mesmo vale para a contradição

genuína é. Mas o que significa dizer que uma tautologia é verdadeira? Para Wittgenstein, uma proposição genuína quando verdadeira, diz que algo é o caso no mundo. Isso não se aplica para as tautologias, que são verdadeiras mas não diz nada sobre o mundo. A verdade da tautologia é uma verdade lógica, e por isso, apesar de nada dizer, as tautologias (e contradições) mostram algo.

Wittgenstein afirma, na proposição 6.1 e 6.11 que as proposições da lógica são tautologias, e, portanto, nada dizem, são analíticas. Além disso, em 6.113, Wittgenstein diz:

> É a marca característica particular das proposições lógicas que sua verdade se possa reconhecer no símbolo tão-somente, e esse fato contém em si toda a filosofia da lógica.

O que Wittgenstein parece dizer aqui é que uma tautologia, pelo fato de ser *a priori*, contém em si toda a filosofia da lógica. Mas o que de fato isso quer dizer? Wittgenstein responde em 6.12:

> Que as proposições da lógica sejam tautologias, isso mostra as propriedades formais – lógicas – da linguagem, do mundo.
> Que suas partes constituintes, assim enlaçadas, resultem numa tautologia, isso caracteriza a lógica de suas partes constituintes.
> Para que proposições, enlaçadas de determinada maneira, resultem numa tautologia, elas devem ter determinadas propriedades estruturais. Que assim ligadas resultem numa tautologia, portanto, mostra que possuem essas propriedades estruturais.

Ou seja, "as proposições da lógica demonstram as propriedades lógicas das proposições, ao ligá-las em proposições que não dizem nada" (TLP 6.121). Quando reconhecemos a verdade de uma tautologia, estamos reconhecendo também que ela é formada por proposições genuínas, bipolares, que são verdadeiras ou falsas em virtude do que é o caso na realidade, e que estão ligadas de acordo com o resultado da aplicação sucessiva da operação N, formando uma expressão onde a verdade ou falsidade efetiva das proposições que a compõe são irrelevantes para determinar a verdade da tautologia formada. Assim, quando reconhecemos em "~(p.~p)" uma tautologia, estamos reconhecendo que as proposições "p" e "~p" se contradizem, que a conjunção é uma operação que só é verdadeira quando ambas as proposições são verdadeiras, que a negação inverte o valor de verdade de uma proposição e que a falsidade negada pelo símbolo de negação fora dos parênteses não é uma falsidade que diz que um determinado estado de coisas não é o caso, pois uma contradição não representa nenhum estado de coisa possível, e portanto, a verdade da tautologia também não é uma verdade em virtude de um estado de coisa existente, pois a tautologia não representa nenhum estado de coisas, e portanto, essa negação apenas inverte formalmente o valor de verdade da contradição para a tautologia, sendo que tudo isto

que reconhecemos nesta tautologia se dá independentemente de qual proposição de fato é "p"[26] e independente de que seja "p" o caso ou não. Assim, é desse modo que Wittgenstein considera as proposições da lógica como tautologias, pois ao reconhecer uma tautologia, reconhecem-se todas as propriedades lógicas envolvidas, e por isso, as tautologias contêm toda a filosofia da lógica.

Em uma notação ideal, as proposições da lógica tornam-se então irrelevantes, visto que é possível "reconhecer as propriedades formais das proposições mediante a mera inspeção dessas proposições" (TLP 6.122). Toda proposição da lógica possui então a mesma importância, não havendo uma mais importante que outra (TLP 6.127), visto que todas são tautologias e nada dizem. Assim, a lógica para Wittgenstein não é axiomática, como era para Frege e Russell, havendo proposições que são derivadas de proposições mais básicas, que são os axiomas do sistema lógico. A lógica não tem o papel de derivar "verdades lógicas" de outras mais primitivas, mas apenas o de mostrar mais explicitamente as relações lógicas entre as proposições, relações internas estas que se mostrariam sem a necessidade das proposições da lógica, numa notação ideal. Por isso, a lógica é a armação do mundo, ou seja, todas as relações internas entre as proposições e que se exibem a si mesmas.

2.7. Mostrar

Como visto anteriormente, Wittgenstein afirma que as proposições da lógica mostram algo, mas nada dizem. A distinção entre "dizer" e "mostrar" no *Tractatus* é uma distinção importante para uma melhor compreensão da obra e merece ser vista com mais detalhes, pois sem uma boa compreensão desta distinção, pode ocorrer o que, segundo Irving Block[27], ocorreu com Russell, onde boa parte de sua má compreensão da obra de Wittgenstein se deu devido a má compreensão desta distinção.

O que Wittgenstein entende pelo termo "dizer", no *Tractatus*, é que tudo o que pode ser dito é o que pode ser afirmado por uma proposição genuína, bipolar, que pode ser ou verdadeira ou falsa, de acordo com o que é o caso na realidade. Ou seja, o domínio do que pode ser dito é todo o domínio de todas as proposições elementares. Assim, só podemos falar daquilo que é contingente, que ou pode ser verdadeiro ou pode ser falso, que pode ser descrito verdadeiramente ou falsamente. Em 4.021-4.022, Wittgenstein diz o seguinte:

---

[26] O exemplo dado: "~(p.~p)" não é uma tautologia, mas sim, a forma de uma tautologia, pois só há uma tautologia quando há proposições no lugar dos símbolos proposicionais, como por exemplo: "não é o caso que chove e não chove". Entretanto, no caso de tautologias e contradições, como se torna irrelevante qual proposição substitui os símbolos proposicionais, torna-se melhor representá-las simbolicamente.

[27] Block, I. "'Showing' in the *Tractatus*: The Root of Wittgenstein and Russell's Basic Incompatibility", 1975.

> A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada, se entendo a proposição. E entendo a proposição sem que seu sentido me tenha sido explicado.
> A proposição *mostra* seu sentido.
> A proposição *mostra* como estão as coisas se for verdadeira. E *diz que* estão assim.

O que a proposição *mostra* é o seu sentido, que, independentemente de como as coisas são, pode-se reconhecer em uma proposição, seja ela verdadeira ou falsa. Quando uma proposição diz algo, ela diz de algo que é possível que é o caso. A estrutura da proposição (o modo como os nomes *estão* ligados, que diz como os objetos devem estar ligados) só é possível por causa da forma de afiguração da proposição (TLP 2.151), porém, a forma, a possibilidade da estrutura, não pode ser afigurada, mas sim, exibida (TLP 2.172). Isso se deve ao fato de que uma possibilidade não é algo que é contingente. Sejam *a* e *b* dois objetos *tractarianos*, se é possível a ligação *a-b*, então necessariamente é possível tal ligação. Pode não ser o caso, ou seja, poderia ser que *a* estivesse ligado a *c* e *b* ligado a *d*, porém, se a possibilidade de ligação entre *a* e *b* existe, então necessariamente existe. E esta possibilidade, a forma, não pode ser afigurada, representada por uma proposição, ou seja, não pode ser dita, mas apenas mostrada.

No início das notas ditadas a Moore, em 1914, Wittgenstein diz o seguinte:

> As proposições lógicas *mostram* as propriedades lógicas da linguagem, e assim, do Universo, mas nada *dizem*.
> Isso significa que simplesmente olhando para elas você pode *ver* estas propriedades; Entretanto, em uma proposição propriamente dita, você não pode ver o que é verdadeiro apenas olhando para ela.[28]

Wittgenstein continua explicando a impossibilidade de se *dizer* quais são estas propriedades, pois se *dizer* significa representar uma possibilidade, deveria ser necessário então estar fora da lógica (TLP 4.12), existir uma metalógica que tornasse possível *dizer* o que na lógica é necessário. Como já explicado anteriormente, uma proposição possui a sua estrutura e a sua forma. A forma é a possibilidade da estrutura. Mas para Wittgenstein, o mundo é a totalidade dos fatos, ou seja, da existência de algumas estruturas lógicas. Tudo o que é uma representação lógica é a representação de uma estrutura que pode ser o caso ou não ser o caso, e por isso, as proposições que afiguram são necessariamente bipolares. Não é possível, com a linguagem que usamos para falar do mundo, falar da forma lógica, pois uma forma lógica não é algo que pode ocorrer ou não mundo. Para falar da forma lógica deveria ser necessário então um novo modo de representar as coisas, ou uma meta-linguagem,

[28] Tradução minha da seguinte passagem: "Logical so-called propositions *shew* [the] logical properties of language and therefore of [the] Universe, but *say* nothing.
This means that by merely looking at them you can *see* these properties; whereas, in a proposition proper, you cannot see what is true by looking at it." NDM, p.108.

coisa que Wittgenstein não aceita, pois permite um regresso ao infinito, já que havendo uma meta-linguagem para falar da forma da linguagem, deveria ser possível haver uma meta-meta-linguagem para falar da forma da meta-linguagem, e assim por diante. E uma meta-linguagem necessitaria também de uma meta-lógica, e assim por diante. Wittgenstein defende que existem condições universais para que qualquer linguagem tenha sentido, sem a necessidade da criação de meta-linguagens ou meta-lógicas *ad-infinitum* para que uma linguagem tenha sentido A forma lógica, assim, apenas se *mostra*, pois entender uma proposição exige compreender a forma lógica da proposição e qual possibilidade ela está representando.

Quando Wittgenstein respondeu uma carta de Russell em 1919[29], três dos nove pontos levantados por Russell[30] envolvem a distinção entre *dizer* e *mostrar*. Um destes pontos (o item 3) é sobre a teoria dos tipos de Russell, onde na carta, Russell diz o seguinte[31]:

> A teoria dos tipos, a meu ver, é uma teoria do simbolismo correto: um símbolo simples não deve ser usado para expressar nada complexo: de um modo mais geral, um símbolo deve possuir a mesma estrutura que seu significado.

Ao que Wittgenstein responde:

> Isto é exatamente o que não se pode dizer. Você não pode prescrever a um símbolo o que deve ser usado para expressar. Tudo o que um símbolo pode expressar, ele deve expressar.

O problema de uma teoria dos tipos, para Wittgenstein, é que procura falar daquilo que não se pode falar, pois os enunciados desta teoria são enunciados que violam as suas próprias restrições. O mesmo problema acontece com Frege, problema este que pode ser expresso pela seguinte expressão paradoxal "O conceito de cavalo não é um conceito". Frege percebeu que não há como falar de *conceitos* de uma maneira adequada usando a nossa linguagem ordinária. Wittgenstein havia percebido que tanto Frege quanto Russell tentaram expressar com a linguagem aquilo que não pode ser dito. E assume, no *Tractatus*, que o próprio livro também possui este caráter paradoxal, de tentar dizer o que não pode ser dito. Ele faz isto na penúltima proposição do *Tractatus*:

> Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela)[32]

---

[29] NB, p131.
[30] Os itens 3, 5 e 7.
[31] *Loc.Cit.* Tradução minha.
[32] TLP 6.54

Nesta proposição do *Tractatus*, Wittgenstein parece estar dizendo que os aforismos do seu livro são contra-sensos, e que por conta disso, podem ser abandonados.

A partir dos textos publicados inicialmente por Cora Diamond [33] e James Connant, sobre o que segundo eles é o modo correto de se ler o *Tractatus*, com base na interpretação da proposição 6.54 do livro, surgiu o que se pode chamar de interpretação resoluta do *Tractatus*, em oposição a uma interpretação tradicional. Segundo os autores desta interpretação, conhecida como "interpretação resoluta" (HACKER, 2000, n. 10), Wittgenstein diz em 6.54 que "quem *me* entende", percebe que as proposições do *Tractatus* são contra-sensos, absurdos, e por isso, deve jogar fora a escada após ter subido por ela. Isso quer dizer, segundo a interpretação resoluta, que de fato as proposições do *Tractatus* são simplesmente absurdas, ou seja, nada dizem e também nada mostram. A distinção entre dizer e mostrar é o topo da escada[34] que os comentadores tradicionais[35] não têm coragem de abandonar[36], mesmo após Wittgenstein dizer que suas proposições são todas contra-senso e que devem ser abandonadas.

Não pretendo aqui fazer uma análise e crítica da interpretação resoluta do *Tractatus*[37], porém, é importante mostrar que a distinção entre *dizer* e *mostrar*, em conjunto com a proposição 6.54, permite outro modo de se ler o livro, que é a leitura resoluta que diz que o *Tractatus* nem nada diz, nem nada mostra, pois não existe a diferença entre absurdos esclarecedores (que seriam as proposições do *Tractatus*) e absurdos enganadores[38]. Há proposições com sentido e há absurdos. O silêncio que o *Tractatus* nos exige em sua última proposição – "Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar" – não é, segundo Connant, o silêncio que indica que há "*algo*"[39] misterioso que não se pode falar mas que se mostra em sentenças absurdas (CONNANT, 1990, p.344). O silêncio exigido pelo livro é o silêncio do próprio discurso filosófico, tendo como objetivo desfazer a nossa atração para uma série de palavras gramaticalmente bem formadas e que parecem ter sentido, que parecem que significam algo, mas são apenas absurdos. Por isso, o silencio que o livro nos propõe é um silêncio que é um sintoma do discurso filosófico, discurso esse repleto de frases gramaticalmente corretas, mas que nada significam. Wittgenstein, segundo Connant, está mostrando que sofremos a ilusão de acreditar que estamos significando algo quando não dizemos nada. E faz isso mostrando que suas sentenças no livro, por mais

[33] Diamond, 1991.
[34] Connant, 1990, p.337.
[35] Como P.M.S. Hacker (Diamond, 1991, p.194)
[36] Cora Diamond chama esta attitude de *Chickening Out*. (Diamond, 1991, p.181)
[37] Alexandre Machado faz uma análise crítica clara e precisa desta interpretação em MACHADO (2007, p.131-160)
[38] Hacker, 1997.
[39] Este "algo" é o "*it*" que segundo Connant, não é nada que não pode ser dito mas que misteriosamente se mostra. Por isso entre aspas. Simplesmente, não existe este *algo*. (Connant, 1990, p.341)

que pareçam que significam algo, nada significa, são meros absurdos, como o discurso filosófico em geral. Este é o modo que, segundo Connant, Wittgenstein encontra para nos convencer a ficar em silêncio ao invés de realizar discursos (como problemas filosóficos ou teses filosóficas) que nada dizem, são meros absurdos.

Apesar de considerar a interpretação resoluta incorreta, pois ela deixa em aberto muito mais questões do que a interpretação tradicional da obra[40], é importante perceber, como nota Alexandre Machado, que esta interpretação chama atenção a pontos normalmente negligenciados pelos interpretes tradicionais (MACHADO, 2007, p.124; p.142-149), que é a crítica à noção de choque categorial que se encontra implícita na noção de absurdo substancial, defendida pelos intérpretes tradicionais[41]. Hacker chama de absurdos esclarecedores (*illuminating nonsense*) – que é chamado por Connant de absurdos substanciais - as sentenças do *Tractatus* que, de acordo com o próprio *Tractatus*, não tem sentido, mas que mostram algo, mostram aquilo que só pode ser mostrado mas que não pode ser dito. E chama de absurdos enganadores (*misleading nonsense*) as sentenças que nada dizem e nada mostram, como por exemplo, "Sócrates é idêntico" (TLP 5.473). Na leitura resoluta, há apenas absurdos e frases com sentido, sendo que para os defensores dessa interpretação, as sentenças do *Tractatus* são todas absurdas (não absurdos esclarecedores, que mostram algo, mas simplesmente absurdos) e deve ser todas descartadas[42]. O máximo que pode acontecer numa sentença é não atribuirmos nenhum significado a um sinal, de modo a tornar a sentença em um simples absurdo. Diamond e Conant se apóiam especificamente nas proposições 5.473 e 5.4733 do *Tractatus*:

> "Sócrates é idêntico" não quer dizer nada porque não há uma propriedade chamada "idêntico". A proposição é um contra-senso porque não procedemos a uma determinação arbitrária, mas não porque o símbolo, em si e por si mesmo, não fosse permissível.
>
> Frege diz: toda proposição legitimamente constituída deve ter sentido; e eu digo: toda proposição possível é legitimamente constituída, e se não tem sentido, isso se deve apenas a não termos atribuído significado a algumas de suas partes constituintes.
>
> (Ainda que acreditemos tê-lo feito.)

[40] Caberia aos defensores da interpretação resoluta explicar por exemplo, as cartas em que Wittgenstein envia a Russell, onde ele diz a Russell que ele não entendeu certos pontos do livro. Além disso, essa interpretação diz que após a leitura do *Tractatus*, o leitor reconhece que o livro é formado por absurdos, mas não explica como o leitor consegue reconhecer isto, ou seja, qual a natureza do que se apreende ao final da leitura do livro.

[41] HACKER, 1997, p.25-27.

[42] Apesar de que, em uma versão mais recente (CONNANT, 2000), a interpretação resoluta aceita algumas sentenças do *Tractatus* como significativas, formando uma "moldura" do livro que não deve ser jogada fora. O problema nesta versão é saber então quais proposições compõem a moldura e quais devem ser jogadas fora, questão ainda não esclarecida pelos defensores dessa interpretação.

> Assim, “Sócrates é idêntico” não diz nada porque não atribuímos nenhum significado à palavra “idêntico” como adjetivo.

Assim, segundo a interpretação resoluta, toda sentença constituída legitimamente tem sentido, e se não tem, se deve apenas ao fato de que não se atribuiu corretamente significado a alguma de suas partes, como no caso de “Sócrates é idêntico”, onde a “idêntico” não foi dado corretamente um significado adjetival, pois o termo “idêntico” possui outros usos no qual é significativo, mas isso não implica que todos os usos desse termo são significativos. Por isso, muitas vezes usamos um termo acreditando que estamos dando significado a eles, por possuírem signifcados em outros usos, mas na verdade, não estamos dando significado algum. O mesmo acontece com sentenças como “*A* é um objeto”. É puramente contra-senso. Porém, para Cora Diamond (1991, p. 197), nós inflamos esse contra-senso, acreditando que isso significa algo que está além do que Wittgenstein define como o campo do que é dizível, mostrando algo. Mas são simplesmente contra-senso, como qualquer outro que produzimos, ao acreditar que estamos dando significado a esses sinais, enquanto não estamos. Não há algo como absurdos esclarecedores (ou substanciais), mas apenas absurdos, que são as sentenças onde o único problema é o não se ter atribuído significado corretamente a alguma de suas partes. Assim, para a interpretação resoluta, a distinção entre absurdo substancial e absurdo enganador enfrenta um problema, a saber: a possibilidade de sentenças absurdas que possuem partes logicas, o que, como veremos a seguir, é uma crítica correta.

Na leitura tradicional, reconhecemos um absurdo esclarecedor quando percebe-se que há um choque categorial na sentença, ou seja, atribui-se às partes da sentença significados de um modo cujas partes não podem se combinar, gerando uma sentença absurda, mas esclarecedora, que mostra algo. Por exemplo, na sentença “o número três é verde” estaríamos atribuindo o uso que fazemos em “o número três é maior que o número dois” para a primeira parte da sentença e o uso que fazemos em “o carro é verde” para a segunda parte. Porém, a combinação destas partes na sentença “o número três é verde” gera um choque categorial, pois as partes não podem se combinar logicamente desta forma, tornando esta sentença um absurdo. O mesmo vale para a sentença “O objeto é simples” (TLP 2.02), onde a palavra “objeto” não está sendo utilizada normalmente como é utilizada em frases do tipo “há quatro objetos na gaveta”, mas está sendo utilizada como a expressão de um conceito formal, que, segundo o *Tractatus*, só pode ser expresso por meio de variáveis (TLP 4.1271-4.1272), gerando este choque categorial e conseqüentemente um absurdo esclarecedor. Porém, a crítica à interpretação resoluta se dá no fato de que de acordo com essa leitura tradicional é possível reconhecer estrutura lógica em um

absurdo, que não é nem uma tautologia nem uma contradição, ou seja, em outras palavras, seria o mesmo que dizer que uma sentença absurda pode ter, por exemplo, a estrutura lógica "*Fa*".

Uma versão mais elaborada do choque categorial é resultado de um entendimento correto do princípio do contexto, de Frege, que é um princípio de análise lógica, ou seja, um princípio que orienta a análise correta de proposições *com sentido*. Em Frege, este princípio é utilizado na análise lógica para exibir a forma lógica correta em proposições com sentido, e não para verificar se uma sentença tem ou não sentido. Assim, para saber se uma sentença tem ou não sentido, deve-se, segundo Frege, começar pelas projeções possíveis de sentido das partes dessa sentença. Assim, quando ocorre um choque categorial entre essas possíveis projeções, a sentença não tem sentido e as suas partes não possuem forma lógica alguma. Assim, na sentença "o número três é verde", acreditamos estar projetando o mesmo significado da expressão "o número três" como projetamos em "o número três é maior que o número dois" assim como acreditamos estar projetando o mesmo significado da expressão "é verde" como projetamos em "o carro é verde", porém, como a sentença resultante é absurda por causa do choque categorial dessas possíveis projeções, a sentença resultante é absurda e sem estrutura lógica nenhuma. Mas poderia ser o caso de que a sentença "O número três é verde" fosse uma sentença com sentido, em um contexto onde a projeção não resultasse em um choque categorial (como por exemplo, quando por meio de "o número três", estivéssemos nos referindo a um terceiro objeto físico em uma seqüência). Esta versão mais elaborada do choque categorial não é incompatível com o que Wittgenstein diz em 5.4733 e também não é atingida pela crítica correta dosdefensores da interpretação resoluta à noção mais ingênua do choque categorial, crítica esta que merece atenção compreender como adequadamente o choque categorial pode nos levar a identificar absurdos, mas sem atribuir às suas partes uma forma lógica, o que é um ponto importante para uma interpretação adequada do *Tractatus*.

2.8. O que é filosofia?

A proposição[43] 6.54 do *Tractatus* é o principal ponto a respeito da concepção de filosofia, para Wittgenstein. As proposições do *Tractatus* nada dizem, não são nem tautologias nem contradições, não são proposições propriamente ditas. Mas não são tampouco absurdos enganadores como um conjunto

[43] Durante todo o texto desta dissertação, tenho me referido às frases do *Tractatus* como *proposições*. Mas como foi visto, o próprio Wittgenstein não as considera de fato proposições (de acordo com o que o *Tractatus* define "proposição"). Esta ambigüidade se encontra no próprio *Tractatus*, como por exemplo, quando Wittgenstein diz em 6.54: "Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos". Proposições não podem ser contra-sensos. Assim, quando me refiro neste texto a "proposições do *Tractatus*", não estou usando o termo "proposição" como um termo técnico do *Tractatus*.

aleatório de palavras. Elas, por algum motivo, possuem uma razão de ser o que são. Wittgenstein as escreve por alguma razão, não simplesmente escolhendo frases que nada dizem e colocando em uma ordem qualquer. Mas que idéia é esta que Wittgenstein tenta passar para o leitor utilizando sentenças que nada dizem, nada mostram, não são proposições e nem pseudoproposições? Como é possível fazer isso?

Vamos supor que duas pessoas estão em uma discussão, quando uma delas fala o seguinte: (a) "Há sonhos que pesam mais do que uma caneta". O interlocutor então responde: (b) "Claro que não! Não há sonhos que pesam mais do que uma caneta, pois sonhos não podem pesar nada". O ponto é o seguinte: A primeira sentença na discussão, (a), não é uma proposição propriamente dita, pois não expressa um estado de coisas possível. É, evidentemente, um absurdo, uma sentença sem sentido. Ora, a negação de qualquer sentença absurda é também uma sentença absurda, de modo que a sentença (b) do diálogo é igualmente absurda, sem sentido, pois não expressa um estado de coisa possível. Porém, ela serve para algo, no debate, que é a de tentar impedir que absurdos como (a) sejam ditos. Utilizando um exemplo do *Tractatus*, assim como não tem sentido algum dizer "se pode dizer, por exemplo, que 'há objetos' como se diria 'há livros'", a sua negação também é um absurdo, que é o que Wittgenstein diz em 4.1272: "Não se pode dizer, por exemplo, 'há objetos' como se diria 'há livros'". As sentenças do *Tractatus* são da mesma forma absurdos, porém, que esclarecem, pois são absurdos que mostram que qualquer tentativa para se falar sobre o que não pode se falar, mas se mostra, resultará em um fracasso.

A filosofia, para Wittgenstein, se resume a uma atividade cujo objetivo é elucidar, tornar os pensamentos e as proposições claras. Em 6.53, Wittgenstein diz:

> O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto.

Wittgenstein tenta, no *Tractatus*, dizer algo de metafísico, através de "proposições" filosóficas, porém, ele reconhece que fracassou nesta tentativa. Não existe algo como "proposições filosóficas". Em 4.112, Wittgenstein escreve que:

> O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

> A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.
> O resultado da filosofia não são "proposições filosóficas", mas é tornar proposições claras.
> Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos.

As frases filosóficas não são "proposições filosóficas", pois elas nada mais são que absurdos que resultam num mau entendimento da lógica da linguagem. Logo no prefácio do *Tractatus*, Wittgenstein escreve que o seu livro trata dos problemas filosóficos, e mostra que a formulação destes problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica da linguagem. Se os problemas filosóficos são na verdade sentenças que são absurdos, as tentativas de solucionar tais problemas, como se eles fossem de fato sentenças que dizem algo, são também tentativas que resultam em absurdos (TLP 6.5). Por isso, Wittgenstein coloca no final do prefácio que acredita ter, de fato, "solucionado" todos os problemas da filosofia, e que o livro mostra que pouco importa resolver estes problemas, afinal, não há resoluções propriamente dita, mas dissoluções. Por isso pouco importa "resolver" os problemas filosóficos, pois nenhuma "verdade obscura e antes inalcançável" será obtida. O máximo que se obtém é a compreensão de que não há, de fato, segundo o *Tractatus*, problemas filosóficos, e sim, problemas lingüísticos que resultam no mau entendimento da lógica da linguagem, na tentativa de se dizer aquilo que não pode ser dito.

A filosofia então não é composta de teorias ou de sistemas filosóficos, mas é apenas uma atividade de elucidação. Esta atividade não é uma atividade científica, pois Wittgenstein deixa claro que a natureza da filosofia é diferente da ciência. A ciência fala do que se pode falar, do que é empírico. Tanto que para Wittgenstein, "a totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)" (TLP 4.11). O que é empírico, o que nos é dado pela experiência, são os fatos do mundo. Wittgenstein diz que "a 'experiência' de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo é *assim*, mas a de que algo *é*: mas isso *não* é experiência. A lógica é anterior a toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao Como, mas não ao Quê" (TLP 5.552, ou seja, o que é de fato experiência é o que pode ser dito, são os fatos de que as coisas *estão assim*. Aquilo que não pode ser dito, que é delimitado pela atividade filosófica (TLP 4.113-4.114), é o que se mostra, sendo tarefa da atividade filosófica elucidar, mostrar que a tentativa de falar o que apenas se mostra é sempre fadada ao fracasso. E o próprio *Tractatus* elucida dessa maneira (TLP 6.54) , sendo uma tentativa fracassada de se dizer o que não pode ser dito. Assim, a última proposição do *Tractatus* é uma espécie de convite ao silêncio: "Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar."

(TLP 7). Este convite ao silêncio é na verdade um convite ao não cometer o erro de se elaborar frases que são absurdas. É um convite para o compreender a lógica da linguagem e só falar daquilo que não resulta em absurdos, em contra-senso, ou seja, é um convite à clareza, "pois o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente" (TLP, Prefácio).

Este paradoxo performativo de Wittgenstein, no *Tractatus*, de mostrar através de uma tentativa fracassada de dizer o que não pode ser dito, os limites para o dizer e para o pensar, além de não explicar como a leitura das suas proposições sem sentido podem mostrar estes limites, mostrar o Místico, é um paradoxo que não é resolvido pela interpretação resoluta. Por ser um paradoxo que repousa principalmente na distinção entre *dizer* e *mostrar*, dá à interpretação tradicional a possibilidade de explicá-lo reconhecendo neste paradoxo performativo *algo* que Wittgenstein parece querer mostrar, defender, através deste fracasso, enquanto que na interpretação resoluta, parece não haver nenhum *algo* que se mostra misticamente com a leitura do livro[44]. Como, à medida que o leitor do *Tractatus* avança na leitura, ele acredita estar compreendendo algo, acredita que o tractatus faz sentido, a interpretação tradicional dá conta desta crença que naturalmente temos ao ler o *Tractatus*, pois parece haver algo importante que se tenta dizer nas frases do livro. Esta idéia de filosofia, como uma atividade que busca através da análise da linguagem a clareza, é uma idéia que permanece em Wittgenstein por toda sua vida, apesar de em sua fase madura haver algumas mudanças, como por exemplo, a noção de "análise" e a noção de como a clareza conceitual é obtida. Mas para Wittgenstein, a filosofia é uma atividade em busca de clareza.

2.9. A clareza no Tractatus

Este capítulo pretendeu mostrar, de modo geral, as teses centrais do livro. No próximo capítulo o objetivo será mostrar alguns problemas exegéticos existentes nestas teses centrais que são frutos de certos pontos da obra que não são muito claros e que levaram os estudiosos do livro a interpretações diferentes. Uma compreensão clara dos problemas e as possíveis soluções auxiliam a compreender melhor o objetivo de Wittgenstein com essa obra e sua relação com sua fase madura, pois há muita continuidade entre o *Tractatus* e a obra do segundo Wittgenstein, mas é preciso entender o que de fato Wittgenstein defendia, no *Tractatus*, para compreender a obra da sua fase posterior.

.

[44] Apesar de que, para a interpretação resoluta, de fato a terapia do livro acontece com a sua leitura, mas eles não explicam como isso ocorre, já que é apenas uma leitura de frases simplesmente absurdas, do início ao fim.

Capítulo 3 – A Metafísica do *Tractatus*

O capítulo anterior apresentou algumas das principais teses de Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Essa interpretação preliminar da obra procurou não se aprofundar em relação aos diversos problemas exegéticos que surgem ao se fazer uma leitura mais cuidadosa do livro. Entretanto, é importante notar que há muitas questões exegéticas que precisam ser exploradas mais profundamente, para a realização de um trabalho mais acurado.

O objetivo deste capítulo é explorar algumas das questões que são centrais e determinam fortemente algumas maneiras de se interpretar a obra, questões estas que são o foco central desta dissertação. Por exemplo, o que são os objetos? Qual a natureza do que Wittgenstein chamou de objetos? Há autores, como a Hidé Ishiguro[45], que, como veremos, dizem que os objetos são apenas instanciações de propriedades simples, propriedades estas que podem pertencer a um ou mais elementos físicos da realidade. Outros autores se posicionam em favor de uma interpretação fenomenológica, como os Hintikkas[46], que dizem que os objetos são dados dos sentidos, assim como há autores que dizem que os objetos são as unidades mais básicas da realidade. Pode-se dizer que tanto Ishiguro como os Hintikkas defendem uma posição anti-realista em relação aos objetos do *Tractatus*, como será visto na discussão que se segue neste capítulo. Entretanto, interpretações anti-realistas como a defendida, por exemplo, pela Ishiguro faz com que surjam perguntas como: Qual a teoria da verdade existente no *Tractatus*?[47] A princípio, parece ser uma teoria da verdade como correspondência[48]. Mas teorias como a teoria da correspondência parecem exigir um realismo em relação aos objetos, o que contradiz uma interpretação anti-realista[49]. A interpretação mais intuitiva do *Tractatus* sugere que Wittgenstein defende uma espécie de realismo (que será explicada mais adiante) em relação aos objetos no *Tractatus*. Mas seriam propriedades e relações também objetos? E como entender o que Wittgenstein diz com "O solipsismo, levado às últimas conseqüências, coincide com o puro realismo" (TLP 5.64). Esta é uma passagem bastante enigmática da obra, usada por alguns autores para defender

[45] Ishiguro, 1969
[46] Hintinka, 1994
[47] Uma interpretação anti-realista precisa explicar qual a relação entre nomes e objetos, visto que objetos não são nesta interpretação considerados elementos últimos da realidade, a relação afiguradora entre proposição e mundo e como é possível que uma proposição seja verdadeira em virtude de como o mundo é (TLP 2.223).
[48] Na verdade, o *Tractatus* possui uma versão modificada da teoria da verdade como correspondência, se é correto definir desta maneira, como veremos na seção 3 deste capítulo.
[49] É possível ser idealista e possuir uma teoria da correspondência, como faz McTaggart, que diz que para ser verdadeira, uma crença deve corresponder aos fatos, sendo os fatos aqui considerados como entidades ideais, substâncias espirituais. (Kirkham, 1995, p.134). Entretanto, interpretar a teoria da verdade do *Tractatus* como uma teoria da correspondência parece exigir uma interpretação realista dos objetos, sendo estes elementos últimos da realidade que se ligam formando os estados de coisas existentes, atuais.

um anti-realismo no *Tractatus* e também usada por outros autores para criticar o anti-realismo, como veremos adiante.

Pode-se notar que para se responder uma pergunta aparentemente simples como aquela sobre a natureza dos objetos é preciso também responder uma série de perguntas que surgem a respeito de teses centrais do *Tractatus*, modificando assim, a cada resposta dada, a forma de entender o livro conforme os compromissos metafísicos e epistemológicos que cada interpretação atribui ao autor do *Tractatus*. Isso mostra a importância de se explorar profundamente este debate e os posicionamentos mais importantes até então apresentados entre os comentadores da obra.

3.1. A Ontologia do Tractatus

A Ontologia é normalmente entendida como um ramo da Metafísica, sendo a metafísica o estudo dos aspectos mais gerais da realidade. A ontologia, como ramo da metafísica, pode ser compreendida como o estudo do que existe, ou seja, dos tipos mais gerais das coisas que existem, dos constituintes mais elementares da realidade e também do próprio conceito de existência. Existem alguns problemas clássicos da Ontologia, como o problema sobre se há universais ou particulares, se existem entidades abstratas ou apenas entidades concretas, ou a questão sobre a existência dos números, na ontologia da matemática. A ontologia do *Tractatus* pode ser entendida então como a descrição do que há, dos constituintes mais básicos da realidade, de como a realidade é constituída da ligação de objetos e do que são esses objetos.

Alguns poderiam dizer que não existe no *Tractatus* uma investigação ontológica, por ser Wittgenstein um lógico e não se interessava por metafísica, porém, suas as reflexões a respeito da linguagem e do mundo implicam um modo de entender quais são as estruturas básicas da realidade, que neste caso, são os fatos e os objetos, de modo que essas reflexões o levaram a identificar propriedades necessárias que os elementos mais básicos da realidade possuem para que a linguagem possa assim representar esses elementos. Como visto no capítulo anterior, Wittgenstein inicia o *Tractatus* com proposições que falam a respeito do mundo. “O mundo é tudo o que é o caso. O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.” (TLP 1;1.1). O fato é a existência de um estado de coisa, que é uma ligação de objetos simples (TLP 2; 2.01;2.02), objetos estes que formam a substância do mundo (TLP 2.021). Por mais que em um mundo imaginário seja diferente do mundo real, eles tem em comum uma forma fixa, que são os objetos (TLP 2.022-2.023).

Mas qual a natureza destes objetos, para Wittgenstein? Qual é a ontologia defendida por Wittgenstein, no *Tractatus*, em relação aos objetos? Realista? Nominalista? Os objetos são particulares? Universais? A interpretação neutra realizada no capítulo anterior é suficiente para se ter uma visão geral do livro, porém, como dito anteriormente, ao atribuir-se à Wittgenstein uma determinada ontologia em relação aos objetos assume-se também uma série de compromissos em relação ao modo de interpretar as idéias no restante do *Tractatus*.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein, ao criticar seu modo antigo de pensar (*Tractatus*), diz que o que ele entendia como objetos eram os componentes da realidade, como os componentes simples que formam uma poltrona (PI, §46-47). Griffin (1997, p.61) diz que objetos são particulares, e cita 2.1515 (TLP) como uma passagem que sustenta sua tese, pois é uma passagem que utiliza uma metáfora que diz que os elementos de uma figuração tocam a realidade, o que sugere que estes elementos "tocam" os elementos particulares da realidade, pois uma figuração é uma figuração particular, a figuração de uma parte particular da realidade, de modo que qualquer conexão feita entre a figuração e o fato figurado deve ser feita com os particulares. Glock (1998) concorda, dizendo que o que mais se aproxima com o conceito de objeto é a noção de particulares tais como pontos espaciais e qualidades perceptuais últimas, como odores, tons acústicos e que, ao contrário dos dados do sentido de Russell, estes elementos não são temporários, não podem ser destruídos, mas sim, são aparentes *sempiternalia*, garantidos metafisicamente e epistemologicamente (GLOCK, 1998, p.267)[50].

A partir de uma leitura na qual os objetos são particulares[51], Wittgenstein parece supor, em algumas passagens, que relações e propriedades não são objetos, sendo apenas os objetos como particulares as referências dos nomes. Em 3.1432, Wittgenstein diz:

> Não: "O sinal complexo '*aRb*' diz que *a* mantém a relação *R* com *b*", mas: *que* "*a*" mantenha uma certa relação com "*b*" diz *que aRb*.

Nesta passagem, aparentemente Wittgenstein está dizendo que apenas "a" e "b" são nomes de objetos, de modo que alguns interpretes acreditam que, ao dizer que é porque *"a"* mantenha uma certa relação com "*b*" que diz que *aRb* , Wittgenstein está dizendo também que relações não são objetos, pelo fato do sinal que representa a relação *R* não aparecer na explicação, não sendo assim um objeto

[50] Para Glock, os objetos são garantidos metafisicamente por não poderem ser destruídos. Um exemplo dado por Glock é que um complexo vermelho ou os dados do sentido podem ser destruídos, porem não a cor vermelha ou os pontos no espaço e no tempo. São garantidos epistemologicamente por, apesar de não serem dados dos sentidos, são como *mínima sensibilia* (NB p.45), ou seja, constituintes indecomponíveis dos sentidos.

[51] A noção de objetos como particulares, no debate sobre os objetos no *Tractatus*, se opõe à noção de objetos como relações e propriedades, além de particulares.

que possui um nome que o nomeia. Ricketts (1996, p.72) diz que de fato, para o TLP, relações não são objetos, não são entidades, como Russell pensava, pois ao contrário de "a" e "b", "R" não é um símbolo em "aRb", sendo que uma relação entre objetos é expressa a partir de uma relação entre os nomes dos objetos[52]. Entretanto, em 14 de junho de 1915, Wittgenstein escreveu que "relações e propriedades, etc. são também objetos" (NB, p.61). Apesar de esta citação ser anterior ao *Tractatus* (*Notebooks*), segundo Hacker (1997, p.70), não há evidências de que Wittgenstein mudou seu modo de pensar a respeito do que são as relações entre os *Notebooks* e o *Tractatus*, de modo que ele considera então que relações, e provavelmente propriedades e pontos espaço-temporais também são objetos[53].

Em um ponto todos os comentadores concordam: Wittgenstein não ofereceu nenhum exemplo de objeto simples ou nome simples e pouco disse sobre o que são os objetos. Isso fez com que neste debate sobre objetos, diversas propostas interpretativas acabem surgindo, gerando muitas vezes interpretações sobre o *Tractatus* que são incompatíveis entre si. Hintikka e Hintikka (1994) apresentam a tese de que há evidencias textuais fortes que indicam que os objetos do *Tractatus* não são apenas particulares, como defendem alguns comentadores[54]. Mais do que isso, eles apresentam a tese de que os objetos tractarianos são, ao contrário do que defende Glock, citado anteriormente, como os objetos russellianos, ou seja, os dados do sentido[55].

Como evidência textual, Hintikka e Hintikka (1994, p.57) apresentam inicialmente a passagem acima citada, dos *Notebooks*, em que Wittgenstein afirma que relações e propriedades são objetos. Ainda nos *Notebooks* (p.69) Wittgenstein fala que as entidades aparentemente complexas *Sócrates* e a *propriedade da mortalidade* funcionam como objetos simples. Contra o argumento de que Wittgenstein teria mudado de idéia depois dos *Notebooks*, sobre a ontologia dos seus objetos, Hintikka e Hintikka citam os escritos do período intermediário de Wittgenstein. Na *Gramática Filosófica* (PG, p.41), Wittgenstein diz:

---

[52] Além de Ricketts (1996), outros autores como Copi (1958) e Carruthers (1990) também interpretam a proposição 3.1432 do *Tractatus* como uma evidência de que relações não são objetos. Esta interpretação parece ser bastante equivocada, esta proposição faz parte de um conjunto de proposições que explicam que um fato é representado por uma proposição, e não nomeado, como pensava Frege. Além disso, "*aRb*" não é uma proposição completamente analisada, de modo que mesmo que a relação seja expressa sem o sinal "*R",* como por exemplo, colocando o sinal "*a"* sobre o sinal "*b*" para representar tal relação, a relação continua sendo simbolizada, e portanto, isso não implica que no final da análise completa nós não encontraremos as relações como exemplos de objetos.

[53] Como veremos mais a frente, segundo o *Tractatus*, não é possível antecipar a forma lógica das proposições elementares encontradas no final da análise., sendo que por essa razão, dizer que relações são objetos, ou que dados dos sentidos são objetos são tentativas de se fazer o que segundo o *Tractatus* é impossível, e por isso, normalmente levam a erros exegéticos da obra, como será visto ainda neste capítulo.

[54] Como Anscombe e Griffin, por exemplo.

[55] Hacker (1997), assim como Hintikka e Hintikka, também defende uma interpretação fenomenológica do *Tractatus*.

> E essa é a origem da má expressão: um fato é um complexo de objetos. No caso, o fato de que um homem está doente é comparado com uma combinação de duas coisas, sendo uma delas o homem e a outra, a doença.[56]

Também é apresentado como argumento a explicação dada por Wittgenstein a Desmond Lee, nos anos 30, (Wittgenstein, 1980), a respeito da proposição 2.01 do *Tractatus*, onde Wittgenstein afirma que os objetos seriam entendidos como coisas como cores, pontos no espaço visual, etc, de modo que também se incluem como objetos as relações, pois uma proposição seria, por exemplo, uma ligação entre três objetos tendo a relação como um desses objetos[57]. Com isso, os Hintikka's sugerem que é muito improvável que Wittgenstein tenha mudado de idéia duas vezes, uma após os *Notebooks*, onde os objetos incluíam relações e propriedades, para o pensamento do *Tractatus*, onde objetos seriam apenas particulares, e depois, novamente, voltar à idéia de que objetos seriam propriedades.

Hintikka e Hintikka também defendem que os objetos tractarianos são como os objetos russellianos, dados dos sentidos. E iniciam as evidências textuais citando as *Investigações Filosóficas*, onde Wittgenstein diz: "estes elementos originários eram também os '*individuals*' de Russell, e também os meus 'objetos'" (PI, p. 39)[58]. E para os Hintikka's , isso parece auxiliar na compreensão da proposição 5.6 e 5.63 do *Tracatus*, onde Wittgenstein diz que "os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo. Eu sou meu mundo.", sendo que se minha em minha linguagem os nomes nomeiam os objetos de minha experiência, então o limite da totalidade destes objetos são os limites do meu mundo, assim como os limites de minha linguagem, pois só posso falar sobre estes objetos. E se os objetos são os objetos da *minha* experiência, como afirmam os Hintikkas, então isso torna claro também o que Wittgenstein diz a respeito da morte: "Como também o mundo, com a morte, não se altera, mas acaba" (TLP, 6.431). A explicação dos objetos como dados de minha experiência também esclarecem as proposições do *Tractatus* que tratam a respeito do solipsismo, segundo Hintikka e Hintikka, pois não faria sentido falar de solipsismo exceto se os objetos fossem *meus* objetos, dados da *minha* experiência.

---

[56] No período da *Gramática Filosófica*, Wittgenstein já está muito afastado do *Tractatus*, de modo que quando ele fala de fatos e complexos, ele fala no sentido ordinário, ao contrário do que pensam os *Hintikka's*.

[57] Uma ligação entre dois objetos não poderia também ser considerada como uma relação entre eles? As palavras em uma proposição estão relacionadas entre si de algum modo para que tenham sentido. Se relações são objetos, e se uma ligação entre dois objetos é uma relação entre dois objetos, seria esta segunda relação também um objeto? Aqueles que procuram antecipar a forma lógica dos objetos *a priori* não podem deixar de responder questões como estas, que para Wittgenstein, só poderiam ser respondidas *a posteriori*.

[58] O que Wittgenstein parece fazer nesta passage das *Investigações Filosóficas* é apenas comparar o que tanto os *individuals* de Russell quanto os objetos tractarianos e os elementos originários do *Teeteto* tem em comum: o fato de serem elementos simples. Wittgenstein não parece dizer aqui que os objetos tractarianos eram os mesmos *individuals* de Russell e os mesmos elementos originários do *Teeteto*. Se assim o fosse, ele não faria logo em seguida (PI §47, p.39) a seguinte pergunta: "mas quais são os componentes simples de que se compõe a realidade?"

Carruthers (1990, p.76) formula algumas críticas à interpretação fenomenalista do *Tractatus*, sugerindo inicialmente que é importante notar que Wittgenstein tratava as questões epistemológicas de um modo depreciativo (*disparagingly*), dizendo que a psicologia – que Wittgenstein associava também com a epistemologia – não "é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural" (TLP 4.1121). Segundo Carruthers, um projeto fenomenalista que reduz toda a linguagem ordinária à descrições de dados do sentido só faz sentido como parte da tentativa de mostrar que nosso conhecimento pode ser justificado adequadamente pelas nossas experiências. E Wittgenstein tratava as questões epistemológicas e psicológicas de modo depreciativo, por estar interessado principalmente nas questões lógicas e semânticas. Assim, parece haver um pressuposto muito forte contra uma leitura fenomenalista do *Tractatus*, de modo que é preciso evidências explícitas textuais para sugerir que o *Tractatus* era fenomenalista.

Segundo Carruthers, um argumento que normalmente é usado a favor da interpretação fenomenológica dos objetos é o exemplo dado por Wittgenstein nos *Notebooks* (p.45), onde ele diz que objetos simples são pontos no campo visual. Mas logo após, Wittgenstein diz que objetos simples são como partes do espaço e diz que objetos espaciais são *coisas* ("*thing*"), ou seja, Wittgenstein parece não restringir os objetos como sendo apenas dados dos sentidos. Ainda nos *Notebooks*, Wittgenstein também sugere que pontos materiais físicos são objetos, como na passagem a seguir: "A divisão do corpo em *pontos materiais*, como temos na física, não é nada mais do que uma analise em *componentes simples"* (NB, p.67).[59] E na página 69 dos *Notebooks*, Wittgenstein parece sugerir que como objetos verdadeiramente simples, temos os pontos materiais da física[60].

Outra objeção levantada por Carruthers à interpretação fenomenalista é a questão da existência necessária dos objetos. Como é possível que dados dos sentidos existam necessariamente?[61] A resposta de Hintikka e Hintikka para esta pergunta é que os elementos de todas as proposições que podem ser expressas possuem como referência os dados do sentido que atualmente ocorrem, sendo que não é possível outro mundo que não contenha estes mesmos itens. Pode-se até existir um mundo onde a combinação destes dados dos sentidos esteja organizada de outra maneira, mas não onde estes dados do sentido não existam e outros diferentes existam. Carruthers assume que essa resposta possa ser consistente com o que Wittgenstein diz, porém, produz uma leitura que é intrinsecamente bastante implausível, altamente contra-intuitivo (1990, p.78), dando como exemplo de uma conseqüência

[59] Tradução da seguinte passagem (grifo original mantido): "Die zerlegung der körper in *materielle punkte*, wie wir sie in der physik haben, ist weiter nichts als die analyse in *einfache bestandteile*."
[60] "It always loojs as if there were complex objects functioning as simples, and then also *really* simple ones, like the material points of physics, etc" (NB, p.69) (grifo original mantido)
[61] Carruthers, 1990, p. 77

contra-intuitiva a seguinte suposição: se eu estiver andando e pisar em um alfinete, experimentarei uma dor. Segundo a interpretação dos Hintikka, isso significaria que seria logicamente impossível que eu nunca experimentasse esta dor, pois se supõe que não existe mundo possível onde esta dor não existe. Esta conclusão é de fato, como Carruthers afirma, bastante contra-intuitiva[62].

Um ponto importante que merece ser discutido é o que Wittgenstein quis dizer sobre o solipsismo, pois em 5.62, Wittgenstein diz que "[o] que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto", e isso parece favorecer uma leitura fenomenalista sobre os objetos, como defendem Hintikka e Hintikka (1994, p.100). Wittgenstein também diz que o mundo e a vida são um só e que com a morte, o mundo acaba (TLP 5.621;6.431). Carruthers, entretanto, argumenta que uma leitura fenomenalista da proposição 5.621 parece ter sido explicitamente excluída por Wittgenstein, pois quando essa passagem foi escrita, nos *Notebooks*, logo após ela Wittgenstein complementa: "É claro que 'Vida' não é a vida fisiológica. E nem psicológica. A Vida é o mundo" (NB, p.77)[63]. Se "Vida" não é a vida nem psicológica nem fisiológica, então Wittgenstein parece estar de fato explicitamente excluindo uma leitura fenomenológica dessa passagem. Carruthers continua mostrando que a maior dificuldade de uma interpretação fenomenalista do *Tractatus* é quando Wittgenstein diz que "o solipsismo, levado às últimas conseqüências, coincide com o puro realismo" (TLP 5.64). Se entendermos por "realismo" e por "solipsismo" o que normalmente entende-se por estas duas palavras, em filosofia, então temos uma clara inconsistência de Wittgenstein. Por isso, como sugere Carruthers, não temos outra alternativa senão procurar uma outra interpretação de modo que mostre que Wittgenstein entendia ou o solipsismo ou o realismo de outro modo, que não o modo tradicional de se entender o solipsismo em filosofia, que diz que todo o mundo exterior é apenas representação (ou criação) de uma única mente, sendo essa existência dependente da mente que representa esse mundo externo[64].

Em 5.62, logo após dizer que o que o solipsismo quer significar é correto, Wittgenstein complementa dizendo que "[q]ue o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo" (TLP 5.62). Logo em seguida, Wittgenstein escreve: "Eu sou meu mundo" (TLP 5.63). Cuter (2006, p.187) procura interpretar esta passagem lembrando, antes de tudo, que "mundo" é um termo técnico no *Tractatus*, que significa a tudo o que é o caso, ou mais precisamente, tudo o que é representado pela totalidade das

[62] O mesmo vale para os dados do sentido de experiências passadas. Sabendo que a identidade desses dados do sentido devem ser definidas pelo momento em que ocorrem, então se eu tivesse pisado no alfinete cinco minutos depois do que o momento que atualmente pisei, teria sentido outra dor, e não esta que atualmente sinto, pois seriam outros objetos.
[63] Tradução minha para: "Physiological life is of course not 'Life'. And neither is psychological life. Life is the world"
[64] Um solipsismo mais fraco é aquele que diz que é possível que existam outras mentes ou coisas no mundo, porém, não é possível provar, sendo que toda a fonte de conhecimento vem da experiência sensorial.

proposições verdadeiras[65]. Assim, pode-se entender "os limites da linguagem" como o limite de todas as representações possíveis, e dessa forma, coincide com os limites do mundo, pois o mundo é a totalidade de fatos, e esta totalidade determina também o que não é o caso (TLP 1.12), sendo o que é o caso e o que não é o caso a totalidade de estados de coisas que podem ser representados pela linguagem, e nada além disso.

Mas ainda há um sujeito envolvido nestas proposições do *Tractatus*, afinal, elas falam do limite do *meu* mundo, ou que *eu* sou o meu mundo. Mas como entender este sujeito? Em 5.64, Wittgenstein escreve que o solipsismo coincide com o puro realismo. E logo depois, explica o sujeito do solipsismo:

> O eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele. (TLP 5.64)
>
> Assim, há realmente um sentido em que se pode, em filosofia, falar não psicologicamente do eu.
>
> O eu entra na filosofia pela via de que "o mundo é meu mundo".
>
> O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo. (TLP 5.641)

O sujeito do solipsismo do *Tractatus* é o sujeito metafísico, transcendental. Não é o sujeito físico nem psicológico. É um sujeito que não faz parte do mundo, e por isso, não pode-se dizer sobre ele que ele existe (e também que não existe). E segundo Cuter (2006, p.188), não faz parte do mundo simplesmente porque não é (e nem poderia ser) um fato. Não existe proposição sobre este sujeito que poderia ser ou verdadeira ou falsa. Este sujeito encontra-se no limite do mundo (TLP 5.632), e se está no limite do mundo, ele não faz parte do que é o caso (e nem do que não é o caso), de modo que ele não pode existir no sentido de ser um estado de coisas possível[66]. O que está no limite do mundo está no limite da linguagem, e sendo assim, como não faz sentido dizer que existe ou que não existe, não pode também ser representado pela linguagem. Wittgenstein escreve ainda, em 5.631, o seguinte:

---

[65] Em algumas passagens do *Tractatus*,Wittgenstein diz que o mundo é parte da realidade, sendo que em outras passagens, ele utiliza a palavra "realidade" como sinônimo de "mundo". No primeiro caso, o mundo é equivalente aos estados de coisa atuais, ou seja, a totalidade dos fatos (TLP 2.04) sendo então a realidade a totalidade de estados de coisas existentes e não existentes (TLP 2.06). No segundo caso, a maneira de entender o termo "mundo" não muda. O que se modifica é a forma como se entende a realidade, que agora significa tudo o que é o caso, e por isso, uma proposição concorda ou não com a realidade (mundo), ou seja, com o que é o caso (TLP 2.21).

[66] Na terminologia do *Tractatus*, o termo "existir" significa o mesmo que ser um estado de coisas que é o caso, mas que poderia não ser o caso. Não se pode dizer que os objetos existem, por exemplo, pois eles "existem" necessariamente. Ou seja, no sentido tractariano, o sujeito que está no limite do mundo não existe. No sentido *extra-tractariano*, pode-se dizer que este sujeito existe, pois está (e não poderia não estar) no limite do mundo.

> Se eu escrevesse um livro O mundo tal como o Encontro, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele não se pode falar neste livro.

Wittgenstein quer dizer aqui que não se pode falar de um sujeito que é o limite do mundo. Este sujeito, o sujeito metafísico, é o sujeito do pensamento, da linguagem[67]. Como diz Cuter, o método para isolar o sujeito, citado por Wittgenstein em 5.631 é na verdade um método para destacar o sujeito, pois após descrever tudo o que é possível, percebe-se que o sujeito não desaparece, mas ganha destaque justamente por se encontrar nos limites do que pode ser dito e pensado. Assim, Wittgenstein está dizendo que há um sujeito metafísico e que, enquanto limite necessário do mundo, por ser necessário, não se pode dizer nada sobre ele, nem mesmo que ele existe – pois para o *Tractatus*, não se pode dizer com sentido que algo necessário existe ou que não existe - e, além disso, que ele é condição de possibilidade de toda representação e pensamento. Para Cuter, não significa que a linguagem não possui um sujeito, sendo que "o que Wittgenstein está dizendo de modo escancarado neste aforismo é que não só existe – num outro sentido – o sujeito que pensa e que representa, como ele é também condição de possibilidade de todo pensamento e de toda representação" [68] (CUTER, 2006, p.189). Ou seja, segundo Cuter, só é possível representar ou pensar porque há – num outro sentido de haver – o sujeito metafísico.

Por conta deste sujeito metafísico, é possível dizer que o solipsismo coincide com o puro realismo. O que o sujeito metafísico pode pensar, pode representar, são todos os estados de coisas possíveis, ou seja, todas as combinações contingentes entre objetos. Assim, segundo Carruthers (1990, p.83), interpretar o solipsismo a partir deste sujeito metafísico é dar ao *Tractatus* uma interpretação consistente com a interpretação realista do livro, pois o que há de correto no solipsismo é aquilo que ele mostra, mas não pode ser dito (TLP, 5.62), a saber, que a totalidade dos estados de coisas possíveis coincide com a totalidade das representações possíveis.

---

[67] Algumas questões sobre o sujeito metafísico e o sujeito empírico são bastante difíceis de se responder. Por exemplo, se o sujeito metafísico é o sujeito que pensa, que representa, então isso significa que o sujeito empírico, ou seja, eu, você, João, Paulo, não pensa nem representa? Wittgenstein não dá maiores detalhes sobre a relação entre esses dois sujeitos, deixando assim muitas questões em aberto, tornando esse tema bastante difícil de se explicar claramente.

[68] Poderíamos perguntar: qual a diferença entre o sujeito empírico da linguagem e o sujeito metafísico? Apenas o fato de o primeiro poder ser representado no mundo porque poderia não existir, enquanto que o segundo não pode ser representado porque encontra-se no limite da linguagem? E por que este sujeito metafísico é necessário? Um sujeito empírico não pensa e não representa? Apesar das tentativas de se entender o sujeito metafísico do *Tractatus*, as interpretações muitas vezes parecem confusas e deixam em aberto questões como essas aqui descrita.

Carruthers dá o seguinte exemplo: imagine uma descrição objetiva completa do mundo e seu conteúdo, objetiva no sentido de que não parte de nenhum ponto de vista particular. Essa descrição completa descreve todos os objetos físicos, suas propriedades, relações. Descreve todos os pensamentos, experiências e percepções do mundo. Descreve inclusive esse corpo que é o meu corpo, assim como os pensamentos e experiências que são meus, mas não serão descritas assim, como sendo meu corpo, pensamentos e experiências. É uma descrição completa que não parte de nenhum ponto de vista particular. Assim, alguém poderia afirmar: "Essas experiências e pensamentos são meus!". Porém, essa "*myness*"[69] não ser dito, pois qualquer um que ouvisse a descrição completa saberia que as experiências são (ou poderiam ser) delas. Da mesma forma, ninguém conseguiria imaginar que existe outro "*myness*" no mundo, e por isso, por ser inefável e também impossível de se pensar, esse "*myness*" encontra-se fora do mundo (ou no limite do mesmo)

Wittgenstein está dizendo duas coisas quando fala sobre o solipsismo, segundo Carruthers: (1) o que é verdade no slogan "O mundo é meu mundo" é que o conjunto das possibilidades metafísicas coincide com o que é possível para eu representar; (2) que o único espaço para um sujeito metafísico de pensamentos e experiências é indetifica-lo com o "*myness*" inefável, como o ponto de vista no qual as representações são formuladas. Para Carruthers, esta interpretação sobre o solipsismo e o sujeito metafísico é clara e coerente, e esta sua leitura fortalece o ponto contra uma interpretação fenomenalista dos objetos do Tractatus, que é o objetivo desta seção. Porém, parece ser necessário mais esclarecimentos sobre a diferença e relação entre o sujeito metafísico e os sujeitos empíricos e sobre como estes sujeitos articulam descrições privadas entre si.

3.2. O que são os Objetos, afinal?

Muitos comentadores do *Tractatus*, como vimos anteriormente, buscam evidências para identificar o verdadeiro estatuto ontológico dos objetos tractarianos. Mas parece haver evidências ora a favor da tese em que os objetos são dados do sentido, ora a favor da tese em que não são, sendo elementos como pontos espaciais ou tons musicais que não podem ser destruídos e que existem independentemente do sujeito. Ora parecem ser também os objetos propriedades e relações, ora parece que propriedades e relações não podem ser consideradas objetos. Mas o que acontece de fato é que Wittgenstein não deu nenhum exemplo sobre o que são os objetos. Kenny (1984b, p.16) diz que nos *Notebooks*, Wittgenstein parecia variar entre uma posição nominalista – os objetos do *Tractatus* sendo

[69] O termo "*myness*", de difícil tradução, se refere a essa posse da experiência e pensamentos que são meus.

interpretados como indivíduos, particulares – e uma posição platonista – os objetos sendo tomados como universais - porém, "quando escreveu o livro, Wittgenstein escolheu cuidadosamente suas palavras para não adotar nenhuma das duas posições sobre as quais ele expressou suas dúvidas e hesitações nos *Notebooks*"[70] (Kenny, 1984b). Mas porque então Wittgenstein, no *Tractatus*, escolheu cuidadosamente suas palavras? Por que ele não deu nenhum exemplo de objetos? Será que a ausência de exemplos e a escolha cuidadosa de suas palavras não são pistas para uma interpretação mais adequada desta questão?

Johnston (2009) chama atenção para o seguinte ponto: uma proposição elementar é formada por uma combinação de nomes. Um estado de coisas é uma combinação de objetos. A teoria da figuração diz que para que haja figuração, é preciso que ambas as combinações compartilhem a mesma forma. Com isso, pode-se perceber que a questão sobre quais as formas dos objetos é equivalente à questão sobre quais são as formas dos nomes, já que ambos compartilham a mesma forma, na figuração. Assim, para saber sobre as formas dos nomes, bastaria então olhar para a notação lógica de Wittgenstein, pois Wittgenstein defendia, no *Tractatus*, o uso de uma notação lógica clara que exclui todas as confusões lingüísticas fundamentais (TLP 3.324). Em 3.325, Wittgenstein diz que:

> Para evitar estes equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática lógica – à sintaxe lógica.

O problema então é: Que notação é essa? Wittgenstein, em todo o seu livro, utiliza uma notação lógica que parece ser inadequada[71] para representar a forma lógica das proposições elementares, que é a notação de Russell[72]. Mas porque Wittgenstein então não utiliza uma notação adequada, que obedeça à gramática lógica, como ele mesmo propõe? Pelo fato de que, para se criar uma notação lógica que realize plenamente esta função, é preciso que esta notação esteja de acordo com a sintaxe lógica, ou seja, é preciso que conhecer a forma de cada elemento representado. Porém, só é possível saber a forma

[70] Tradução minha para: "when writing the book Wittgenstein chose his words carefully so as not to adopt either of the positions about wich the *Notebooks* express his doubts and hesitations"

[71] A notação de Russell parecia inadequada para não porque ela fosse logicamente defeituosa, mas sim, porque não se sabe, *a priori*, qual a forma das proposições elementares. É preciso realizar a análise, e por conta disso, é possível que, após a análise, se descubra que a notação russeliana seja incapaz de representar a forma lógica encontrada nas proposições elementares. Não é possível então, sem realizar a análise, saber a forma lógica das proposições elementares para poder julgar qual das notações existentes é a mais adequada para representar as proposições elementares.

[72] "A ideografia de Frege e Russell é uma tal notação, que não chega, todavia, a excluir todos os erros" (TLP 3.325). A notação da operação N e das tabelas de verdade não são notações de Frege e Russell, mas ainda assim, não são ideais para as proposições completamente analisadas, pois sem a análise realiada, não é possível saber qual a notação ideal. Cf. nota anterior.

dos objetos simples e dos nomes simples após a realização de uma análise completa. Não é possível saber, *a priori*[73], a forma dos objetos, nem, portanto, dos nomes e nem mesmo das proposições elementares. Wittgenstein se propõe ao desafio de saber *a priori* a forma das proposições elementares e nomes (TLP 5.55), mas depois percebe que esta tarefa é logicamente impossível, pois a "aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar" (TLP 5.557). Ou seja, é só após uma análise completa da proposição que é possível saber a forma das proposições elementares, dos nomes e dos objetos. Tentar especificar *a priori* o que só é possível após a aplicação da lógica resulta, claramente, em um contra-senso (TLP 5.5571). Wittgenstein volta a este ponto em seu texto "*Some Remarks on Logical Form"*, dizendo que "alguém pode freqüentemente ser tentado a perguntar a partir de um ponto de vista *a priori*: O que, afinal, *pode* ser a única forma das proposições atômicas [...]. Mas isso, creio eu, é um mero jogo de palavras" (SRLF, p.30, tradução minha).

Aqui parece haver um problema: se Wittgenstein diz que tentativas de antecipação da lógica resultam em contra-sensos, são meros jogos de palavras, então como interpretar as passagens do *Tractatus* em que Wittgenstein parece citar propriedades de objetos, como em 2.0131[74]? Mikel (1998) sugere uma interpretação sobre os objetos do *Tractatus* de modo que não atribua aos objetos do tractarianos nenhuma natureza extra-lógica, ou seja, nessa leitura, não se atribui a Wittgenstein o erro de tentar antecipar a lógica. Para Mikel (1998, p.385), os objetos são *placeholders* (variáveis) dos elementos mais básicos que constroem o mundo - ou mais precisamente, são variáveis para os nomes destes elementos Mikel (1998, nota 5) - e que todas as passagens do livro que parecem atribuir características metafísicas ou epistemológicas aos objetos fazem total sentido se interpretando os objetos *qua placeholders* no final da análise da linguagem. Ainda segundo Mikel, a falha dos comentadores acaba gerando propostas bizarras sobre o que são os objetos principalmente porque normalmente cometem a falácia do erro categorial de confundir os objetos do *Tractatus qua placeholders* com elementos que possuem certas propriedades extra-lógicas que segundo o *Tractatus*, não se pode antecipar.

---

[73] *"A priori*" para o autor do *Tractatus* significa não só ser independente da experiência como também independente da análise lógica.

[74] TLP 2.0131: "O objeto especial deve estar no espaço infinito. (O ponto do espaço é um lugar de argumento.) Não é preciso, por certo, que a mancha no campo visual seja vermelha, mas uma cor ela deve ter: tem à sua volta, por assim dizer, o espaço das cores. O som deve ter *uma* altura, o objeto do tato, *uma* dureza, etc"

Para defender sua tese[75] de que os objetos devem ser consiederados como *placeholders*, Mikel parte do seguinte pressuposto: Wittgenstein, no *Tractatus*, está realizando uma reflexão *a priori* sobre a estrutura do mundo e da linguagem, para que a linguagem possa falar verdadeiramente ou falsamente sobre o mundo. Por conta disso, Wittgenstein estava fazendo uma reflexão lógica, e, como lógico, ele não precisava oferecer exemplos, pois isso estava fora de sua jurisdição[76]. Nas *Observações Filosóficas* (§36), Wittgenstein diz o seguinte:

> O que certa vez chamei de "objetos", pura e simplesmente, era aquilo a que poderia me referir sem precisar temer sua possível inexistência, isto é, aquilo para que não se predica nem existência nem a inexistência, e isso significa: aquilo de que podemos falar não importa qual possa ser o caso.

Isso parece demonstrar que enquanto escrevia o *Tractatus*, Wittgenstein pensava nos objetos apenas logicamente, sem necessariamente atribuir a eles quaisquer características que fossem extra-lógicas e *a posteriori*. Assim, eles devem ser interpretados apenas como aquilo que serão encontrados no final da análise e que existem necessariamente para que se possa traçar uma figuração verdadeira ou falsa do mundo (TLP 2.0212). Sabendo que os objetos são simples (TLP 2.02), torna-se importante ter em mente a distinção da simplicidade lógica e da simplicidade física. A falha em distinguir estes dois tipos de simplicidade fez com que alguns comentadores, segundo Mikel, interpretassem os objetos como fisicamente simples, atribuindo características metafísicas aos objetos muito mais gerais do que as características atribuídas por Wittgenstein e criando interpretações implausíveis[77]. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein parece atribuir características metafísicas aos objetos, quando no parágrafo 60, dá o exemplo da vassoura. Porém, o que ele quer demonstrar neste parágrafo e no parágrafo anterior é que o que vemos na realidade são, em geral, compostos, como uma poltrona ou uma vassoura, e que podem ser descritos de forma mais analisada, pois os elementos que formam estes

---

[75] Mikel alerta que a sua interpretação sobre os objetos não é nova, pois se encontra em praticamente todas as discussões sobre os objetos, principalmente nas interpretações tradicionais. Porém, ele afirma que não há nenhum comentador que defende rigorosamente essa sua tese, pois semprem os comentadores semprem acabam cometendo o erro de atribuir aos objetos do *Tractatus* propriedades extra-lógicas.

[76] Analogamente, pode-se dizer que Wittgenstein também não se preocupava, enquanto lógico, com outros tipos de problemas como o problema sobre os elementos do pensamento, sendo que quando Russell pergunta a Wittgenstein sobre o que são os elementos do pensamento, Wittgenstein responde que não sabe o que são, mas sabe que devem existir tais elementos (NB, p. 130-131).

[77] Mikel (p.390) cita como exemplo de um destes comentadores David Pears (1981, p.81), que a afirma que a simplicidade dos objetos é uma simplicidade física, pois sendo fisicamente simples, o objeto não possui partes que o compõe que possa produzir, nas proposições elementares, incompatibilidades *a priori*. Afirmar que os objetos devem ser fisicamente indecomponíveis é atribuir propriedade meta-física extra-logica aos objetos que para Mikel, é desnecessário e geram propostas bizarras. Pears (1987, p. 68) chega a dizer que os objetos devem ser novos e estranhos, pois nada com o que somos familiares satisfazem o requisito de serem fisicamente simples, sem estrutura interna nenhuma.

compostos não se mostram quando na linguagem ordinária falamos da vassoura, da poltrona ou de qualquer outro composto. Por isso, não se deve dizer que no parágrafo 60 das *Investigações* Wittgenstein está atribuindo propriedades físicas aos objetos.

Assim como o *Tractatus* não se compromete com o que são os objetos, no que diz respeito à suas características extra-lógicas, o livro também não diz o que não são os objetos. Por exemplo, em 6.3751, Wittgenstein diz que "[é] claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. O enunciado de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição". A princípio, parece que Wittgenstein está dizendo então que as cores não podem ser exemplos de objetos[78], e é importante lembrar que ele deixa claro nessa passagem que um enunciado sobre um ponto do campo visual não é uma proposição elementar. Quando escreveu *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein tinha em mente que a *vermelhidão*, por exemplo, seria uma propriedade complexa analisável em termos de elementos mais simples do qual as cores são feitas (SRLF, p.35)[79]. Se de fato o autor do *Tractatus* pensava em cores como complexos analisáveis em termos destes elementos mais simples, que não mantém relações lógicas entre sí, então esta passagem não pode ser lida como exemplos do que *não são* os objetos. Claro, que certas cores (complexas) não são objetos, parece ser claro. Mas isso não implica que os elementos simples que formam essas cores complexas, seja quais forem esses elementos, não sejam objetos[80]. O mesmo raciocínio pode ser feito para as propriedades. Para alguns autores[81], propriedades e relações não são objetos, pois uma proposição como "*fa*" pode ser representada sem a simbolização da propriedade "*f*", como por exemplo, escrevendo o nome "*a*" de cabeça para baixo, assim como é possível retirar a relação "*R*" de "*aRb*", reescrevendo a proposição colocando o nome "*a*" sobre o nome "*b*". Porém, o fato de se retirar o sinal "*f*" ou "*R*" de uma proposição não significa que a propriedade e a relação não está sendo simbolizada. Para Ishiguro (1968, p.24, nota 2), é difícil compreender como em "*fa*" dois objetos podem estar ligados como no elo de uma corrente, já que é possível representar a proposição sem a propriedade "*f*". Mikel afirma que o que este argumento ignora é o fato da possibilidade de se analisar "*f*"[82] em termos de outras "coisas" mais simples, pois se aparentemente Wittgenstein pensou

[78] Ramsey (1950, p.280) diz que por causa desta passagem, parece estar implicito que conceitos simples como vermelho, azul, são complexos e formalmente incompatível.
[79] É importante também ter em mente que em SRLF, Wittgenstein já estava criticando o *Tractatus*. É possível que ele tivesse em mente, na época do *Tractatus*, a mesma intuição sobre a analise das cores que teve em SRLF, visto que como 6.3751 deixa claro, uma proposição da forma "A é verde ou A é vermelho" não pode ser uma disjunção de duas proposições elementares.
[80] Pode-se dizer que Wittgenstein deu exemplos do que não são objetos: algumas cores. Mas disso não se segue, como pudemos ver, que as cores em geral não são objetos.
[81] Como a Ishiguro, Copi e Anscombe.
[82] Mesmo que a propriedade não seja explicitamente representada por um sinal.

ser possível analisar as cores, que são propriedades, em elementos mais simples, não há razão para excluir esta possibilidade para as demais propriedades ordinárias.[83]

Entender os objetos tractarianos como objetos cujas propriedades relevantes são puramente lógicas não implica que Wittgenstein não admitia a possibilidade de características extra-lógicas para eles além das características extra-lógicas necessárias para uma reflexão lógica[84]. Tanto que na proposição 2.025, Wittgenstein diz que a substância do mundo é forma *e* conteúdo, ou seja, os objetos possuem as propriedades internas, a forma, que são todas as possibilidades combinatórias com outros objetos, e as propriedades externas, o conteúdo, que são as ligações existentes entre os objetos de um fato. Entretanto, o que importa para Wittgenstein, *qua* lógico, é apenas a forma desta substância, a forma dos objetos, sendo que a discussão sobre quaisquer características extra-lógicas dos objetos, seja o seu conteúdo como outras características contingentes, só é possível após a aplicação da lógica. Desse modo, o debate sobre a natureza dos objetos tractarianos como exposto aqui parece deixar claro três pontos que ajudam numa interpretação adequada do *Tractatus*, a saber: (1) Wittgenstein era um lógico e tinha em mente estar fazendo lógica. Sendo assim, não é adequado atribuir a ele teses metafísicas ou epistemológicas sobre os objetos[85], pois mesmo em suas cartas a Russell, ele deixa claro que não é trabalho de um lógico determinar *como* as coisas são, mas sim, um trabalho para quem vai aplicar a lógica[86]. (2) Mesmo sendo um lógico, (1) não implica que Wittgenstein não acreditasse que o mundo tivesse uma natureza metafísica. Este debate sobre os objetos mostra que Wittgenstein suspendia o juízo sobre o tema, mas sabia que a certeza sobre como as coisas são só poderia ser obtida após a aplicação da lógica, e por isso, não excluía a possibilidade de os objetos serem dados do sentido ou terem outras características. Isso parece explicar o cuidado que teve em escolher suas palavras sobre este tema no *Tractatus*, como apontou Kenny (1984b,p.16), assim como parece explicar a ausência de exemplos sobre objetos, nomes e proposições elementares no *Tractatus*. (3) É praticamente unânime entre os comentadores do *Tractatus* que Wittgenstein não deu exemplos de objetos, nomes e proposições elementares. Por isso, é importante lembrar que certas passagens que aparentam apresentar exemplos de proposições elementares não podem ser consideradas literalmente como exemplos, pois Wittgenstein só poderia exemplificar objetos, nomes e proposições elementares se estivesse utilizando

[83] Ver MIKEL, 1998, nota 29.
[84] Por exemplo, é uma propriedade lógica poder se ligar a outros objetos, mas extra-lógica estar ligado a outros objetos.
[85] Salvo as teses bastantes gerais existentes no *Tractatus*, que diz que existem objetos, que eles pode se combinar com outros objetos, que ao conhecer um objeto, conhecemos todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas, etc.
[86] Ou seja, para Wittgenstein, não importa ao lógico qualquer propriedade contingente sobre os objetos, como por exemplo, saber que um objeto está ligado a outro, ou que possui certas propriedades metafísicas ou epistemológicas. O que importa saber sobre os objetos para o lógico é tudo o que os objetos compartilham em comum para que possa ser representados pela linguagem, a saber, ser simples, existir necessariamente e poder estar ligado a outros objetos.

a notação adequada para representar a forma lógica de proposições completamente analisadas que ele julgava ser a notação ideal, mas que ainda não existia, como apontado por Johnston. Sendo assim, por não possuir em mãos tais ferramentas, Wittgenstein utilizava como ferramenta para esclarecer certas questões uma notação que considerava inadequada, que era a notação lógica de Russell. Como diz Cuter (2002, p.97, nota.3):

> A utilização da notação russeliana para as funções proposicionais era a única alternativa que Wittgenstein tinha, no Tractatus, para não recorrer ao expediente que utilizamos, de imaginar que a análise tenha sido feita e que tenhamos chegado a um certo resultado.

Ainda sobre a notação, em outra passagem, Cuter diz o seguinte:

> Como interpretar, então, o uso de sinais proposicionais como 'f(a,b)' e '(∃xy).f(x,y)' em passagens como 5.531-5.5321? Antes de mais nada, eles se apresentam claramente como um recurso expositivo de que Wittgenstein lança mão para poder contornar carências que só a análise lógica poderá suprir de modo definitivo (p.104)

Ou seja, para poder exemplificar corretamente objetos e nomes, Wittgenstein sabia que precisaria utilizar uma notação ideal e clara, mas ele também sabia que uma notação como essa, que evitaria todos os erros, só poderia ser obtida após a aplicação da lógica na análise (SRLF, p.30).

3.3. A Teoria da Verdade do Tractatus Logico-Philosophicus

A questão da teoria da verdade do *Tractatus* é uma questão central no livro, pois envolve o esclarecimento de uma série de idéias sobre a linguagem e sobre o mundo, mas que muitas vezes é apenas citada como uma versão paradigmática da teoria da correspondência (BERBER, 2007, p.195)[87]. Mas o que significa ser "uma versão paradigmática da teoria da correspondência"? Qual a diferença da teoria clássica da verdade como correspondência para esta dita versão paradigmática? É possível afirmar que o *Tractatus* defende uma versão clássica da teoria da verdade como correspondência? Ou outra teoria da verdade deve ser atribuída às idéias do livro? A busca pela resposta destas questões é importante, pois ajudará a esclarecer tanto a forma como Wittgenstein entendia a linguagem e o mundo, assim como ajuda a posicionar o trabalho de Wittgenstein dentro das teorias da verdade

[87] Ver também Glock (2006)

existentes de um modo mais adequado do que simplesmente ser classificado como defensor de uma versão diferente da teoria da verdade como correspondência, porém, sem mais qualificações.

3.3.1. A verdade como correspondência

Kirkham (1995, p.119) divide as teorias da verdade como correspondência em dois tipos: a correspondência como correlação e correspondência como congruência. Ele então define a teoria de Russell como teoria da verdade como congruência, assim como atribui esta mesma teoria ao autor do *Tractatus*. A teoria da verdade como congruência é aquela que, segundo Kirkham, satisfaz ao seguinte esquema:

(*c*) {*c* é verdadeira *sse* $(\exists x)(\exists y)(\exists R)$ [(*c* é a crença de que *xRy*) & *xRy*]}

Este esquema pode ser lido da seguinte maneira: "para qualquer crença, a crença é verdadeira se e somente se existir algum objeto *x*, algum objeto *y* e alguma relação *R*, tal que a crença é a crença de que *x* tem a relação *R* com *y*, e *x tem* a relação *R* com *y*"[88]. Por exemplo, se Otelo tem a crença de que Desdemona ama Cássio, esta crença é verdadeira se o complexo dos termos da crença de Otelo é congruente ao complexo formado por Desdemona, Cássio e a relação de amar. Se fosse Cássio quem amasse Desdemona, mas não vice-versa, a crença seria falsa, assim como se fosse o caso que Desdemona amasse outra pessoa, como, por exemplo, o Otelo, e não amasse o Cássio.

A teoria da correspondência como correlação difere da correspondência como congruência pelo fato de que o portador de verdade não necessariamente precisa ser estruturalmente isomórfico[89] ao estado de coisas correlacionado, mas sim, *enquanto um todo* está correlacionado a um estado de coisas, *enquanto um todo*. Segundo Kirkham, quem melhor exemplifica a correspondência como correlação é J. L. Austin, de modo que uma teoria é uma teoria da correspondência como correlação quando satisfaz ao seguinte esquema:

(*s*) {*s* é verdadeira *sse* $(\exists x)$ [(*s* significa que *x*) & (*x* acontece)]}[90]

[88] Este esquema parece sugerir que só há verdade sobre relações, mas este esquema pode valer para outras formas de proposição.

[89] Haack (1998, p.133) também atribui ao *Tractatus* a mesma classificação de teoria da verdade atribuída a Russell, sendo que neste caso, ela chama esta teoria da correspondência como uma teoria do "isomorfismo estrutural".

[90] Este esquema é, segundo Kirkham, uma simplificação do esquema de Austin, que ele apresenta como sendo o esquema a seguir: (s) [*s* é verdadeira *sse* $(\exists x)$ $(\exists r)$ $(\exists t)$ (*t* é usada para fazer *s*) & (*s* se refere a *x*) & (*t* descreve *r*) & (*x* é do tipo *r*) & (*x* acontece)]

A leitura deste esquema pode ser feita do seguinte modo: “Para qualquer afirmação, esta afirmação é verdadeira se ela significa um determinado estado de coisas, e este estado de coisas acontece”. A teoria da verdade de Austin é também uma teoria do significado, sendo que ele “enfatiza o caráter convencional das correlações. Quaisquer palavras poderiam ser correlacionadas com qualquer situação; a correlação não depende de maneira alguma do isomorfismo entre palavras e mundo” (Haack, 1998, p.136). Kirkham propõe então, a partir da similaridade entre a teoria de Russell e de Austin, um esquema que demonstre a essência de qualquer teoria da verdade como correspondência, sendo este o esquema EC abaixo:

$$(t)\ \{t \text{ é verdadeira } sse\ (\exists x)\ [(tRx)\ \&\ (x \text{ acontece})]\}$$

A leitura deste esquema seria: “para qualquer portador de verdade *t*, este portador de verdade é verdadeiro se existe um estado de coisas que mantém certa relação com este portador de verdade e este estado de coisas acontece”. Nesse caso, o portador de verdade pode ser crença, pensamento, proposição, sentença, e a relação poderia ser “é uma crença de que”, “diz que”, “expressa que”, etc. É um esquema genérico que exibe a essência de qualquer teoria da verdade como correspondência.

Glock (2006) classifica as teorias da verdade como correspondência em quatro tipos diferentes. A primeira é a teoria chamada de “*object correspondence*” (OC), onde o portador de verdade corresponde a um objeto existente. Essa teoria é exibida no esquema abaixo:

$$\text{(OC)} - (s)\ (s \text{ é verdadeira } sse\ s \text{ corresponde a seu objeto})$$

Ou seja, a sentença “Bush é Americano” é verdadeira porque corresponde a um objeto americano, Bush. Mas essa teoria não dá conta de sentenças como “Ninguém é perfeito” ou “está chovendo”, por exemplo, pois é difícil, ou mesmo talvez impossível identificar um sujeito genuíno em sentenças desta forma. Assim, Glock apresenta outro tipo de teoria da correspondência, que usa o termo “fatos”, no plural, no lugar de objetos, chamada de “*fact-correspondence plural*” (FCP), apresentada pelo esquema abaixo:

$$\text{(FCP)} - (s)\ (s \text{ é verdadeira } sse\ s \text{ corresponde aos fatos})$$

Segundo Glock, a teoria FCP não deixa claro o que significa "corresponder aos fatos", afinal as sentenças "O quadrado redondo não existe" correspondem aos fatos da mesma forma que "Lula é Brasileiro", de modo que "corresponder aos fatos" parece ser um conceito tão difícil quanto "é verdadeiro", que se tenta explicar através da teoria da verdade. Outra versão desta teoria, a "*fact-correspondence singular*" (FCS) parece tornar mais claro o que é a verdade, sendo a FCS apresentada pelo esquema abaixo:

(FCS) - (*s*) (*s* é verdadeira *sse s* corresponde ao fato que *s* expressa)

Este esquema parece ser o mesmo esquema apresentado por Kirkham para a teoria da correspondência como congruência de Russell, explicada anteriormente[91]. E, segundo alguns autores que classificam a teoria da verdade de Russell da mesma forma que a teoria da verdade de Wittgenstein, este esquema representaria também a teoria da verdade do *Tractatus*. Entretanto, segundo este esquema, uma sentença como um todo está associada a um fato, quando verdadeira. Mas quando falsa, ela parece estar numa relação diferente com o mesmo fato, mas se é numa relação de não corresponder, parece não ser possível que a sentença expresse tal fato. Com Russell, acontece algo semelhante. Segundo Russell:

> Quando uma crença é verdadeira, há uma outra unidade complexa, na qual a relação, que era um dos objetos da crença, relaciona os outros objetos... Por outro lado, quando a crença é falsa, não há tal unidade complexa composta somente pelos objetos da crença... Assim, uma crença é verdadeira quando ela corresponde a um certo complexo que lhe está associado, e falsa quando não corresponde.(Russell, 1998, p.95-96)

Ou seja, se uma sentença *s* é verdadeira, é porque há um fato a que ela corresponde, e há este fato porque, entre outras coisas, os elementos da crença existem. Mas se um dos elementos da crença não existir, isso faz não com que a sentença seja falsa, mas com que a crença não possa existir (Kirkham, 1995, p.123). Parece haver então certo problema na teoria FCS para lidar com sentenças falsas, que, segundo Glock, pode ser evitado através de outra versão de teoria da correspondência, pois parece evidente que sentenças falsas expressem de algum modo, um fato. Este outro esquema é a teoria chamada por "*fact-correspondence existence*" (FCE):

[91] Não considerei aqui o problema sobre a teoria das crenças de Russell, que deveria explicar o que é uma crença e quais os componentes da crença, por exemplo, dado que na teoria da verdade de Russell, o portador de verdade é uma crença.

(FCE) - (*s*) (*s* é verdadeira *sse* existe um fato a que *s* corresponda)

Esta teoria parece ser mais próxima do *Tractatus* do que a FCS, ou mesmo da teoria da verdade de Russell. Entretanto, no capítulo I desta dissertação[92], foi dito que o *Tractatus* não possuí uma genuína teoria da verdade como correspondência. A razão para esta afirmação é a seguinte: suponhamos que a proposição "o gato está sobre o tapete" seja uma proposição elementar. Segundo a FCE, esta proposição é verdadeira se existe um fato que corresponda a ela, sendo neste caso o fato de que o gato está sobre o tapete. E se não existe este fato, se não houver gato sobre o tapete, a proposição é falsa. Até este momento, o esquema FCE parece se ajustar ao *Tractatus* adequadamente. Mas vejamos um contra-exemplo. Como devemos analisar a proposição (supondo ainda ser uma proposição elementar) "o livro não está sobre a mesa"? Segundo o esquema FCE, esta proposição é verdadeira se existe *um fato* a que ela corresponda. Entretanto, segundo o *Tractatus*, a verdade dessa proposição está condicionada a não-existência de um fato específico, e não à existência de um fato específico[93].

Sendo assim, não parece adequado atribuir ao *Tractatus* uma teoria da verdade como correspondência, pois uma teoria da verdade como correspondência não explica de forma única e consistente a verdade das proposições positivas e negativas. No *Tractatus*, há uma assimetria na explicação da verdade dessas proposições, ou seja, há uma assimetria entre dizer das proposições positivas que correspondem a fatos e dizer das proposições negativas que correspondem a fatos (negativos). Uma teoria da verdade como correspondência não dá conta dessa assimetria, como veremos detalhadamente mais adiante. Segundo Glock (2006, p. 346), alguns autores, como Hacker e Beckermann afirma que o *Tractatus* não possui uma teoria da verdade como correspondência, e sim, uma teoria da verdade que pode ser considerada como deflacionária. Para entender essa interpretação, vejamos o que é a teoria deflacionária da verdade.

3.3.2. A teoria deflacionária

Nos *Notebooks*, encontramos Wittgenstein dizendo o seguinte:

---

[92] Ver nota 11.

[93] É importante notar que Wittgenstein, em 2.06, chama a inexistência de um estado de coisas de *fato negativo*. Para Russell, um fato negativo existe, assim como existe um fato positivo, sendo que no fato negativo, a negação faz parte do fato existente. Assim, uma proposição negativa como "o livro não está sobre a mesa" é verdadeira segundo o *Tractatus* se não existe um fato específico – o fato de o livro estar sobre a mesa – o que Wittgenstein chamou de *fato negativo*, enquanto que, segundo a FCE, esta proposição negativa é verdadeira se *existe* um fato negativo específico que corresponde à proposição, a saber, o fato de que o livro não está sobre a mesa.

> “p” é verdadeiro, diz nada mais do que p. “’p’ é verdadeiro” é apenas uma pseudo-proposição como todas estas conexões de sinais que aparentemente dizem algo que pode apenas ser mostrado (NB, p.9)

Também é possível encontrar nas notas ditadas a Moore o seguinte:

> “p” é verdadeiro = “p”. p. Def.: no lugar de “p” devemos introduzir a forma geral da proposição. (NB, p.113)

E no *Tractatus*, em 4.062, vemos Wittgenstein dizendo que “uma proposição é verdadeira se as coisas estão como, por meio dela, dizemos que estão”. Segundo Glock (2006), estas passagens possuem semelhanças com o deflacionismo, e que podem ser lidas como uma teoria da verdade chamada de semântica/deflacionaria representada pelo esquema abaixo:

(S/D) – A sentença[94] *s* é verdadeira *sse* as coisas estão como *s* diz que estão.

Este esquema é chamado por Glock (2006, p.354) de semântico/deflacionário, por apontar aspectos que a interpretação de Hacker e de Beckermann dizem em relação à teoria da verdade do Tractatus. Beckermann (1995, p.532) entende o esquema (S/D) como semântico por envolver a noção de que uma sentença diz que as coisas estão como estão, e Hacker (2000, nota 36) entende esse esquema como uma antecipação de uma teoria deflacionária da verdade, pois para Hacker, “o fato de Wittgenstein falar que a proposição concorda com a realidade se verdadeira não implica comprometimento algum com uma ‘relação de verdade’ ou uma ‘relação de correspondência’ entre as proposições e fatos em que a verdade consiste. Dizer que a proposição ‘p’ concorda com a realidade é dizer que ‘p’ diz que p e é, de fato, o caso que p”.[95] Wittgenstein, no Tractatus, não enunciou um esquema que explica a verdade como o esquema (T), do deflacionismo. Mas isso não significa que talvez em alguns momentos teve certa aproximação com o deflacionismo, sendo importante então compreender até que ponto isso ocorreu, se ocorreu, no Tractatus.

---

[94] Em alguns momentos, utilizei o termo “sentença” e em outros “proposição”, pelo fato de estar citando os mesmos termos utilizados por outros autores. Porém, como estamos analisando o *Tractatus*, podemos assumir nesse momento que “sentença” e “proposição” são sinônimos.

[95] Tradução minha de “The fact that Wittgenstein speaks of a proposition’s agreeing with reality if it is true does not imply any commitment to a ‘truth-relation’ or ‘correspondence-relation’ between propositions and facts, of which being true consists. To assert that a proposition ‘p’ agrees with reality is to assert that ‘p’ says that p and it is in fact the case that p.”

O que é uma teoria deflacionária? Utilizando a terminologia de Horwich (1998, p.121)[96], uma teoria deflacionária uma teoria que explica não só o conceito, mas tudo o que é necessário dizer sobre a verdade, a partir do esquema (T) abaixo:

(T) – "*p*" é verdadeira *sse p.*

Assim, para o deflacionismo, a verdade não é definida em termos de "'verdade' significa '*F*'" ou "o fato de *x* ser verdadeiro consiste no fato de *x* possuir a propriedade *F*" [97], ou seja, a verdade não é uma propriedade que está oculta e a ser descoberta. O conteúdo do conceito de verdade, tudo o que é necessário dizer sobre a verdade é definida puramente a partir do esquema (T), deflacionando o conceito de verdade, retirando tudo aquilo que não lhe é essencial, e por isso o nome "deflacionismo". Horwich mostra que há versões diferentes do deflacionismo, como a teoria da redundância e a teoria minimalista, que podem ser definidas como:

a. Teoria da redundância (*disquotational theory*) – esta teoria defende o mesmo que o deflacionismo (a) somando-se também a idéia de que o esquema (T) é uma sinonímia, ou seja, "é verdadeira" é um pseudo-predicado que não denota nenhuma propriedade, de modo que podemos eliminar o "é verdadeiro" sem perder o poder expressivo, pois tudo o que posso dizer com o predicado, posso também dizer sem o predicado. Por exemplo, dizer que "'o carro está no meio da pista' é verdadeiro" é simplesmente o mesmo que dizer que "o carro está no meio da pista". Esta teoria é normalmente atribuída a Frank P. Ramsey[98]. A teoria da redundância esvazia completamente o significado de "verdade", ao que Horwich então pergunta: se a noção de verdade é de fato redundante, então por qual razão temos tal noção? (Horwich, 1998, p 122) Horwich apresenta a sua teoria minimalista da verdade para substituir a teoria da redundância, evitando assim as falhas que a teoria da redundância possui.

[96] Ver também "Deflacionismo, redundância e minimalismo" de Alexandre N. Machado, disponível em http://problemasfilosoficos.blogspot.com/2006/11/deflacionismo-redundncia-e-minimalismo.html

[97] Como veremos a seguir, para a teoria minimalista, a verdade é uma propriedade, porém, não um certo tipo de propriedade que está oculta e que pode ser descoberta, mas sim, uma propriedade trivial, uma propriedade lógica, que pode ser explicada a partir do esquema (T).

[98] Segundo Hacker (2000, p.369), o *Tractatus* antecipou a teoria deflacionária da verdade (neste caso, a teoria da redundância), talvez até mesmo influenciando diretamente Ramsey, sendo exemplos dessa antecipação as passagens citadas no início desta seção, como as passagens dos *Notebooks* e das *Notas ditadas a Moore*.

b. Minimalismo – defende o mesmo que o deflacionismo (a) somando-se também a idéia de que o esquema (T) é uma equivalência extensional necessária (não intensional, como defende a teoria da redundância), sendo que "é verdadeira" é um predicado genuíno que denota uma propriedade lógica, e não uma propriedade naturalística, ou seja, não é uma propriedade que pode ser analisada e definida em termos de outras propriedades mais fundamentais, mas que é uma propriedade lógica que entre outras coisas, possui um papel vital no nosso entendimento de certas generalizações que usamos na linguagem cotidiana (Horwich, 1998, p 122).

Para Hacker, como visto anteriormente, o *Tractatus* é deflacionário, pois segundo ele, "dizer que uma proposição '*p'* concorda com a realidade é dizer que '*p*' diz que *p* e que de fato, é o caso que *p*" (HACKER, 2000, nota 36). Isso não é o suficiente para afirmar que o Tractatus é deflacionário, sendo ou uma teoria da redundância ou minimalista[99]. Porém, é possível que o *Tractatus* possua elementos em comum com o minimalismo, por exemplo, que é uma teoria que identifica a verdade como uma propriedade lógica.

3.3.3. A teoria da verdade no Tractatus

O *Tractatus*, por um lado, parece apresentar evidências a favor da teoria da verdade como correspondência, mas as teorias da correspondência não se adéquam completamente ao *Tractatus*. Por outro lado, Wittgenstein parece antecipar aspectos que podem ser encontrados na teoria deflacionária. Mas atribuir simplesmente uma teoria deflacionária ao *Tractatus* não explica as evidências correspondentistas[100] existentes no livro. Como interpretar então uma teoria da verdade no *Tractatus*?

Uma teoria da verdade como correspondência possui três elementos que podem ser analisados aqui à luz do *Tractatus*: o portador de verdade, o que torna o portador verdadeiro (o gerador de verdade) e a relação entre o portador e aquilo que ele corresponde, aquilo que o torna verdadeiro. No *Tractatus*, o portador de verdade é a proposição, que, como vimos, é formado por elementos logicamente simples e inanalisáveis, que são os nomes. Toda proposição é bipolar, sendo que é ou verdadeira ou falsa, não podendo possuir uma terceira opção (como ser indeterminada) ou ser necessariamente verdadeira ou necessariamente falsa. Aquilo que segundo o *Tractatus* faria com que

[99] Para Horwich, criador da teoria minimalista da verdade, o *Tractatus* é um exemplo da teoria da verdade como correspondência (HORWICH, 2000, p.8)
[100] Como por exemplo, TLP 2.12; 2.151;2.2; 2.21; 2.222; 2.223;

uma proposição fosse ou verdadeira ou falsa (o gerador de verdade) é a realidade, pois "a figuração concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa" (TLP 2.21). Sobre a realidade, podemos dizer que é composta por tudo o que é o caso. Wittgenstein fala de fatos negativos (TLP 2.06), que é definido como a inexistência de um estado de coisas. A principal dificuldade para interpretar o *Tractatus* como correspondentista está na interpretação do terceiro elemento de toda teoria da verdade como correspondência: a relação entre o portador de verdade e a realidade, pois qual o tipo de relação que uma proposição negativa verdadeira possui, por exemplo, com um fato negativo?

A relação entre a proposição e a realidade no *Tractatus* pode ser inicialmente entendida através da figuração, pois como diz Wittgenstein, "a figuração é como uma régua aposta à realidade" (TLP 2.1512), sendo que "para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade" (TLP 2.223). Toda proposição é uma figuração da realidade, sendo o sentido de uma proposição – aquilo que ela afigura (TLP 2.221) - independente da verdade ou falsidade da proposição. Ser uma figuração, ter sentido, implica em poder ou ser verdadeira ou ser falsa, de modo que entender o sentido de uma proposição é então saber o que seria o caso se ela for verdadeira e o que seria o caso se ela for falsa. O que é representado por uma proposição – o sentido da proposição - representa uma possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas, uma situação possível no espaço lógico (TLP 2.201;2.202). E para que uma proposição seja uma figuração, ela precisa ter em comum com a realidade a forma lógica (TLP 2.2), ou seja, a proposição precisa ser isomórfica à realidade para que seja uma figuração, de modo que a proposição e a realidade compartilhem algo em comum – a forma lógica.

Uma teoria da correspondência, em geral, fala da correspondência da estrutura da proposição e não da forma, como o isomorfismo do *Tractatus*. Mas a estrutura de uma proposição, ou seja, que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representando o estado de coisas, com seus objetos vinculados uns aos outros do mesmo modo (TLP 2.032; 2.15) não diz, necessariamente, que as coisas estão como representadas, pois uma proposição pode dizer justamente que as coisas *não estão* como representadas. A verdade é, segundo o *Tractatus*, em determinados momentos, uma presença de uma correspondência estrutural, e em outros casos, uma ausência de uma correspondência estrutural. Isso mostra que segundo o *Tractatus*, aquilo que a linguagem e a realidade necessariamente devem compartilhar em comum, a mesma forma lógica, não é uma condição da verdade da proposição, mas do sentido, da possibilidade de se representar verdadeiramente ou falsamente o mundo. Assim, há uma assimetria na forma como a verdade é explicada, no *Tractatus*, pois a verdade ora é determinada pela presença de uma correspondência entre a estrutura da proposição

e da realidade (a verdade da proposição positiva), ora é determinada pela ausência da correspondência entre a estrutura da proposição e da realidade (a verdade da proposição negativa).

Então vejamos como é formulada uma teoria da verdade como correspondência. Uma formulação clara da teoria da verdade como correspondência pode ser entendida do seguinte modo:

> ‘Dizer que esta crença é verdadeira é dizer que existe no universo um fato ao qual ela corresponda; e dizer que ela é falsa é dizer que não há no universo nenhum fato ao qual ela corresponda. ’ E esta sentença, eu penso, preenche todos os requisitos de uma definição – a definição do que nós realmente significamos ao dizer que a crença é verdadeira ou falsa. (MOORE, 1952, p.277)

Assim, o problema do *Tractatus* em relação à teoria da verdade como correspondência é justamente a assimetria que existe no *Tractatus* na explicação da verdade das proposições positivas e proposições negativas, de modo que a teoria da verdade como correspondência não é uma teoria que se aplica de forma homogênea ao *Tractatus*, por conta dessa assimetria. Uma proposição pode ser verdadeira, no *Tractatus*, de duas maneiras diferentes: quando a proposição é positiva – *P* – e a estrutura lógica representada pela proposição acontece, no mundo; ou quando a proposição é negativa - ~*P* - e a estrutura lógica dos elementos representados não é a estrutura exibida pela proposição. Por exemplo, uma proposição “*P”* tem dois nomes, *“a”* e *“b”*, e eles estão ligados entre si, formando a ligação “*a-b*”. Se a proposição diz que é o caso que *a-b* e, no mundo, os objetos *a* e *b* estão ligados formando o estado de coisas *a-b*, então a proposição é verdadeira. No caso de uma proposição negativa “~*P*”, ela diz que a ligação *a-b* não é o caso, e, portanto, ela será verdadeira se os objetos *a* e *b* estiverem em qualquer outra ligação com outros objetos, exceto *a-b*. Tanto *“P”* como “~*P”* são proposições que a mesma combinação de elementos, logicamente isomórfica aos elementos do mundo, ou seja, o mesmo estado de coisas. A única diferença entre as duas é o sinal da negação, que não corresponde a nada no mundo, pois é uma operação lógica (TLP 5.2341).

A teoria da verdade exibida por Glock (2006) como a teoria da verdade do *Tractatus* é a “Teoria da ocorrência” (OT), que é representada pelo esquema abaixo:

(OT) – A sentença *s* é verdadeira *sse* o estado de coisas que *s* afigura ocorre[101]

[101] Glock explica a verdade de proposições negativas neste esquema da seguinte maneira: o que uma proposição afigura é o seu sentido. “*p*” e “~*p*” possuem sentidos contrários, não afiguram a mesma coisa, de modo que o que ocorre se “*p*” for verdadeira é o contrário do que ocorre se “~*p*” for verdadeira (GLOCK, 2006, p.359). Apesar desta explicação, pode-se perguntar: qual estado de coisas deve ocorrer para tornar “~*p*” verdadeira? Afinal, “~*p*” diz justamente que um determinado estado de coisas não ocorre, e não que outro estado de coisas ocorre.

Segundo Glock, o esquema acima exibe a teoria oficial da verdade do *Tractatus* sendo que é a teoria que deve basear qualquer interpretação do livro. A questão é: Como se deve caracterizar esta teoria da ocorrência? Como uma teoria da correspondência? Como uma teoria semântico/deflacionária? O problema de se interpretar o esquema (OT) como semântico/deflacionário é que a verdade é definida a partir de uma categoria ontológica, a saber, estado de coisas, e este comprometimento não é desejado por uma interpretação semântico/deflacionária, de acordo com Glock. Já transformar o esquema (OT) em um esquema correspondentista não é algo difícil. Glock exibe os seguintes passos que demonstram esta transformação:

Passo 1 – (OT_1) – A sentença *s* é verdadeira *sse s* afigura um estado de coisa que ocorre

Um estado de coisas que ocorre é um fato, segundo o *Tractatus* (TLP 2). Portanto:

Passo 2 – (OT_2) – A sentença *s* é verdadeira *sse s* afigura um fato
Passo 3 – (OT_3) – A sentença *s* é verdadeira *sse* existe o fato que *s* afigura
Passo 4 – (FCE) – A sentença *s* é verdadeira *sse* existe um fato que *s* corresponda.

Mas apesar de (OT) poder ser transformado no esquema (FCE), o problema das sentenças negativas continua no esquema (FCE), enquanto que em (OT), pode-se dizer que este problema não aparece. O que uma proposição afigura é o seu sentido, e como uma proposição positiva possui um sentido e uma proposição negativa possui outro sentido, o sentido oposto (TLP 4.0621), se o sentido que a proposição afigura ocorre, então ela é verdadeira e com isso, o esquema (OT) consegue explicar a verdade também das proposições negativas. Já o mesmo não se pode dizer do esquema (FCE), pois neste caso, estamos falando da correspondência entre um fato específico, que existe e a proposição, e como visto anteriormente, em proposições negativas é justamente a inexistência de um estado de coisas específico que torna a proposição negativa verdadeira[102].

A teoria da verdade no *Tractatus* possui duas partes: a primeira a que explica a relação entre o portador de verdade, a proposição, e o que ela representa, afigura, diz. Esta relação entre a proposição e o que ela representa é explicada pela correspondência entre a forma lógica da proposição e a forma lógica do estado de coisa representado. Se há o isomorfismo, então a proposição diz algo; a segunda

[102] Glock poderia dizer que a teoria da ocorrência explica as proposições negativas dizendo que a sentença *s* (uma sentença negativa) é verdadeira quando ocorre um fato negativo (de acordo com a definição de fato negativo do *Tractatus* em TLP 2.06).

parte explica a concordância entre o que a proposição diz e o que é o caso. Numa teoria da correspondência, como definida tradicionalmente, o que uma proposição diz deve corresponder ao que é o caso, mas como vimos, no *Tractatus*, as coisas não são dessa maneira. Portanto, se o *Tractatus* possui uma teoria da verdade como correspondência, deve-se ter em mente que é uma teoria da correspondência diferente da teoria tradicional da verdade como correspondência, pois em alguns casos – como no caso das proposições negativas – é ausência de correpondência com um fato positivo (que será a correspondência com um fato negativo) que explicará a verdade. Assim, a única forma de atribuir uma teoria da correspondência ao *Tractatus* é tendo em mente que se trata de uma teoria da correspondência em um sentido mais fraco, e não no sentido tradicional de se definir tal teoria.

Sendo assim, não há uma teoria da correspondência genuína no *Tractatus* e nenhuma sugestão de uma relação geradora de verdade no livro que possa ser aplicada a todas as proposições – positivas e negativas – de forma simétrica. O que há no *Tractatus* é a explicação do isomorfismo, que explica a possibilidade de uma proposição dizer algo, e sendo assim, pode-se dizer que a verdade é explicada apenas pelo fato de "*p*" dizer que *p* e *p*, como defende Hacker[103]. Dessa forma, a verdade é explicada em termos da ocorrência do sentido expresso pela proposição[104]. Segundo Glock, não há, no *Tractatus* nenhuma sugestão que diga que "é verdadeiro" é redundante ou não é um predicado genuíno. E uma teoria minimalista da verdade não nega que "é verdadeiro" é um predicado genuíno. Horwich diz que a teoria minimalista da verdade "não nega que a verdade corresponda, em certo sentido, aos fatos; ela reconhece que as declarações devem suas verdades à natureza da realidade" (1998, p.104). Assim, de certo modo, parece ser possível atribuir ao *Tractatus* uma teoria da verdade que possui aspectos em comum com o deflacionismo. Ou seja, pode-se dizer que o *Tractatus* possui uma teoria da verdade menos inflacionada do que outras teorias da verdade, como a teoria da verdade como correspondência, sem contradizer nenhuma afirmação do livro, apesar de que, ao se explicar a verdade como a ocorrência do estado de coisas dito pela proposição, estamos usando a noção metafísica de estado de coisas, noções estas evitadas por teorias deflacionárias da verdade.

Não é fácil dar um rótulo preciso à teoria da verdade do *Tractatus*. Se utilizarmos as definições paradigmáticas de uma teoria da correspondência, de uma teoria semântica ou deflacionária, perceberemos que não se pode classificar a teoria do *Tractatus* como nenhuma destas teorias.

---

[103] Cf. nota 98.

[104] Glock chama a atenção para o fato de que o que uma proposição afigura é o seu sentido, ou seja, o estado de coisas possível que ocorre se ela é verdadeira. E Wittgenstein diz que uma proposição e sua negação possuem sentidos opostos. Assim, o que ocorre se "*p*" é verdadeira é diferente do que ocorre se "~*p*" é verdadeira (GLOCK, 2006, p.359).

Entretanto, entendendo a diferença entre estas teorias e o modo como o *Tractatus* explica a verdade, pode-se notar que, como diz Glock (2006, p. 364),

> Apesar de que [a teoria da correspondência, a teoria semântica e deflacionaria], à prima facie, serem diversas, essas teorias não são necessariamente incompatíveis. Pelo menos em algumas versões, são apenas modos diferentes de expressar uma verdade importante sobre a verdade.

Assim, para não cometer o erro de diversos comentadores, atribuindo incorretamente uma teoria da correspondência ao *Tractatus*, ou mesmo uma teoria deflacionária, é importante notar a distinção entre elas e perceber que de certo modo, a teoria da ocorrência do *Tractatus* possui semelhanças com a teoria semântico/deflacionário e é - se for adequado chamá-la assim - uma versão diferente e própria do *Tractatus* de teoria da verdade como correspondência.

3.4. Há um realismo no Tractatus?

Depois de termos analisados os problemas a respeito de como interpretar os objetos tractarianos e a respeito da teoria da verdade no *Tractatus*, podemos perceber que a depender da forma como se interpreta o livro, é possível interpretar certas partes do livro como evidências de que Wittgenstein era realista, quando escreveu a obra. Mas antes de atribuir um realismo ou anti-realismo ao *Tractatus*, é importante entender as distinções entre as diversas formas de realismo. Logo em seguida, analisaremos argumentos a favor de uma interpretação anti-realista do *Tractatus*, para verificar até que ponto tal interpretação se adéqua às interpretações sobre os objetos e sobre a verdade, feitas até este momento.

A idéia de realismo surgiu a partir de teorias metafísicas, significando que as coisas existem na realidade independente de nós. Como exemplo clássico, pode-se citar Platão, que dizia que as idéias (universais) existem e existem independentemente de nós. Mas já nesse ponto podemos notar que há aqui duas maneiras de entender a independência: as coisas podem existir, independente de nós existirmos (uma independência ontológica) e as coisas podem existir, independente de nosso conhecimento sobre elas (uma independência epistemológica). Ser realista não significa necessariamente aceitar todas as formas de realismo. Um cético, por exemplo, pode ser um realista metafísico, aceitar que as coisas existam independentemente de nossa existência, mas não ser um realista epistemológico, ou seja, pode defender que as coisas que existem não podem nunca ser conhecidas.

Como oposição ao realismo, temos o anti-realismo, que defende, em geral, a tese de que há uma dependência parcial ou total de nós para a existência das coisas. Dummett (1963) defende que boa parte

das disputa realismo/anti-realismo pode ser interpretada e exposta semanticamente, ou seja, ao invés das questões envolvidas serem sobre os aspectos de como o mundo é, passam a ser sobre aspectos sobre como usamos a linguagem para falar do mundo. Ele define o realismo e o anti-realismo da seguinte forma:

> Caracterizo o realismo como a crença de que as sentenças da classe em disputa possuem um valor de verdade objetivo, independente de nossos meios para conhecê-lo: elas são verdadeiras ou falsas em virtude de uma realidade existente independentemente de nós. O anti-realismo opõe a isto a visão de que as sentenças da classe em disputa só são compreendidas apenas por referência ao tipo de coisa que nós contamos como evidencia para uma sentença dessa classe (1968, p.146, tradução minha)[105]

Podemos chamar de realismo semântico uma das posições da disputa sobre o realismo, sendo que um realista semântico é aquele que considera que uma proposição ou é verdadeira ou é falsa mesmo quando ele não considera possível saber se esta proposição é verdadeira ou falsa, ou seja, quando não é possível descobrir o valor de verdade da proposição, ao passo que o anti-realista semântico defende que uma proposição ou é verdadeira ou falsa apenas quando é possível saber se a proposição é verdadeira ou é falsa.

Horwich (1998, p.51) procura mostrar que a disputa entre realismo/anti-realismo não tem nenhuma relação com a natureza da verdade, como defende Dummett [106]. Porém, mesmo não sendo correta a tese de Dummett de que a disputa sobre o realismo possa ser reduzida à disputa sobre a natureza intrínseca da verdade, deve-se considerar que é legítima uma controvérsia semântica entre o realismo e o anti-realismo[107]. Sendo assim, na disputa sobre como interpretar o *Tractatus*, no que diz respeito à disputa entre realismo e anti-realismo, algumas teorias, em ambos os lados da disputa, são atribuídas ao *Tractatus*, como por exemplo, em relação à existência dos objetos: (a) os objetos existem independentemente de nós (realismo metafísico); (b) os objetos são dados dos sentidos, e, portanto, dependem de nós para existirem (anti-realismo metafísico); ou em relação à verdade das proposições: (a_1) uma proposição é ou verdadeira ou falsa mesmo que não seja possível demonstrar seu valor de

[105] A versão original diz o seguinte: "Realism i characterise as the belief that statements of the disputed class possess an objective truth-value, independently o four means of knowing it: they are true or false in virtue of a reality existing independently of us. The anti-realist opposes to this view that statements of the disputed class are to be understood only by reference to the sort of thing which we count as evidence for a statement of that class"

[106] Outros filósofos como Michael Dewitt (1991) e Scott Soames (1999) defendem um ponto de vista semelhante ao de Horwich.

[107] Não faz parte do escopo desta dissertação analisar esta questão. O objetivo é apenas mostrar que há diversas maneiras de se entender a disputa entre realismo e anti-realismo, para que se possa analisar e atribuir corretamente ao *Tractatus* uma posição ou realista ou anti-realista.

verdade (realismo semântico); (b_1) uma proposição é ou verdadeira ou falsa apenas se possível demonstrar seu valor de verdade (anti-realismo semântico).

Em relação aos objetos, vimos que não é adequado atribuir a eles qualquer propriedade metafísica ou epistemológica[108], de modo que a partir desta interpretação, não se torna possível atribuir um realismo ou anti-realismo ao *Tractatus*, pois apesar de Wittgenstein manifestar certas suspeitas em relação ao que seriam os objetos[109], ele sabia que de fato só era possível atribuir quaisquer propriedades aos objetos (além daquelas que se podem atribuir *a priori*)[110] depois de ser feita uma análise lógica da linguagem. E em relação à teoria da verdade do *Tractatus*, se considerássemos o *Tractatus* como defensor de uma legítima teoria da verdade como correspondência e sabendo que, ao longo da história da filosofia, a grande maioria das teorias correspondentistas tem sido teorias realistas da verdade, isso não implica necessariamente que o *Tractatus* é realista, pois é possível haver correspondência entre uma proposição/crença/sentença e fatos ideais, sendo uma teoria correspondentista anti-realista da verdade[111]. E se atribuíssemos ao *Tractatus* uma teoria da verdade minimalista, isso também não implica que o *Tractatus* é anti-realista, pois como dito anteriormente, Horwich não nega a possibilidade de um minimalismo realista. Ele apenas nega que o conceito de verdade precisa ser explicado metafisicamente. Sendo assim, creio que a melhor maneira de compreender como o *Tractatus* se posiciona na disputa sobre o realismo é analisando os argumentos dos filósofos que atribuem explicitamente um anti-realismo ao livro. Para isso, foram escolhidos dois casos paradigmáticos para esta análise, que serão apresentados e criticados nesta seção: Brian McGuinness e Hidé Ishiguro.

McGuinness, em seu artigo "*The So-called Realismo of Wittgenstein's Tractatus*" (1981) sustenta que apesar de tradicionalmente se atribuir ao *Tractatus* um realismo semântico (de acordo com a definição de Dummett, vista anteriormente), essa atribuição não é correta. McGuinness procura demonstrar sua tese analisando o que são os objetos e procura mostrar que os objetos não são entidades reais, que existem, apesar de serem necessários apenas por exercerem um papel semântico

[108] Não é adequado quanto fazemos estas atribuições *à priori*. Mas depois que a análise é realizada, não é de forma alguma inadequado atribuir tais propriedades aos objetos.

[109] Wittgenstein não deu exemplos dos objetos, como já foi dito. Em alguns momentos, ele parece considerar, talvez apenas como um exemplo do que poderia ser descoberto como objetos, os pontos espaciais,objetos temporais e cores (TLP 2.0121; 2.0251; 4.123). Mas isso é o máximo que ele se aproximou de qualquer consideração extra-lógica sobre os objetos.

[110] Algumas propriedades poderiam – e foram – atribuídas aos objetos por serem propriedades necessárias para a investigação lógica – que eles são simples e que podem se ligar a outros objetos. Além destas propriedades, nenhuma outra pode ser atribuída aos objetos *à priori*, visto que estas são as únicas propriedades necessárias para a investigação lógica, como pensava Wittgenstein.

[111] Cf. Kirkhan, 1995, p.133.

importante[112]. Ele levanta a questão sobre o que significa dizer que existe uma espécie de coleção de objetos, reino da referência, para que as proposições tenham sentido, pois para o *Tractatus*, o que existem (*bestehen*) são os fatos, são possibilidades combinatórias entre objetos, concretizadas, que tornam as proposições verdadeiras. Quando estas possibilidades combinatórias não existem, tornam as proposições falsas. Porém, Wittgenstein diz que os objetos subsistem (*bestehende*). Assim, segundo McGuinness, toda esta ontologia do *Tractatus* surge do uso ilegítimo de termos como "*bestehen*" e é um tipo de mito ontológico que Wittgenstein nos oferece para mostrar a natureza da linguagem, sendo que um dos resultados obtidos ao se conhecer a natureza da linguagem é a rejeição de mitos ontológicos como este, dos objetos, apresentado por Wittgenstein.

Segundo McGuinness, é possível mostrar que devem existir os nomes logicamente simples nas proposições elementares sem precisar falar sobre a complexidade do estado de coisas ou mesmo o fato de que objetos fazem parte deste estado de coisas e que os nomes os representam, como afirma a interpretação tradicional da teoria da figuração. E McGuinness apresenta este argumento da seguinte maneira: é possível fazer afirmações sabendo que elas são ou verdadeiras ou falsas, independentemente do que é o caso no mundo, pois o sentido de uma proposição não depende do que é o caso. Sendo assim, estamos comprometidos com o fato de que as proposições são expressas de modo que todos os sinais constituintes das mesmas possam se combinar independentemente do que é o caso, sendo que é possível criar novas frases com estes mesmos sinais, independentemente do que for o caso no mundo.

Sobre os objetos, McGuinness diz:

> Um objeto, no Tractatus, que é a referência de um nome ou sinal simples, pode ser visto simplesmente como opotencial de valor de verdade de uma certa expressão. O papel semântico de um suposto possível sinal simples ou nome é o de ser combinado com outros sinais simples ou nomes para produzir uma proposição que possui um valor de verdade. Qualquer sinal que, numa mesma combinação, produzir exatamente o mesmo valor de verdade, é o mesmo sinal ou possui a mesma referência[113] (McGuinness, 1981, p.65).

Alguns conceitos em McGuinness são bastante obscuros. Por exemplo, ele não deixa claro o que significa ser um potencial de valor de verdade de uma expressão, nem o que significa ser o papel

[112] Como veremos mais a frente, a noção de objeto de McGuinness é bastante obscura. Para ele, não são entidades metafísicas reais, mas de certo modo existem como elementos semânticos que permitem que uma proposição tenha valor de verdade.

[113] Tradução minha para "An object in the tractatus which is the reference of a name or simple sign can be viewed as simply the truth-value potential of a certain expression. The semantic role of the supposedly possible simple sign or name is that of being combined with other simple signs or name to produce a proposition having a truth-value. Any sign which in the same combinations will produce exactly the same truth-values is the same sign or has the same reference"

semântico de um nome. Norman Malcolm expressou a mesma dificuldade ao tentar entender certos conceitos neste texto de McGuinness, ao dizer que "eu nunca entendi o termo 'semântico' ou a expressão 'o papel semântico de um nome'. Eu tentava apenas entender o que McGuinness quis dizer com esta expressão. [...] Eu percebi que os comentários de McGuinness eram bastante obscuros..." (Malcom apud Ishiguro, 1990, p.33, trad. minha). Assim, como McGuinness defende uma interpretação diferente da interpretação tradicional, o que ele então parece estar dizendo é que a referência é uma noção intencional, determinada simplesmente pelo uso de um nome em uma proposição com sentido e que a tese da existência de objetos não adiciona nenhum conteúdo extra à teoria lógica do *Tractatus.*

Citando Ishiguro (1969), McGuinness defende que a referência de um nome é determinada pelo seu uso, no sentido que o uso constitui a referência do nome, é a referência. Assim, um nome não possui referência fora de uma proposição, e nem pode ter sua referência fixada fora de uma proposição. É ao usar o nome em uma proposição com sentido que a referência do nome é fixada, determinada, ou seja, é ao usar o nome em uma proposição que a referência do nome passa a existir. Como base de seu argumento, McGuinness aponta para o fato de que Wittgenstein usa o *slogan* de Frege – "apenas no contexto de uma proposição um nome possui referencia"- o que significa que a referencia de um nome não pode ser determinado se não entendemos o sentido da proposição, sendo que entender a referencia é saber algo sobre as condições de verdade de algumas proposições, ou seja, é saber como os nomes são usados. Ishiguro também afirma - e McGuinness aceita esta afirmação como válida - que não se deve contrastar a noção de referência do *Tractatus* com a noção de uso das *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, pois no *Tractatus* o uso é a referência, entretanto, apenas para o propósito de dizer algo verdadeiro ou falso, ou seja, somente o uso apofântico, sendo que outras formas de uso não são consideradas, como por exemplo, o uso em frases que expressam ordem, como "Feche a porta".

Sendo que é o uso que determina a referência, como explicado acima, torna-se então inconcebível que qualquer coisa que funcione como um nome possa não ter um portador, pois o portador do nome é dado com seu papel semântico[114], ou seja, se um nome tem um papel semântico em uma proposição, contribue para o valor de verdade da proposição, então esse papel semântico é a sua referência. Dessa forma, a única coisa que pode ocorrer de errôneo com um nome é ser usado em desacordo com seu papel semântico, ou seja, ser usado de modo que não possua um papel semântico, como nos exemplos "Sócrates Platão" ou "Sócrates é idêntico", que são proposições sem sentido, de modo que nesse caso não há de fato nomes, pois a eles faltam um portador, ou seja, não há um uso de

[114] Parece que o que McGuinness quer dizer com "papel semântico" é a forma como o nome é usado nas proposições com sentido em que aparece, ou seja, o seu papel dentro destas proposições.

acordo com o papel semântico estabelecido para esses sinais[115]. Mas se então os objetos, a referência dos nomes, são entidades lingüísticas, então parece ser possível dizer que a linguagem cria objetos, ao usarmos as proposições. McGuinness diz que, entendermos os nomes que encontramos no final das proposições completamente analisadas, independentemente do que é o caso no mundo, é a mesma coisa (um processo idêntico) que saber o que são os objetos (McGuinness, 1981, p.69)[116].

Como então compreendemos uma proposição? McGuinness fala que esta não é a pergunta correta a ser feita, pois só é possível compreender uma proposição se compreendemos o que o sinal proposicional expressa. Por isso, McGuinness diz que a pergunta correta seria: Como entendemos o sinal proposicional? Como pensamos o sentido em um conjunto de palavras? A sua resposta é que pensar o sentido em um sinal proposicional, o método de projeção, nada mais é do que usar as palavras de modo que seu comportamento lógico seja o que é esperado para a proposição esperada (McGuinness, 1981, p.70). Por isso McGuinness afirma que não existe (ou subsiste) algo como um reino da referência dos nomes, um conjunto de objetos concretos ou entidades, como defende a interpretação tradicional do *Tractatus*. Está na linguagem e pensamento a possibilidade de todos os objetos, pois para McGuinness, a referência dos nomes, os objetos, são todos os usos possíveis desses nomes na linguagem. Um nome tem referência se uso ele em uma proposição com sentido sendo este uso a sua referência. Por isso, McGuinness diz que podemos fazer o que quisermos com a linguagem, sendo isso entendido como "a trivialidade[117] de que qualquer coisa que façamos com os elementos da linguagem ou pensamento terão as conseqüências lógicas que elas realmente possuem"[118] (McGuinness, 1981, p. 70).

McGuinness conclui seu artigo dizendo que não é possível dizer que Wittgenstein é um realista em relação aos objetos do *Tractatus*, pois os objetos não são objetos concretos, que podem existir e nem mesmo são propriedades de objetos concretos, que existem no mundo empírico, como referência dos nomes. Assim, McGuinness diz (1981, p.72):

---

[115] McGuinness não explica a seguinte questão: se não há nomes quando o uso não está de acordo com o papel semântico, então como isso pode ser a única coisa que pode ocorrer de errôneo com um nome?

[116] McGuinnes diz: "Understanding those elements [os nomes que aparecem nas proposições completamente analisadas, independentemente do que é o caso no mundo] or becoming acquainted with those objects [a substância do mundo] (the two processes are identical) does not demand any experience of what is the case..."

[117] Não há nada de trivial nessa afirmação. McGuinness não é claro com o que diz e não dá maiores explicações. O que significa dizer que qualquer uso resultara nas conseqüências lógicas que realmente resultam? Significa que qualquer uso é um uso legítimo? Quando um uso resultaria em um absurdo? McGuinness parece simplesmente ignorar estas perguntas em sua explicação. Mais adiante serão analisadas as conseqüências das teses de McGuinness, se as coisas fossem como ele diz ser.

[118] Tradução minha retirada do seguinte trecho: "When i say we can do anything we like with language, i mean the triviality that whatever we do with the elements of language or thought will have the logical consequences that it actually hás"

A resposta à questão sobre o realismo, então, é: Wittgenstein de fato concordaria com a interpretação que Dummett faz de Frege:

... os pensamentos que expressamos são verdadeiros ou falsos objetivamente, em virtude de como as coisas são no mundo real – o reino da referência – e independentemente de sabermos ou não se são verdadeiros ou falsos (ou mesmo de existirmos ou podermos pensar neles);(Dummett, 1973, p.198)

entretanto, do ponto de vista de Wittgenstein, as palavras "reino da referência" estão mal-colocadas aqui. Eu chamei isso anteriormente de mito, mas eu posso igualmente chamar de retórico, ao dizer como Dummett diz:

...nós realmente temos sucesso em falar sobre os objetos reais, no mundo real, que são as referências dos nomes que usamos, e não sobre substitutos intermediários para eles ou representações deles (Dummett, 1973, p. 196).[119]

Assim, para McGuinness, o que Wittgenstein tenta defender é a tese de que as proposições que usamos não são sobre algo que está no mundo apenas, mas são sobre algo que está igualmente na linguagem e no pensamento[120]. Ou seja, os objetos são a forma de todos estes reinos – o mundo, a linguagem e o pensamento[121] - e nosso contato com eles não se dá por experiência da realidade ou por algum conhecimento sobre algo que podemos colocar à nossa frente. O nosso contato com os objetos não pode ser considerado conhecimento ou experiência (pois, para McGuinness, nosso contato com os objetos se dá ao usarmos a linguagem para dizer algo com sentido)[122]. Por isso, diz McGuinness, é enganoso atribuir a Wittgenstein um realismo em relação a eles e também, conseqüentemente, um realismo semântico.

---

[119] McGuinness parece se contradizer, ao citar Dummett, pois esta citação parece ser à favor da tese de que objetos são objetos concretos, do mundo real. Não é claro para mim porque essa frase seria a prova de que o reino da referência é um mito, ou é algo retórico.

[120] Essa tese de McGuinness é no mínimo estranha: se aquilo do que falo está da mesma forma na linguagem e no pensamento, da mesma forma que está no mundo, então eu só preciso verificar meu pensamento ou a linguagem para saber se a proposição é verdadeira ou falsa, e nada mais.

[121] Não é claro o que McGuinness diz sobre os objetos na conclusão do seu artigo, como por exemplo, a afirmação de que os objetos são a forma do reino da linguagem, do mundo e do pensamento igualmente.

[122] Se essa interpretação que faço de McGuinness está correta, diante da dificuldade de compreender os termos muitas vezes obscuros que ele utiliza, sem maiores explicações, então parece correto dizer que se as coisas forem como ele defende, se aquilo do que falo não está mais do mundo do que já está na linguagem e no pensamento, e se o meu contato com os objetos se dá ao usar um nome com seu papel semântico, então toda vez que uso novos nomes, crio novos objetos, e parece correto concluir que todas as nossas proposições não são sobre o mundo, mas sim, sobre a linguagem (e sobre o pensamento), bastando apenas analisar a linguagem ou meu próprio pensamento para verificar o valor de verdade das proposições que utilizo. Essa conseqüência vai claramente contrao *Tractatus*, que afirma que para reconhecer se uma proposição é verdadeira ou falsa, é preciso compará-la com a realidade (TLP 2.223)

Ishiguro (1969), como já citado anteriormente, conclui de modo semelhante à McGuinness que a referência é uma noção intencional. A sua argumentação difere-se da de McGuinness, pois parte de uma análise sobre princípio do contexto em Wittgenstein. Ishiguro argumenta na primeira parte de seu artigo, que não é possível garantir ou saber qual a referência de um nome sem ser através do uso em uma proposição. Como base textual para esta afirmação, Ishiguro cita o aforismo 3.3 do Tractatus, que diz o seguinte: "Só a proposição tem sentido; É só no contexto da proposição que um nome tem significado".

Segundo Ishiguro, Wittgenstein defende que não é possível que um nome tenha referência fora do contexto de uma proposição e que, além disso, a referência do nome é o seu uso. Citando Wittgenstein, Ishiguro diz: "nós 'não podemos dar a um sinal o sentido errado', já que o sentido que um sinal possui não é nada além do papel atribuído a ele na linguagem" (1969, p. 24)[123], sendo então que pode-se dizer que um nome tem referência apenas no sentido em que sabemos como usá-lo em frases para nos referir verdadeiramente ou falsamente às coisas. Por isso, diz Ishiguro, o *Tractatus* está correto quando diz em 3.221 que só é possível falar sobre objetos e não enunciá-los (algo como apontar para um objeto fora do contexto de uma proposição e falar o nome do objeto, enunciando-o), pois fora do contexto de uma proposição que fala verdadeiramente ou falsamente sobre como as coisas são, um nome não tem referência, afinal, se a referência é o papel atribuído a ele na linguagem, em uma proposição com sentido, fora da proposição o nome não teria referência.

A partir deste ponto, diz Ishiguro, é possível levantar a seguinte questão: Se a noção de nome é uma noção puramente lógica que tem sua referência determinada em seu uso, então quais critérios estabelecem que, ao usar, por exemplo, o sinal "a", este sinal é o nome de um objeto? Não pode ser através de descrições definidas, pois se assim fosse, os nomes seriam analisáveis em termos destas descrições e por definição, nomes são inanalisáveis. E nem pode ser através da simples ostenção fora do contexto de uma proposição, pois senão a referência do nome poderia ser definida fora do seu uso. Segundo Ishiguro, a resposta de Wittgenstein a esta pergunta é: através das elucidações, que são proposições onde os nomes são usados, e não mencionados, e, além disso, são proposições sobre algo cuja verdade todos concordam. Por exemplo, suponhamos que uma pessoa está falando sobre um pequeno ponto preto no papel e usando o nome "a" para referir-se a este ponto, e outra pessoa está usando o nome "a" para referir-se à posição geométrica em que este ponto se encontra. Em algumas proposições, ambos poderão concordar sobre a verdade, quando aparece o nome "a", porém, ao falar

[123] Tradução de "We therefore 'cannot give a sign the wrong sense' (TLP 5.4732), since the sense a sign has is nothing more than the role it has been assigned in language". Para Ishiguro, o papel do nome não é estar no lugar de um objeto, ao contrário da interpretação tradicional, mas sim, o uso que damos a ele em uma proposição.

que *a* é preto, a segunda pessoa deste exemplo irá discordar, pois um ponto geométrico não possui cor. Assim, este conjunto de proposições que ambos concordam seriam as elucidações. Quando surge a discordância, esta discordância pode não ser uma proposição que faz parte das elucidações, porém, a discordância, de algum modo também pode ser elucidativa. O ponto é que as elucidações são proposições onde os nomes são usados, ao invés de mencionados, e todos concordam a respeito da verdade destas proposições, sendo possível assim estabelecer a referência do nome, ou seja, estabelecer o seu uso, atribuir seu uso, pois as elucidações permitem perceber as propriedades internas do objeto referido pelo nome, a saber, as possibilidades de uso deste nome.

Ishiguro prossegue então com o seguinte raciocínio: Sendo a identidade da referência do nome determinada a partir do seu uso em proposições, então dois nomes possuem a mesma referência quando possuem o mesmo uso, ou seja, quando podem ser mutuamente substituídos nas proposições em que aparecem sem afetar as condições de verdade das mesmas. Não é *porque* um objeto possui dois nomes que estes podem ser substituídos mutuamente um pelo outro nas proposições sobre o objeto, mas sim, porque são usados da mesma maneira e são mutuamente substituíveis *salva veritate* é que podemos dizer que possuem a mesma referência. Assim, Ishiguro diz que, por conta disso, no *Tractatus* (TLP 4.241-4.242) é dito que expressões da forma "a=b" nada dizem sobre o significado dos sinais, mas sim, sobre o uso, ou seja, "a=b" não mostra que há um objeto que possui dois nomes e é por isso que "a=b", mas mostra apenas que o sinal "a" pode ser substituído pelo sinal "b", pois tem o mesmo papel na linguagem, logo, possuem a mesma referência (Ishiguro, 1969, p.30)[124].

Na segunda parte de seu artigo, Ishiguro procura extrair as conseqüências de sua interpretação de que o uso fixa a referência do nome, sendo que a conseqüência mais importante obtida é a de que a noção de referência é, no Tractatus, intencional, e que os objetos não são entidades metafísicas, coisas que existem no mundo, como descrito pela interpretação tradicional. Assim, em sua argumentação, Ishiguro procura mostrar que os nomes são dispensáveis, no *Tractatus*, e para isso, critica o argumento de Anscombe (1971, p.47), que mostra a indispensabilidade dos nomes[125]. Anscombe diz, em seu argumento, que para entender o sentido de uma proposição deve-se entender suas condições de verdade, sem saber se a proposição é verdadeira ou falsa, sendo que entender as condições de verdade

[124] De fato, Ishiguro está correta quando diz que "a=b" nada diz sobre o significado dos sinais, mas creio que as razões são diferentes. Nada diz porque Wittgenstein não está enunciando proposição com sentido – não está dizendo nada – e além disso, ele pretende apenas mostrar uma regra de substituição de sinais: "a = b" é um mero expediente de representação que mostra que o sinal "a"é substituível pelo sinal "b". Assim, 4.241-242 nada dizem sobre o significado dos sinais, e nem deveria dizer (como a Ishiguro diz)

[125] Mesmo se a crítica de Ishiguro ao argumento da Anscombe for correta, é importante ressaltar que isso não implica que nomes são dispensáveis, mas sim, apenas que o argumento não foi capaz de provar que nomes são indispensáveis, ou seja, apenas que o argumento está errado.

significa que as proposições são falsas apenas de um modo, e isso só é possível se houverem os nomes. E como exemplo, Anscombe mostra a seguinte argumentação: (1) Temos a proposição da forma "*FA*", onde *A* é da forma 'o ϕ'. As condições de verdade para (1) podem então ser expressas da seguinte maneira: (2) Existe um *x*, tal que ϕx, e para todo *y*, ϕy apenas se $y=x$. Porém, para Anscombe, não é possível saber como esta proposição (2) é verdadeira ou falsa, pois ela pode ser falsa de dois modos distintos: se não é o caso que há apenas um *x* que é ϕ ou se existe um *x*, mas ele não é *F*. Para Anscombe, (2) só poderá ser verdade se (3) ϕb. Assim, Anscombe procura mostrar que entender o sentido de uma proposição implica em dizer que, se for realizada a análise, deve-se necessariamente terminar na postulação dos nomes, que são nomes de objetos simples.

Ishiguro procura mostrar que não é preciso dar este terceiro passo sugerido pela Anscombe, e que a análise pode ser finalizada no segundo passo, pois não há diferença entre finalizar a análise em proposições elementares ou em proposições existenciais logicamente equivalentes às proposições elementares. Que o mundo deve ter uma substância (os objetos) para que o ter valor de verdade de uma proposição não dependa do valor de verdade de outra proposição (uma que diga, por exemplo, que existe o objeto *a*) não significa, para Ishiguro, que necessariamente o final da análise encontremos proposições elementares formadas apenas pelos nomes destes objetos. Que o segundo passo seja considerado o final da análise não implica que não existe uma substância no mundo, pois, como defende Ishiguro, Wittgenstein, no seu aforismo 5.526, parece sustentar a possibilidade de se considerar o segundo passo como o final da análise:

> Pode-se descrever integralmente o mundo por meio de proposições completamente generalizadas, ou seja, sem que nenhum nome seja de antemão coordenado a um objeto determinado. Para se chegar, então, ao modo habitual de expressão, deve-se, após uma expressão: "há um único x tal que...", simplesmente dizer: e esse x é a.[126]

Além disso, Wittgenstein escreve em 5.47 que uma proposição elementar da forma "a é F" diz o mesmo que "existe um x, onde x é F e esse x é a". Assim, para Ishiguro, dizer que "existe um x, onde x é F e esse x é a" é o mesmo que dizer "um objeto é F", pois não é possível identificar os objetos a partir de descrições definidas, que descrevem propriedades contingentes do mesmo. Sendo assim, Ishiguro diz que "identificar *a* nada mais é do que identificar um *f*" (1969, p.44). Ishiguro prossegue dizendo que, de acordo com 5.526, podemos dispensar os nomes para descrever o mundo integralmente, e

[126] Pode-se até descrever o mundo integralmente através das proposições generalizadas, mas isso não implica, como afirma Ishiguro, que parar a análise no segundo passo é parar no fim da análise, afinal, como descrever a propriedade de um objeto simples que não seja sua ligação com outro objeto simples?

assim, ao dizer que "existe um x, onde x é F e este x é a", nada mais estamos dizendo que há um objeto que é F, pois neste exemplo:

> [...] desde que introduzimos o nome ´a´ dizendo (∃x) *f*x e este x é a, seria praticamente impossível imaginar a como não possuindo a propriedade f. Não existe outro critério para a ser identificado como um objeto. (Ishiguro, 1969, p.45)[127]

Por isso, para Ishiguro, "a" é aqui o que ela chama de "dummy name". Um "dummy name" é um nome-de-faz-de-conta, ou seja, ele parece um nome, e parece estar nomeando um objeto, ou seja, parece estar exercendo o papel de um nome, mas no fim das contas, apenas faz-de-conta, pois para Ishiguro, não há objeto a ser nomeado, já que uma proposição como "*Fa*" é o mesmo que "algo é F". Ishiguro diz que "O que os *dummy names* identificam quando são usados nada mais é do que uma instanciação da descrição ou predicado que se segue. Se as condições para o uso de um *dummy name* são as condições para dizer 'existe um isso e aquilo ao qual...', então os *dummy names* não podem falhar em se referir a um objeto" (1969, p.46). Ishiguro qualifica o que quer dizer com "referir-se a um objeto": "Referir-se a um objeto aqui significa que os *dummy names* têm uso" (1969, p.46). E com isso, pode-se concluir também que os objetos não são entidades metafísicas que podem ser consideradas como entidades distintas, mas são apenas instanciações de uma ou um conjunto de propriedades, ou seja, dizer que o objeto *a* é *F*, para Ishiguro, é dizer que alguma coisa, seja lá qual for, possui a propriedade *F*. Segundo Ishiguro, Wittgenstein não diz de que tipos de propriedades estas instanciações são, mas apenas informa que as propriedades não são materiais, como por exemplo, ser de uma cor em particular (Ishiguro, 1969, p. 45). Desse modo, de acordo com Ishiguro, se dois nomes possuem o mesmo uso, então são sobre o mesmo objeto, e, sabendo que o sentido de uma proposição "a é F" e "b é F" é exatamente o mesmo, onde "x é F" expressa que algo possui a propriedade F e "a" e "b" são nomes diferentes, sendo "a" e "b" *dummy names*, conclui-se que os nomes são usados apenas para identificar a instanciação da descrição ou predicado que se segue a eles. Por isso, a referência dos nomes nada mais é do que a instanciação de certas propriedades[128], e não é possível distinguir instanciações diferentes de uma mesma propriedade[129].

---

[127] Para Ishiguro, dizer "algo é *F*", "*Fa*", *Fb*" etc, são a mesma coisa, pois tanto *a* como *b* só podem ser identificados como um objeto através do único critério de possuir a propriedade *F*. Isso é bastante contraintuitivo, pois "algo é *F*" é uma proposição quantificada, indeterminada, e "*Fa*", assim como "*Fb*" são proposições elementares, determinadas, específicas. Como veremos adiante, essa é uma das dificuldades que Ishiguro não consegue explicar.

[128] Ishiguro parece não diferenciar uma instanciação qualquer de uma propriedade, por exemplo, dizer que algo é F, de instanciações específicas de uma propriedade, como por exemplo, dizer que *a* é *F*, que *b* é *F*. Essa distinção gera um problema para Ishiguro. Pode-se dizer que *Fa* e que *Fb*, e que *Ga* e ~*Gb*. Tanto *a* e *b* são objetos diferentes. Para Ishiguro,

Como vimos na primeira parte deste capítulo, não há no *Tractatus* evidências suficientes para realizar qualquer tipo de afirmação definitiva sobre o que são os objetos, exceto as afirmações metafísicas gerais que são feitas *a priori*, a saber, que existem necessariamente, que podem se combinar com outros objetos, que são simples, etc. Tentar entender a metafísica do *Tractatus* a partir da realização de uma análise semântica, como faz McGuinness e Ishiguro, parece ser um bom caminho a se seguir para se compreender mais sobre o que são os objetos, quais suas características metafísicas e o seu papel dentro do que é proposto no *Tractatus*. Mas qual o problema da tese deles? McGuinness diz corretamente que Wittgenstein não está fazendo metafísica e sim lógica, e fundando a filosofia nela. De fato, Wittgenstein foi introduzido na filosofia principalmente sob a influência de dois grandes lógicos: Frege e Russel. Mas fazer lógica não significa não aceitar certas afirmações metafísicas a respeito do mundo. Pode-se perceber, nos *Notebooks*, que Wittgenstein possuía intuições fundamentais a respeito do mundo e da linguagem que foram ponto de partida de suas reflexões filosóficas a respeito de como a linguagem pode falar sobre o mundo.

Uma destas intuições era a de que o mundo é determinado e possui certos elementos que podem ser nomeados. Se o mundo não fosse determinado, não possuísse estes elementos, não haveria linguagem. Wittgenstein explicita esta intuição na seguinte passagem dos *Notebooks* (p.62):

> Não é contra o nosso sentimento que nós não podemos analisar proposições até o ponto de mencionar os elementos pelo nome? Não, sentimos que o mundo deve consistir de elementos. E parece como se isso fosse idêntico à proposição de que o mundo deve ser o que é, deve ser determinado. Em outras palavras, o que pode vacilar é nossa determinação, não o mundo. Parece como se negar as coisas fosse o mesmo que dizer que o mundo pode, por assim dizer, ser indeterminado no sentido em que nosso conhecimento é incerto e indeterminado.
> O mundo possui uma estrutura fixa.

Wittgenstein está, no *Tractatus*, fazendo uma reflexão lógica sobre a linguagem, e isso não quer dizer que tal reflexão não possua conseqüências ou exigências metafísicas. Suas reflexões partem de intuições metafísicas a respeito de como o mundo é. Tanto a determinação do mundo como a tese de que toda análise deve chegar a um fim são intuições que fundamentaram a reflexão de Wittgenstein sobre a linguagem, intuições estas que podem ser consideradas realistas. Wittgenstein também expressa

---

como o objeto é apenas uma instanciação qualquer de uma propriedade, os nomes que os nomeiam devem ser mutuamente substituíveis *salva veritate*. Entretanto, isso é claramente contra-intuitivo, pois é possível que *Fa, Fb, Ga* e *~Gb* sejam o caso, segundo o *Tractatus*.

[129] Aqui há outro problema para a interpretação de Ishiguro, como veremos mais adiante: Wittgenstein acreditava na possibilidade de idênticos indiscerníveis (TLP 2.0233)

essa intuição sobre este realismo no *Tractatus* (4.2211), onde é dito que "ainda que o mundo seja infinitamente complexo, de modo que cada fato consista em uma infinidade de estados de coisas e cada estado de coisas seja composto de uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas" para reafirmar sua posição de que o mundo é determinado e composto por objetos que se combinam formando fatos, a totalidade do mundo. Mesmo sem condições de dar exemplos de objetos, visto que isso só seria possível após a realização da análise, Wittgenstein acreditava que seria possível encontrá-los como elementos últimos do mundo, ao final da análise completa de qualquer proposição.

McGuinness afirma corretamente que um dos resultados obtidos ao se conhecer a natureza da linguagem é a rejeição de mitos ontológicos. Entretanto, como "mitos ontológicos" deve-se entender não que não existem objetos ou elementos últimos do mundo, mas sim, que não se pode falar que eles existem, pois *proposições* necessariamente falsas ou necessariamente verdadeiras não são proposições genuínas. E sentenças metafísicas não são proposições genuínas, por tentar dizer algo que apenas se mostra, mas que não pode ser dito. Estes mitos ontológicos são rejeitados por Wittgenstein, mas embora para Wittgenstein não se possa dizer com sentido que os objetos existem, isso não significa que ele está rejeitando que isso se mostra, ao contrário do que sugere McGuinness. E daí surge outro aspecto do *Tractatus* que McGuinness identifica corretamente, que é a ambigüidade do termo "*bestehen*". Esta ambigüidade surge porque Wittgenstein tenta mostrar que, por um lado, o que é o caso é o que existe (*bestehen*) e por outro, os objetos subsistem (*bestehende*). Ambas as sentenças são tentativas fracassadas de se dizer o que não pode ser dito, mas apenas mostrado, e por conta disso, o que se mostra é que há uma diferença substancial entre a existência contingente – a do fato – e a existência necessária – a dos objetos.

O princípio do contexto (TLP 3.3), principal ponto da tese de Ishiguro e também de McGuinness, está, segundo Pears, sendo interpretado erroneamente (PEARS,1987, p.109). Pears afirma que 3.3 não é uma substituição à forma que Russell entende como os nomes passam a nomear os objetos, mas sim, uma qualificação à tese de que, depois que os nomes se tornam nomes dos seus respectivos objetos, eles só representarão os objetos enquanto, na proposição em que ocorrem, as possibilidades lógicas apresentadas pela proposição são possibilidades lógicas reais para os objetos nomeados. É importante ressaltar que o princípio do contexto é um princípio analítico, ou seja, é um princípio lógico utilizado na análise de proposições com sentido, e não na construção, na síntese, das proposições que utilizamos na linguagem ordinária. A proposição 3.3 está inserida no contexto que descreve a análise das proposições, que é o contexto da proposição 3 do *Tractatus*, que é onde Wittgenstein explica porque

uma proposição representa. Podemos entender melhor o contexto da proposição 3 analisando as proposições do *Tractatus* abaixo:

> 3. A figuração lógica dos fatos é o pensamento;
>
> 3.1. Na proposição, o pensamento exprime-se sensivelmente perceptível;
>
> 3.2. Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que aos objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional';
>
> 3.3. Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado;

Pode-se perceber que Wittgenstein está mostrando que uma proposição expressa um pensamento e está explicando por quais motivos uma proposição expressa um pensamento. Ele não está explicando como construímos proposições, mas sim, porque uma proposição já construída pode ser considerada uma proposição legitima. Podemos ver que em 3.2, Wittgenstein começa explicando sobre como os objetos correspondem aos elementos da proposição, mostrando que os nomes substituem na proposição, os objetos (3.22). Em 3.25, Wittgenstein deixa claro que só há uma única análise da proposição[130]. E em 3.3, Wittgenstein utiliza-se do princípio do contexto, que é a tese de que, assim como objetos só podem ocorrer combinados com outros objetos (2.011; 2.0121), os nomes, que tem como referência objetos, também só podem ocorrer – em uma proposição com sentido – combinados com outros nomes, ou seja, no contexto de uma proposição. É um princípio para ser aplicado pelo lógico, durante a análise da linguagem, pois em uma proposição legítima, todos os nomes encontrados no final da análise devem possuir referência. Se, durante a análise, descobre-se que um sinal – por exemplo "*a*" - não possui referência, então aquele sinal não é um nome. Ele pode ser usado como um nome no contexto de outra proposição, mas o fato de um sinal ser um nome no contexto de uma proposição não significa que ele será nome também fora da proposição ou no contexto de outra proposição. Um sinal só pode ser considerado nome, para o lógico que realiza a análise proposicional, dentro do contexto da proposição em que aparece, quando tem um objeto como referência. Esse princípio é um principio do lógico porque o lógico, ao fazer a análise, deve procurar pelo significado dos sinais apenas no contexto da proposição em que eles aparecem, e não isoladamente.

Já o usuário comum da linguagem não tem essa preocupação. Claro, o usuário comum, ao se comunicar, procura ao máximo formular proposições que não sejam contra-senso, ou seja, proposições cujos sinais estão com suas devidas referências, representando um estado de coisas. Mas muitas vezes o

[130] Se a proposição analisada não for uma proposição legítima, então não haverá fim, pois a análise não será possível. Se uma proposição puder chegar, aparentemente, a dois finais diferentes na análise, é porque, segundo Wittgenstein, a análise de fato não está no fim, e esta proposição pode ainda continuar sendo analisada.

usuário da linguagem cria contra-senso por acreditar que está projetando algo em um sinal, mas de fato, não está. Wittgenstein diz em 4.002 que "o homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer idéia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem sons particulares". Ou seja, o usuário comum da linguagem não precisa saber a referência de cada nome que usa. Não precisa saber como fazer a análise e nem mesmo precisa fazer a análise. O usuário simplesmente expressa proposições, e em alguns casos, acredita estar dizendo algo, quando na verdade, está "dizendo" algo sem sentido.

Por conta disso, sugerir que o principio do contexto é um princípio do usuário comum da linguagem, e não do lógico, implica que o usuário comum, ao contrário do que Wittgenstein diz em 4.002, deve saber como e o que cada palavra significa, afinal, seria um principio que diz ao usuário comum da linguagem que é só no contexto da proposição que um nome tem referência, e se ele está usando o nome em proposições, logo, ele tem referência. Isso implica que qualquer uso da linguagem, pelo usuário comum, deve ser um uso legítimo, pois ele tem como exigência de uso o princípio do contexto. Mas se qualquer uso seria então um uso legítimo, não existem então contra-sensos. O usuário comum da linguagem cria contra-sensos porque não percebe muitas vezes que realiza usos ilegítimos dos sinais. E não percebe porque ele não precisa saber como nem o que cada sinal significa, sendo o papel da filosofia mostrar a este usuário que ele não conferiu corretamente significado a certos sinais em suas afirmações (TLP 6.53). Tanto Ishiguro como McGuinness não explicam porque ocorrem os contra-sensos, ao defender que é o uso dos nomes em uma proposição que faz o nome ter referência, e também não deixam claro sobre o que significa "usar uma proposição", pois como vimos, certos usos aparentemente legítimos, como "Objetos existem", são, para o *Tractatus*, ilegítimos, são contra-sensos.

Outro ponto importante que precisa ser explicado corretamente tanto por Ishiguro quanto por McGuinness é a proposição 2.0233 do *Tractatus*, que diz que "dois objetos da mesma forma lógica – desconsideradas suas propriedades externas – diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes". Se o objeto é, para McGuinness e Ishiguro, a referência do nome, que é determinada pelo seu uso, e se quando dois nomes são usados da mesma maneira e podem ser mutuamente substituíveis sem alterar o valor de verdade da proposição significa que ambos possuem a mesma referência, como explicar que, para o autor do *Tractatus*, significaria nesse caso que são dois objetos diferentes, e não o mesmo? Além disso, Ishiguro parece cometer outros dois erros que merecem uma atenção especial: o primeiro diz respeito ao fato de que, segundo Ishiguro, os nomes não são necessários pois pode-se descrever completamente o mundo utilizando proposições completamente generalizadas. Mas o que

significa, para Wittgenstein, "descrever completamente o mundo"? Nos *Notebooks* (p.53), Wittgenstein escreve que:

> Não se pode conseguir nada mais usando nomes ao descrever o mundo do que por meio de descrições gerais do mundo!
> Poder-se-ia, então, passar sem nomes? Com certeza não.
> Nomes são necessários para uma afirmação de que esta coisa possui aquela propriedade e assim por diante.
> Eles ligam a forma proposicional com objetos bem definidos.
> E se a descrição geral do mundo é como um estêncil do mundo, os nomes o prendem ao mundo de modo que o mundo é completamente coberto por ela.

Wittgenstein mostra aqui que nomes são necessários, pois quando ele afirma ser possível descrever completamente o mundo, ele não está falando em fatos específicos do mundo, mas em um conjunto de fatos possíveis. Ou seja, quando uma proposição completamente generalizada é verdadeira, como "existe algo ao lado de algo", significa que um domínio de estados de coisas é o caso, sendo que eles só podem ser descritos com uma ligação de, como "a cadeira está ao lado da mesa" ou "o sapato está ao lado da cama"[131]. Com as descrições gerais, o máximo que se consegue é mostrar que certos estados de coisas, os que possuem a forma geral representada, podem ser verdadeiros. Porém, só com o uso dos nomes pode-se dizer que esta coisa possui aquela propriedade, ou seja, só com o uso dos nomes é que podemos descrever de modo específico cada estado de coisa possível no mundo. São os nomes que dizem que esta coisa possui aquela propriedade, e isso não pode ser dito sem o uso dos nomes. Assim, uma análise pode parar no segundo passo, como afirma Ishiguro, que é o passo das proposições completamente generalizadas. Mas isso não significa este seja o passo final da análise, sendo impossível prosseguir. O passo final da análise é aquele em que se encontram os nomes e as proposições elementares, inanalisáveis, onde um estado de coisa possível é descrito.

O outro erro de Ishiguro diz respeito aos "*dummy names*". Ao dizer que os nomes são dispensáveis, Ishiguro diz que "*fa*" diz o mesmo que "algo é *f*", e que o único papel de um *"dummy name*" é instanciar propriedades. De fato, Ishiguro parece não perceber nenhuma importância nos nomes a ponto de chamá-los de *dummy* pelo fato de que em todos os exemplos analisados por ela, não há de fato nomes, como Wittgenstein assim os define. Por exemplo, ao dizer a sentença (S) "seja *a* o centro do círculo C", Ishiguro (1968, p. 45) acredita que se está analisando uma sentença com sentido,

[131] Supondo que "cadeira", "mesa", "sapato" e "cama" são nomes e que as proposições em que eles aparecem são proposições elementares.

entretanto, esta sentença é, segundo o *Tractatus*, uma sentença sobre algo que não se diz, mas se mostra. É tão contra-senso quanto a sentença "seja '*b'* o nome do objeto *b*"[132]. Ishiguro também considera que *fa* é uma proposição elementar inanalisável, assumindo assim *"a"* como o nome de algum objeto e "*f*" como o nome de uma propriedade, mas que não é considerada um objeto. Porém, não se pode afirmar que em *"fa"* temos um ou dois nomes de objetos, pois *"fa"* não é um exemplo literal de uma proposição elementar. Como dito anteriormente, a notação lógica utilizada por Wittgenstein no *Tractatus* era a única que ele tinha em mãos, e que, para Wittgenstein, não deveria ser utilizada para representar a forma das proposições elementares de maneira *a priori*, visto que só seria possível saber a forma das proposições elementares após a realização da análise completa, e com isso, poderia ser o caso que a notação que Wittgenstein tinha em mãos fosse completamente inadequada para representar as formas encontradas ao final da análise. E, além disso, Ishiguro aponta que propriedades não podem ser consideradas objetos, porém, como apontado por Mikel (1998, nota 29), se Wittgenstein pensou na possibilidade de analisar cores em termos de elementos mais simples, seja quais forem estes elementos, que formam as cores, porque então as propriedades não poderiam ser analisadas em termos de elementos mais simples, a ponto de poderem ser nomeadas por nomes e a ponto de serem tais propriedades consideradas objetos? Wittgenstein não deu exemplo de objetos justamente por não ter feito a análise, e assim, conseqüentemente, também não deu exemplo de nenhum nome. Portanto, não se deve levar em conta que em "*fa*" temos de fato uma proposição elementar contendo um nome nomeando um objeto e dizendo que tal objeto tem uma propriedade *f*. Assim, em exemplos de proposições como "*fa*" dados por Wittgenstein como se fossem proposições elementares, o máximo que podemos fazer é fazer de conta que "*a*", neste exemplo, é um nome (*dummy names*), não porque os nomes são de fato *dummy names*, como diz Ishiguro, mas sim, porque de fato nestes exemplos não temos nomes, pois não temos de fato proposições elementares, assim como em proposições sem sentido também não temos de fato nomes, para que possamos, como a Ishiguro tenta fazer, atribuir a eles algum tipo de papel, como ser um *dummy name*.

Cunningham (2008) diz que no que diz respeito ao debate realismo/anti-realismo no *Tractatus*, temos duas teses que se encontram em extremos opostos: por um lado, a tese de Ishiguro e McGuinness, uma interpretação "dirigida-pela-linguagem", que, como visto, torna o mundo

[132]A sentença (S) "Seja *a* o centro do círculo C" pode ser expressa em duas situações diferentes, pelo menos: na primeira, poderíamos ter vários círculos, A, B e C, e em algum lugar dentro do círculo C, um ponto nomeado pelo sinal "*a*". Assim, poderia dizer com a sentença (S), que *a* é o centro do círculo C, e isso poderia ser o caso ou não. Esse uso é legítimo. Porém, Ishiguro não explica essa sentença dessa maneira, e sim, de outra maneira: primeiro, nomeia-se o centro do círculo C com o sinal "*a*" (S) e depois se fazem as afirmações como: "a distância entre *a* e um ponto qualquer da circuferência é de x cm". Nesse caso, (S) é tão contra-senso quanto "Seja '*b*' o nome do objeto *b*", pois em ambos os casos, isso não se diz, mas se mostra.

subordinado à linguagem e interpreta o *Tractatus* como anti-realista, e no outro extremo, a interpretação "dirigida-pelo-mundo", defendida por Pears (1981), que torna a linguagem subordinada ao mundo. Cunningham diz que, apesar dos argumentos de Pears contra Ishiguro e McGuinness serem persuasivos, isso não implica em ter como única alternativa o que Pears chama de realismo básico (ou acrítico) defendido por ele (Cunningham, 2008, p.215). Pears define esse realismo básico, ou acrítico, do seguinte modo: "na base do sistema do *Tractatus* há uma rede de possibilidades elementares impondo restrições absolutas sobre a estrutura lógica de qualquer linguagem. Isso é o realismo acrítico" [133]. Além disso, Pears diz que o *Tractatus* começa com uma explicação sobre o mundo porque os objetos possuem prioridade na relação com os nomes, e isso é esclarecido pela passagem abaixo, dos *Notebooks*:

> Um nome representa uma coisa, um outro, outra coisa, e estão conectados entre si; e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas. A conexão lógica deve, é claro, ser uma que de tal modo seja possível entre as coisas que os nomes as representem, e isso será sempre o caso se os nomes realmente representarem as coisas (NB p. 26)

Para Cunningham (2008, p.215):

> O erro de Pears é presumir que apenas porque Wittgenstein não propõe a prioridade em uma direção [dos nomes em relação aos objetos] que ele deve então estar propondo prioridade na direção oposta.

É possível, ao contrário do que pensa Pears, outra alternativa, a saber, uma interpretação que diz que não há prioridade alguma, sendo que Cunningham sugere a interpretação de McDowell – que duvida haver no *Tractatus* qualquer tipo de prioridade[134] - como esta interpretação alternativa. Para McDowell, "ao teorizar sobre a relação da linguagem e mundo, devemos começar no meio, equipado com o comando de uma linguagem" (McDowell, 1998, p.330). Não faz sentido, para ele, assumir que primeiro eu domino uma linguagem, compreendendo primeiro todos os contextos proposicionais em que os termos podem ser usados corretamente, e depois, estabeleço sobre o que esses termos se referem (ou se diz que o próprio uso é a referência), assim como não faz sentido primeiro mapear todo o mundo, nomeando os objetos, para depois usá-los em uma linguagem. Neste meio-termo em que devemos teorizar não há prioridade ou independência do mundo em relação à linguagem, ou seja, não é

[133] Tradução de Pears, 1987, p.26: "*[..] at the foundation of the system of the Tractatus there is a grid of elementary possibilities imposing certain absolute constraints on the logical structure of any language. That is uncritical realism […]*"
[134] McDowell, 1994, p.28, nota 5.

o mundo que é explicado via linguagem nem a linguagem que é explicada através do que é o mundo. Ambos devem ser explicados ao mestmo tempo, como diz McDowell:

> […] não existe nenhuma lacuna entre o tipo de coisa que alguém pode significar, ou genericamente o tipo de coisa que alguém pode pensar, e o tipo de coisa que pode ser o caso. Quando alguém pensa verdadeiramente, o que se pensa é o que é o caso. Assim, já que o mundo é tudo o que é o caso (como ele [Wittgenstein] mesmo escreveu certa vez), não existe lacuna entre o pensamento e o mundo. É claro, o pensamento pode ser distanciado do mundo ao ser falso, mas não existe distancia do mundo implícito na idéia do pensamento. (McDowell, 2000, p.27)

Para Suhm, Wagemann e Wessels, McDowell é realista por considerar fatos como idênticos a pensamentos verdadeiros, sendo que pensamentos significa "pensável" e não "episódios de pensamento" (McDowell, 1999, p30)[135]. Assim, a realidade é um conjunto de fatos independente dos nossos pensamentos correntes, de modo que com a experiência, nós somos confrontados por um mundo existente independentemente de nosso pensamento e, sendo este mundo independente, é possível que o pensamento se afaste dele quando o pensamento é falso (McDowell, 2000, p.27).

Sendo assim, voltamos à questão central dessa sessão: Há um realismo no *Tractatus*? De que tipo de realismo estamos falando? Para o *Tractatus* existe o mundo, que é tudo o que é o caso, e a realidade, que é tudo o que é o caso e também o que não é o caso. Existe também uma distinção entre o que se pode falar, e aquilo que não se pode falar, mas se mostra. Ishiguro e McGuinness negam um realismo semântico ao *Tractatus*, dizendo que o reino da referência, os objetos, nada mais são do que o uso que damos aos nomes na linguagem. Dentre as diversas objeções feitas a esta teoria, percebe-se que falta a ela explicar como é possível contra-sensos e qual teoria da verdade explica como as proposições que usamos são verdadeiras ou falsas. Pears assume que não sendo válida a alternativa apresentada por Ishiguro e McGuinness, a alternativa restante é a do que ele chama de realismo não-criticável, que diz que os objetos existem, e é a partir da sua existência que podemos então dar a ele nomes e usar estes nomes nas proposições. Cunningham sugere que não necessariamente é esta a única alternativa, colocando no debate a interpretação intermediária de McDowell, que diz que não há prioridade entre a linguagem e o mundo, ou seja, não explica-se primeiro o mundo, para depois a linguagem, e nem o contrário, mas sim, simultaneamente. Mas a interpretação de McDowell não tem como implicação que

[135] Ora, ao contrário do que McDowell afirma, se o pensamento falso se distancia da realidade, não é um fato, então existe uma lacuna entre o mundo e o pensamento, principalmente se considerarmos o mundo como independente do pensamento, realismo este atribuído a McDowell por Suhm, Wagemann e Wessels.

o *Tractatus* é anti-realista, pois para McDowell, para saber se um pensamento verdadeiro é o caso, é preciso submeter-se ao "tribunal da experiência", que media o modo como nosso pensamento é uma resposta à como as coisas são ou como poderiam ser, o que implica um mundo independente de nós (McDowell, 2000, *xii*).

Sendo assim, parece que temos evidências suficientes para atribuir uma base metafísica realista ao *Tractatus*, mesmo sem termos exemplos dos objetos. Se para que uma proposição tenha sentido é preciso que os nomes tenham pelo menos as mesmas possibilidades lógicas que um objeto e eliminando-se uma interpretação que diz que os objetos se reduzem ao uso, temos aqui um conceito de mundo onde ou o mundo possui prioridade em relação à linguagem e é independente da mesma, ou no mínimo, co-dependente, como poderia dizer McDowell. Mas essa co-dependência não implica que o valor de verdade de uma proposição não seja independente de nossos meios para conhecê-lo, pois mesmo que expliquemos o mundo e a linguagem simultaneamente, para saber se um pensamento é verdadeiro, devemos comparar o pensamento a uma realidade independente de nós. Ishiguro reconhece que a base metafísica do *Tractatus* é realista, pois a verdade ou falsidade do que dizemos depende de como as coisas estão, e isso independe de nós (Ishiguro, 1990), mas segundo ela, aceitar esse realismo não implica dizer que há um realismo sobre a sintaxe lógica, ou seja, não implica em dizer que o mundo impõe uma estrutura lógica à linguagem. No próximo capítulo, ao se analisar mais profundamente o pensamento e sobre as condições necessárias para existir isomorfismo, chegaremos a uma conclusão sobre se faz ou não sentido falar em realismo sobre a sintaxe lógica.

3.5. Objetos, Verdade e Realismo

O objetivo deste capítulo foi se concentrar em questões exegéticas centrais ao *Tractatus*, a saber, a questão sobre o que são os objetos, qual teoria da verdade há no *Tractatus* e a questão sobre o realismo. Creio que a maneira como estes problemas foram tratados aqui auxiliam numa melhor forma de compreender o livro diante da quantidade enorme de intérpretes que existem e das mais diversas interpretações atribuídas ao *Tractatus*. A primeira conclusão a que chegamos é que num debate sobre a natureza dos objetos, não faz sentido atribuir, antes de realizar a análise da linguagem, quaisquer propriedades metafísicas aos objetos senão as propriedades bastante gerais que são atribuídas *a priori*, tais como que eles existem necessariamente, que se combinam com outros objetos, etc. Mas como visto no debate sobre o realismo, mesmo não havendo evidências textuais explícitas sobre o realismo metafísico no *Tractatus*, há evidências suficientes para se concluir esse realismo. Isso faz sentido, se

agora voltarmos às intuições sobre os objetos que Wittgenstein tinha, mesmo sem saber o que de fato eles são. E em relação à teoria da verdade, mesmo não sendo uma teoria da correspondência genuína, pode-se, de certo modo, considerar a teoria da verdade por ocorrência como sendo uma teoria da verdade como correspondência, em um sentido mais fraco. No final do capítulo, percebeu-se que em relação ao mundo e linguagem, é importante entender se há uma imposição do mundo à sintaxe lógica da linguagem ou não, o que de fato é o pensamento no *Tractatus* e isto será analisado no próximo capítulo.

Capítulo 4 – Representação e Pensamento

Wittgenstein tinha como pretensão, no *Tractatus*, resolver – pelo menos em sua essência – todos os problemas filosóficos. Ele diz, no prefácio do livro, que os problemas filosóficos - a formulação destes problemas - repousam sobre um mau entendimento da lógica da linguagem. E o método que ele utiliza para resolver todos os problemas é traçar um limite para o pensar. Mas, como Wittgenstein diz no prefácio, para uma das formas de se traçar esse limite, deveria ser então necessário pensar os dois lados: o que pode ser pensado e o que não pode ser pensado. Assim, no *Tractatus* Wittgenstein decide traçar esse limite por dentro, a partir da compreensão de tudo o que pode ser dito. Sendo a linguagem a expressão do pensamento, compreender tudo o que pode ser dito significa compreender tudo o que pode ser pensado. O limite da linguagem é o limite da expressão do pensamento. Tudo o que estiver além deste limite é contra-senso, não pode ser dito nem pensado.

Dessa forma, o ponto central do *Tractatus* que permite compreender o limite da linguagem, é a compreensão sobre como a linguagem representa o mundo, ou seja, a compreensão da proposição como uma figuração. Em termos gerais, como apresentado no segundo capítulo desta dissertação, toda proposição genuína é uma figuração da realidade e esta figuração ocorre porque os elementos da proposição estão representando os elementos da realidade, mostrando como os elementos da realidade encontram-se coordenados (ou como não encontram-se, no caso da proposição negativa).

Apesar de ser simples apresentar, em termos gerais, como Wittgenstein descreveu a forma como a linguagem representa o mundo, uma série de questões surge quando olhamos mais de perto. Estas questões serão analisadas neste capítulo, a fim de atingir o objetivo previsto nessa dissertação, a saber, compreender o papel do pensamento na figuração e até que ponto Wittgenstein concebia, se concebia, a intenção do sujeito como elemento fundamental para a representação da realidade através da linguagem.

O capítulo anterior analisou três pontos que são fundamentais para o nosso objetivo: como entender os objetos tractarianos, que teoria da verdade existe no *Tractatus* e se há um realismo no *Tractatus*. A exegese realizada irá nos ajudar a ter uma visão mais clara sobre o que os comentadores teorizam a respeito da representação e pensamento, assim como nos ajudará a realizar uma análise mais precisa desse tema a fim de entender porque o pensamento é um elemento intencional essencial para que uma proposição seja uma representação de algo da realidade.

4.1. Figuração

A forma como representamos o mundo é introduzida no *Tractatus* a partir a proposição 2.1, quando Wittgenstein diz que figuramos os fatos. Antes disso, mostra o que são os fatos, estados de coisas e os objetos, que constituem estes fatos. A partir de 2.1, Wittgenstein procura explicar o que é a figuração, mostrando que uma figuração é um modelo da realidade (TLP 2.12), sendo que os elementos deste modelo, os elementos da figuração, correspondem aos objetos do que está sendo representado (TLP 2.13; 2.131) e que a maneira como os elementos da figuração se encontram coordenados representa a maneira como as coisas encontram-se coordenadas, sendo esta maneira a estrutura da figuração. A possibilidade dessa estrutura é a forma de afiguração (2.15). Sendo assim, se eu construir uma pequena maquete, com um prédio ao lado esquerdo de uma casa, eu tenho como estrutura da figuração o fato de que na maquete, o prédio se encontra ao lado esquerdo da casa, e esta estrutura representa o fato de que, na realidade, o prédio se encontra ao lado esquerdo da casa, se a figuração for verdadeira[136]. A forma da figuração é justamente a possibilidade de o prédio se encontrar ao lado esquerdo da casa ou não, ou seja, é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração (TLP 2.151). Uma figuração deve sempre figurar possibilidades.

É possível neste momento perceber algumas condições necessárias para que a figuração ocorra: (1) toda figuração deve ser bipolar, ou seja, sempre representar algo contingente, possível[137]; (2) A figuração deve ser uma combinação de elementos deve possuir uma estrutura, sendo que esta estrutura representa o modo como as coisas estão coordenadas, na realidade; (3) Essa estrutura deve ser uma possibilidade, e sendo assim, a figuração deve possuir uma forma de afiguração - pois a forma é a possibilidade da estrutura - sendo essa forma o que deve ser comum tanto à figuração quanto à realidade (TLP 2.17); (4) Toda figuração possui uma relação afiguradora, que consiste no fato de que na figuração, cada elemento está no lugar de cada um dos elementos da realidade (TLP 2.131; 2.1514); (5) Toda figuração deve possuir uma forma lógica, forma essa que deve ser comum à realidade (TLP 2.18). Essa forma lógica é o mínimo que a figuração deve ter em comum com a realidade para afigurar

[136] Exemplos como o da maquete ou outros utilizados tanto por Wittgenstein como por comentadores podem conduzir ao erro, como visto no capítulo anterior, de que Wittgenstein sabia ou já tinha uma idéia do que eram os objetos, excluindo por exemplo, a possibilidade deles serem universais, enquanto que os exemplos não são exemplos de objetos no sentido tractariano, mas sim, exemplos que, supondo que prédios e casas de brinquedo fossem objetos (no caso do exemplo da maquete), mostram como acontece uma figuração.

[137] Em geral, na lógica, tudo o que é necessário é também possível, pois tudo o que é necessário é verdadeiro em ao menos um mundo possível. Mas para Wittgenstein, no *Tractatus*, algo possível é aquilo cujo contrário também é possível, e, portanto, contingente. No caso do *Tractatus*, então, algo necessário não é considerado possível, por não ser contingente.

(RICKETTS, 1996, p.77). Esse mínimo é exibido quando se realiza a análise, ou quando se utiliza a notação ideal defendida por Wittgenstein.

Forma de afiguração e forma lógica, talvez numa leitura superficial do *Tractatus*, sejam entendidas como se fossem o mesmo conceito. Entretanto, é importante notar a diferença entre as duas. A forma de afiguração é apresentada como aquilo que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la à sua maneira (TLP 2.17). E Wittgenstein procura exemplificar o que foi dito, afirmando que uma figuração espacial figura tudo o que é espacial, uma figuração colorida, tudo o que é colorido (TLP 2.171). Em 2.18, Wittgenstein complementa, dizendo que o que toda figuração, qualquer que seja sua forma (de afiguração), deve ter em comum com a realidade para afigurá-la é a forma lógica. (TLP 2.18). Assim, percebe-se que uma figuração cuja forma é espacial deve ter, necessariamente, também uma forma lógica em comum com a realidade. O mesmo para uma figuração cuja forma é cromática, sonora, etc[138]. Wittgenstein também afirma que toda figuração é também uma figuração lógica, mas nem toda figuração possui a mesma forma de afiguração, ou seja, nem toda figuração é uma figuração espacial, uma figuração cromática, etc (TLP 2.182), enfatizando assim a diferentca entre o conceito de forma lógica e forma de afiguração.

Toda a teoria da figuração, no *Tractatus*, aplica-se diretamente às proposições elementares, sendo que apenas indiretamente se aplica às proposições utilizadas por nós no cotidiano, visto que estas são construções a partir das proposições elementares. E os problemas que dizem respeito à melhor interpretação sobre o modo como Wittgenstein refletiu a respeito da figuração surgem principalmente no que diz respeito à condição (4) e (5) apresentadas até o momento. A condição (4) diz respeito à relação afiguradora e que, no caso das proposições elementares, significa que cada nome representa, na proposição, um objeto no mundo. Algumas questões podem ser levantadas aqui, como: (a) o que são os objetos? (b) são objetos reais, independentes de mim, ou objetos do meu pensamento? (c) como um nome passa a representar um objeto? (d) os nomes devem ter exatamente a mesma forma lógica que os objetos? Esta última questão surge também em função da condição (5), pois se os nomes devem ter necessariamente uma forma lógica idêntica à dos objetos, então uma proposição deve possuir uma forma lógica idêntica ao que é afigurado.

Algumas respostas à essas questões foram vistas no capítulo anterior. Uma das respostas dadas foi justamente a interpretação anti-realista, onde os nomes adquirem significado a partir do seu uso, e

[138] Uma figuração espacial deve ter uma forma lógica em comum com a realidade, assim como a figuração sonora, cromática, etc. Mas isso não implica que a figuração espacial deve ter também, em comum com a realidade, a forma de afiguração. Uma figuração espacial pode representar, por exemplo, uma sucessão temporal, ou mesmo sons. A própria partitura musical utiliza uma notação escrita como representação de sons. O que todas essas formas de afiguração devem ter em comum com a realidade é a forma lógica. (cf 3.1431)

que não há objetos reais que são referências destes nomes. Uma série de críticas foi realizada a esta interpretação, mostrando que ela levanta mais questões do que soluções. Maques (1995) nota que o principal problema desta linha interpretativa é a questão da verdade de uma proposição. No capítulo anterior, pudemos chegar à conclusão de que há evidencias suficientes para se concluir um realismo no *Tractatus*, de modo que essa conclusão torna mais claro que, mesmo sendo uma teoria da verdade como correspondência em um sentido mais fraco, Wittgenstein atribui à realidade, à referência dos nomes, um papel importante na determinação da verdade ou falsidade das proposições.

Outra resposta dada a estas questões, em especial à questão (c) é a de Marques (1995) e McMullen (1989), que afirmam que a forma lógica da realidade, de algum modo dada *a priori*, determina como podemos pensar, assim como determina como o mundo pode ser[139]. Nesta forma de interpretar a figuração, não há nenhum elemento intencional que realiza a ligação entre linguagem e mundo, determinando como e quais nomes representam quais objetos da realidade, como veremos mais detalhadamente a seguir.

4.2. Representação puramente formal

A questão sobre o pensamento como elemento intencional da representação, no *Tractatus*, começa a surgir quando, Wittgenstein diz:

> Utilizamos o sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro, etc.) da proposição como projeção da situação possível.
> O método de projeção é pensar o sentido da proposição. (TLP 3.11)

O pensamento é introduzido como figuração lógica dos fatos (TLP 3), sendo que tudo o que pode ser pensável, pode ser afigurado (e conseqüentemente, deve possuir as condições essenciais de uma figuração listadas no início deste capítulo) (TLP 3.001). Em 3.1 Wittgenstein afirma que na proposição, o pensamento é expresso de maneira perceptível, através dos sinais sensíveis (sinal escrito ou sonoro) (TLP 3.11). A segunda frase de 3.11 parece estar, então, introduzindo um elemento intencional: é através de um ato mental que se projeta, nos sinais, o que se quer representar, ou seja, é este ato mental que realiza a ligação entre linguagem e mundo, entre os nomes e os objetos.

Desta leitura surgem algumas perguntas: se o pensamento é uma figuração lógica dos fatos, então ele deve possuir as condições essenciais de figuração já listada, entre elas, a relação afiguradora, onde

[139] McMullen, 1989, p. 52 e Marques, 1995, p.9.

cada elemento da figura está relacionado com cada um dos elementos do afigurado. Mas se o pensamento é quem projeta esta relação nos elementos da proposição, quem realiza a projeção nos elementos do pensamento, enquanto figuração lógica dos fatos? Marques (1995) afirma que é importante notar que o pensamento possui no *Tractatus* um caráter lingüístico. Além disso, os objetos do *Tractatus* não são objetos do cotidiano que temos contato e que podemos identificá-los isoladamente[140] sendo que, por meio de algum tipo de ato mental, passem a ser o significado dos elementos da proposição (MARQUES, 1995, p.6). Se os objetos não são objetos que podemos identificar e re-identificar isoladamente, sendo os objetos as referencias dos nomes, então, Marques conclui, não parece fazer sentido atribuir ao pensamento o papel de realizar as relações projetivas. Nào parece inteligível, se as coisas são como Marques afirma, afirmar que é através do pensamento que os nomes adquirem significado, visto que não temos como identificar isoladamente ou mesmo ter contato, no cotidiano, com a referência desses nomes.

Marques defende que é preciso compreender o princípio do contexto e o holismo[141] existente no *Tractatus*[142]. O princípio do contexto mostra que não podemos compreender o significado de um nome isoladamente, mas apenas no contexto de uma proposição (TLP 3.3). Logo antes de apresentar o princípio do contexto, Wittgenstein apresenta de forma paradoxal a questão sobre como entendemos o significado dos nomes:

> Os significados dos sinais primitivos podem ser explicados por meio de elucidações. Elas são proposições que contém os sinais primitivos. Portando, só podem ser entendidas quando já se conhecem os significados desses sinais. (TLP 3.263)

Para resolver este paradoxo é preciso compreender 3.11, segundo Marques, da seguinte maneira: em 3.11, Wittgenstein não está dizendo que é o pensamento que realiza a projeção, mas sim, que é porque existe uma relação projetiva que é possível pensar o sentido de uma proposição. Essas relações projetivas "não envolvem qualquer associação *a posteriori* entre signo e significado, mas estão dadas de antemão, em virtude do isomorfismo, no sentido matemárico, entre os dois domínios" (MARQUES,

---

[140] É importante ressaltar que Wittgenstein não diz que podemos identificar isoladamente os objetos, assim como não diz que não podemos. Também não diz que os objetos não são objetos do cotidiano com que mantemos contato.

[141] O holismo que é defendido por Marques – que será melhor explicado adiante - diz que é somente dentro da linguagem como um todo que uma proposição adquire sentido, de modo que não é possível que uma proposição adquira sentido de forma isolada das demais proposições, ou seja, determinar o sentido de uma proposição é determinar o sentido da linguagem como um todo.

[142] Segundo Livingston (2004), o *Tractatus* antecipou ou mesmo inaugurou alguns dos projetos mais importantes na história da filosofia analítica, entre eles, o holismo semântico de Quine e Sellars, muito embora haja uma diferença muito grande no holismo de Quine e o holismo do *Tractatus*.

1995, p.9)[143]. Assim, 3.11 é uma espécie de definição do pensamento, onde pensar uma proposição é empregá-la como projeção de uma situação possível, ou seja, Wittgenstein está usando um conceito matemático claro – o de projeção – para explicar o pensamento. Tendo em mente que Wittgenstein está interessado apenas na questão filosófica da possibilidade de uma linguagem significativa, e não na questão psicológica de como os usuários da linguagem conhecem os sinais, pode-se compreender que o conceito da projeção é um conceito matemático e filosófico: existe um isomorfismo matemático entre a linguagem e o mundo.

Marques diz que esse isomorfismo "consiste na existência de 'lugares sintáticos' no sistema abstrato da linguagem que correspondem univocamente às posições ocupadas pelos objetos no espaço lógico de suas possíveis combinações" (MARQUES, 1995, p.9). Como Wittgenstein apresenta em 2.0123, quando conhecemos um objeto, conhecemos todas as suas possibilidades de aparecimento nos estados de coisa, e isso significa invariavelmente que conheço os outros objetos destes outros estados de coisas, e assim, conseqüentemente, todos os objetos, assim como todo o espaço lógico. Este espaço lógico então de algum modo é dado de antemão[144] sendo ele matematicamente isomórfico à linguagem[145].

Desse modo, para Marques, isso mostra que 3.263 não apresenta uma situação paradoxal, pois uma proposição não adquire sentido de forma isolada a outras, mas sim, através de sua determinação dentro do espaço lógico compartilhado, e assim, dentro da linguagem como todo. Por isso, é somente dentro da linguagem como um todo que a proposição adquire sentido (MARQUES, 1995, p.9), de modo que quando se determina o lugar da proposição neste sistema formal da linguagem, está determinada imediatamente a referência de todos os nomes que a compõe, não sendo necessário nenhum apoio externo, como um ato mental, para a determinação do significado dos nomes e da

[143] Essa definição de relação projetiva sugere que o sujeito não tem papel nenhum no uso da linguagem, ao escolher os sinais que escolhe para representar o que se deseja representar, o que é uma conseqüência bastante contra-intuitiva.

[144] Marques não explica como esse espaço lógico é dado de antemão. Se o espaço lógico e as relações projetivas são dadas de antemão, então também a linguagem por completo é dado de antemão. Mas como isso ocorre? Não há criatividade lingüística?

[145] Parece que, para Marques, dizer que é o espaço lógico é matematicamente isomórfico à realidade é dizer que a quantidade de nomes deve ser exatamente à quantidade de objetos, assim como as possibilidades combinatórias dos nomes devem ser exatamente as mesmas que às dos objetos que os nomes representam. "Esse isomorfismo consiste na existência de 'lugares sintáticos' no sistema abstrato da linguagem que correspondem **univocamente** às posições ocupadas pelos objetos no espaço lógico de suas possíveis combinações" (MARQUES, p.9, grifo em negrito meu). Marques também diz que "em virtude da identidade de forma lógica entre linguagem e realidade, em virtude do isomorfismo entre a totalidade das possibilidades combinatórias [...] só há *uma* maneira pela qual se pode estabelecer uma correspondência entre os elementos dos dois domínios" (MARQUES, p.9)

proposição[146]. O que é necessário é o espaço lógico já dado de antemão, que possui todas as possibilidades combinatórias dos objetos e também dos nomes, e, conseqüentemente o sentido de todas as proposições[147].

Assim como Marques, McMullen (1989) defende uma interpretação onde não há nenhum ato mental sendo realizado para que nomes possuam sentido e assim signifiquem. Os nomes possuem significado através do conjunto de proposições em que eles podem ocorrer sensivelmente, e por causa da forma lógica destas proposições, ele é relacionado ao objeto que representa, pois a forma lógica deste conjunto de proposições é a mesma para o conjunto de estado de coisas possíveis onde o objeto pode ocorrer. Para ela, não é porque os nomes e sinais proposições correspondem[148] a objetos e estados de coisas que possuem significado, mas sim, porque possuem significado – e para McMullen isso significa dizer que compatilham a mesma forma lógica - é que eles correspondem (McMullen, 1989, p.47). Sendo assim, tanto para McMullen como para Marques, a forma lógica do mundo parece determinar como o mundo pode ser ou mesmo sobre o que podemos falar, como conclui McMullen (1989, p.52):

> Nós não determinamos a estrutura lógica do mundo inventando ou decidindo falar uma linguagem com uma ou outra estrutura, de acordo com o Tractatus. Ao contrário, a visão do Tractatus, parece ser a de que a estrutura lógica, de algum modo já dada, determina como nós podemos pensar assim como determina como o mundo pode ser. Ela determina como qualquer coisa pode ser combinada a fim de representar ou ser representado, onde podem ser palavras, elementos do pensamento ou objetos independente da mente. Assim, o Tractatus não parece defender nenhuma forma padrão de realismo. Se fizer sentido atribuir alguma ontologia ao Tractatus, é uma ontologia das formas lógicas abstratas.

Apesar de não defender este tipo de holismo, Ishiguro (1990) concordaria com o que McMullen afirma acima, pois de acordo com Ishiguro, a analogia do espelho (TLP 4.121; 5.511) não deve ser interpretada como sendo o mundo que determina qual forma lógica a linguagem pode ser. Normalmente, alerta Ishiguro (1990, p.29), a analogia do espelho é entendida como uma metáfora que

---

[146] O paradoxo não parece ser completamente explicado por Marques, visto que o ponto chave desse paradoxo é que Wittgenstein diz que as elucidações só podem ser entendidas quendo já se conhecem os significados dos sinais que a compõe, sendo que seriam as elucidações que explicariam o significado destes sinais.

[147] Um problema que já se torna aparente nesta tese é que, se assumirmos que todas as possibilidades combinatórias dos objetos e dos nomes que os representam já estão dadas de antemão, então não há espaço para escolher, por exemplo, elementos com uma multiplicidade combinatória maior do que as dos objetos para representá-los em uma figuração. Ou seja, não há espaços para convenções, pois tudo já está dado de antemão, de algum modo que também não possui explicação.

[148] Isso não implica que nomes e proposições *correspondeam* do mesmo modo: quando um fato representado não existe, a proposição simplesmente é falsa; quando um objeto não existe, o nome não é um nome.

diz que qualquer objeto refletido no espelho força a imagem espelhada a ser de uma determinada forma, e isso, para o *Tractatus*, é usualmente interpretado como o mundo forçando a linguagem a possuir uma determinada forma lógica, pois a linguagem estaria espelhando o mundo. Ishiguro diz que é possível interpretar a analogia do espelho dizendo que ela sugere que podemos identificar o espelho (o mundo) e sua forma independentemente da linguagem, pois quando observamos um espelho no cotidiano, podemos facilmente identificar o que é o espelho, o que está sendo espelhado e a imagem espelhada. Assim, se essa interpretação está correta, isso significa que a linguagem possui sentido justamente porque reflete a forma fixa do mundo. O problema, segundo Ishiguro, é que a experiência cotidiana que temos com um espelho, experiência esta de se poder identificar separadamente o espelho do que é espelhado, é uma experiência empírica, de fatos contingentes. Wittgenstein, segundo Ishiguro,

> usa a noção de uma imagem espelhada para expressar algo que não é um fato empírico contigente, mas algo que se presume ser indizível. Resumindo, ele está usando 'espelho' como, estritamente falando, uma metáfora ilegítima (1990, p. 29)

Para Ishiguro, o que Wittgenstein quer dizer com esta metáfora ilegítima é que existe uma forma lógica que é comum tanto ao mundo como à linguagem, que é compartilha, espelhada, por ambos, pois em 5.511, Wittgenstein diz que o espelho é a lógica. Assim, temos o mundo, a linguagem e a forma lógica, sendo que a linguagem e o mundo espelham a forma lógica. Não é possível assim identificar o mundo separadamente desta forma lógica assim como não é possível identificar a linguagem separadamente desta mesma forma lógica compartilhada. Ishiguro conclui dizendo que:

> a metáfora do espelho, portanto, de nenhum modo apóia a visão de que a sintaxe lógica é derivada da, ou é causada pela natureza dos objetos, que existem independentemente da linguagem (1990, p. 30).

Marques, assim como Ishiguro[149], conclui que há um realismo no *Tractatus*, mas apenas no sentido de que a verdade ou falsidade do que se diz do mundo derivam do que é o caso no mundo. Marques destaca que as reflexões cunho ontológico realizadas por Wittgenstein, no *Tractatus*, não são apenas reflexões introdutórias que serão posteriormente superadas[150], mas fazem parte do sistema tractariano, tanto que aparecem em proposições mais avançadas no livro, como em 5.4711, onde

[149] Marques, 1995, p. 10; Ishiguro, 1990, p.31;
[150] A interpretação resoluta do *Tractatus* não concorda com essa leitura sobre as reflexões metafísicas introdutórias do *Tractatus*

Wittgenstein mostra que a essência da proposição está intimamente relacionada com a essência do mundo (Marques, 1995, p.10).

Algumas objeções podem ser levantadas aqui. A primeira diz respeito ao isomorfismo. Nesta interpretação holística, onde existe uma estrutura lógica dada a priori determinando a linguagem como um todo e o mundo, ou talvez uma harmonia pré-estabelecida entre mundo e linguagem, no que diz respeito à forma lógica de ambos, um nome representa um objeto quando ele compartilha estritamente a mesma forma lógica – ambos devem ser isomórficos no sentido mais forte: as possibilidades combinatórias devem ser idênticas. Por exemplo, poder-se-ia dizer que, sendo *a* um objeto, que tem apenas duas possibilidades combinatórias, a saber, combinar-se com *b* e *c*, então "*a*", o nome do objeto *a*, deve necessariamente ter exatamente as mesmas duas possibilidades combinatórias, a saber, combinar-se com o nome de *b* e com o nome de *c*. Porém, se estamos falando de um isomorfismo forte, se as possibilidades dos nomes são **idênticas** às possibilidades dos objetos, então o nome "*a*" tem como possibilidade combinar-se não somente com o nome do objeto *b* e *c*, mas sim, com **os objetos** *b* e *c*, já que a possibilidade de combinar-se com estes objetos é uma propriedade interna do objeto *a*. Ou seja, o objeto *a* pode se combinar com *b* e *c* e seu nome, "*a*", com os nomes dos objetos *b* e *c*, ou seja, com "*b"*e "*c*". Porém, como as possibilidades lógicas dos nomes e objetos são idênticas, então o objeto *a* pode se combinar também com "*b*" e "*c*".

Se esta interpretação está correta, então neste exemplo podemos perceber que o objeto *a* não possui apenas duas possibilidades, a saber, combinar-se com *b* e *c*, mas sim, quatro, combinando-se também com "*b*" e "*c*". Mas se as coisas são assim, o que faz com que "*a*" seja nome de *a* e não o contrário? O que diferencia um nome do objeto que ele representa? Marques sugere que o que existe são dois domínios distintos, ligados entre si através da forma lógica em comum: o domínio dos nomes (da linguagem) e dos objetos (do mundo). Em certo sentido isso é correto, sendo possível distinguir o domínio da linguagem e o mundo, mas isso não implica que os elementos da linguagem não são elementos que encontram-se no mundo. Toda figuração é um fato (TLP 2.141), de modo que possui elementos combinados de uma determinada maneira representando um estado de coisas possível. Wittgenstein diz em 3.1431 que "fica muito clara a essência do sinal proposicional quando o concebemos composto não de sinais escritos, mas de objetos espaciais (digamos: mesas, cadeiras, livros)". Isso indica que é possível que mesas, cadeiras e livros funcionem como os nomes em uma figuração espacial, por exemplo. Elementos do mundo, como objetos do cotidiano, podem ser usados como sinais proporicionais, e não necessariamente afigurando um estado de coisa possivel que possua a mesma forma de afiguração. Ou seja, é possível usar por exemplo, mesas e cadeiras como nomes em

uma figuração, para afigurar algo temporal, por exemplo, assim como utilizamos a escrita de uma partitura para afigurar algo sonoro e temporal, pois cada nota tem seu tempo certo de ocorrer, na música, e sua velocidade determinada pela partitura. Assim, que é possível distinguir, no momento de uma figuração, a figuração do afigurado, ou seja, o que está sendo utilizado como linguagem e o que no mundo está sendo representado, isso parece ser claro. Entretanto, poder distinguir o mundo da linguaguem não implica que os elementos do mundo e os elementos da linguagem fazem partes de domínios completamente distintos.

Esta interpretação também nos leva a outro problema: Se dois objetos possuem a mesma forma lógica, como saber a qual objeto um nome, que possui também a mesma forma lógica destes objetos, representa? Em 2.0233 e 2.02331, Wittgenstein diz que dois objetos com a mesma forma lógica diferenciam-se apenas por serem diferentes, e sendo assim, se há várias coisas que possuem todas as propriedades em comum, é impossível distingui-las das outras. McMullen procura responder esta objeção explicando que, apesar de parecer implicar que a forma lógica não é suficiente para determinar o significado de um nome, não é isso que Wittgenstein quer dizer. Segundo ela, Wittgenstein está mostrando as conseqüências de sua noção de identidade. Ou seja, se *a* e *b* são objetos com a mesma forma lógica, e "*a*" e "*b*" são os nomes destes objetos, 2.0233ss apenas implica que "*a*" e "*b*" podem ser substituídos um pelo outro *salva veritate* e que os objetos que representam são diferentes, e não o mesmo. Porém, parece claro que Wittgenstein não queria mostrar essa conseqüência, pois com isso McMullen quer dizer que, supondo que *F* seja uma propriedade qualquer e *a* e *b* são dois objetos quaisquer, com a mesma forma lógica e que podem combinar-se com *F*, então se é o caso que *Fa*, então não é possível que seja o caso que ~*Fb*, visto que "*a*" e "*b*" poderiam ser substituídos um pelo outro *salva veritate*. Ou seja, o que McMullen afirma[151] é que existe uma relação lógica entre as proposições elementares, pois a verdade de uma proposição implica a verdade de outra proposição elementar. Porém, como visto no capítulo 2 desta dissertação, a independência lógica entre proposições elementares é uma condição essencial para que seja possível construir qualquer proposição molecular a partir da aplicação da operação N. Assim, a tese de McMullen implica em conseqüências que são inconsistentes com as teses do *Tractatus.*

[151] McMullen faz esta afirmação explicitamente em uma nota: "In TR 2.0233 Wittgenstein says 'two objects of the same logical form are – *apart from their external properties* – only differentiated from one another in that they are different' (my emphasis) This suggests that though two such objects alpha and beta have the same possibilities for combination with other objects they could in fact occur in different combinations in some possible world. I.e., in some world alpha and beta have different properties, e.g., alpha has property P and beta doesn't. However, this suggestion is incompatible with Wittgenstein's view. If in some world alpha has P and beta doesn't, then P(A) is true and P(B) is false in that world, where A and B are names of alpha and beta. But A and B have the same logical form, therefore, since form determines sense and sense determines truth value, P(A) and P(B) have the same sense and hence the same truth value in every possible world" (McMullen, 1989, nota 1)

Sendo asssim, pode-se perceber que se é o caso que apenas a forma lógica determina o sentido, então é o caso que proposições elementares não são independentes. O que levou McMullen ao erro foi uma interpretação equivocada de 4.241 tendo como base para a interpretação desta passagem a tese de que a forma lógica determina o sentido. Em 4.241, Wittgenstein diz que "se uso dois sinais com um **único e mesmo significado**, exprimo isso colocando entre os dois o sinal '='. Portanto, 'a=b' quer dizer: o sinal '*a*' é substituível pelo sinal '*b*'." (grifo meu). Para McMullen, dizer que dois sinais possuem o único e mesmo significado significa dizer que possuem a mesma forma lógica, e conseqüentemente representam dois objetos distintos com a mesma forma lógica, remetendo então esta passagem à 2.0233:

> Ou seja, alfa e beta são "dois objetos da mesma forma lógica... (que) diferenciam–se um do outro apenas por serem diferentes". Mas isso não introduz qualquer ambiguidade na linguagem, exigindo algo como a definição ostensiva, além de forma lógica, para associar os nomes de objetos, pois A e B [os nomes de alfa e beta, neste exemplo] têm o mesmo significado. (MCMULLEN, 1989. P.49)

Porém, O que Wittgenstein quer dizer é que se os dois sinais *representam o mesmo objeto*, então eles podem ser substituíveis *salva veritate*. Logo após essa passagem, Wittgenstein complementa dizendo que "expressões da forma '*a=b*' são, pois, meros expedientes de representação; nada dizem sobre o significado dos sinais '*a*', '*b*'" (TLP 4.242). São esses meros expedientes de representação que Wittgenstein procura eliminar, com sua notação ideal: "Exprimo a igualdade do objeto por meio da igualdade do sinal, e não com a ajuda de um sinal de igualdade" (TLP 5.53). E Wittgenstein complementa: "Que a identidade não é uma relação entre objetos, é evidente" (TLP 5.5301). Ou seja, que dois objetos possuam a mesma forma lógica não implica, como sugere McMullen, que os nomes para estes objetos, por exemplo, "a" e "b", possuem o mesmo significado, tendo como conseqüência teses inaceitáveis para o *Tractatus*.

Para explicar a questão da diferença entre nomes e objetos, que possuem a mesma forma lógica, McMullen procura enfatizar que em 2.0233, Wittgenstein diz que *desconsiderando as suas propriedades externas*, dois objetos com a mesma forma lógica diferenciam-se apenas por serem diferentes. Assim, se "*a*" e "*b*" são nomes que possuem a mesma forma lógica, o que diferencia um nome do outro é alguma propriedade externa, ou seja, algo como a forma geométrica da escrita de "*a*" e "*b*". Ela conclui com isso que o isomorfismo exige que as propriedades externas diferenciem tanto os nomes quanto os objetos, assim como diferenciem os nomes dos objetos que os representam

(McMullen, 1989, nota 1). Se essa tese é correta, então pode-se inferir que, supondo que todos os objetos existentes possuem nomes, então para cada objeto, necessariamente existe uma cópia logicamente exata, apenas com propriedades externas diferentes. Essa conseqüência pode ser observada a partir do seguinte raciocínio: se existe um objeto logicamente único, que pode ser combinado com outros objetos, então ele pode ser representado em uma proposição; se pode ser representado, deve ser por um nome, logicamente idêntico a ele; a única diferença entre o nome e o objeto é alguma propriedade externa aos dois. Logo, é impossível existirem objetos logicamente únicos, e para cada objeto há uma cópia logicamente exata utilizada para representá-lo nas figurações, ocorrendo então uma espécie de duplicação ontológica do mundo no próprio domínio do mundo, pois os nomes são também objetos em fatos, visto que toda figuração é um fato (TLP 2.141).

Outro problema que podemos observar como conseqüência da tese de que, dado um objeto estão dados todos os objetos (e com isso, todas proposições, segundo esta teoria holista), é o problema da arbitrariedade para a escolha dos sinais. De acordo com essa visão, não há nada de arbitrário na escolha do sinal, pois, por exemplo, se escolho um livro para representar algo em uma figuração, só poderei representar objetos que possuem a forma que um livro possui, por conta desta limitação da forma lógica sugerida por Marques e McMullen. Mas, Wittgenstein diz, no *Tractatus*, que a escolha de quais sinais utilizamos para designar é arbitrária, sendo possível que dois sinais diferentes façam parte do mesmo símbolo assim como é possível dois símbolos diferentes serem expressos por um mesmo sinal (TLP 3.321-3.323). Assim, é possível que eu use um livro e um caderno e coloque-os um ao lado do outro para representar o fato de que um carro está ao lado de outro carro, como posso também utilizar uma caneta e uma caneca para representar o mesmo fato. Isso é arbitrário, segundo o *Tractatus*, sendo que podemos perceber a essência da proposição quando usamos, por exemplo, objetos espaciais para representar algo ao invés de sinais escritos. É a posição espacial relativa dessas coisas que exprime o sentido da proposição (TLP 3.1431). Essa essência que se mostra nestes exemplos é que um mínimo deve existir de comum entre a realidade e a figuração, que é a forma lógica, mas não que a forma lógica é estritamente e exatamente o que deve existir de idêntico entre a realidade e a figuração para que algo seja figuração.

Essa tese também possui um sério problema: A forma lógica é, segundo McMullen e Marques, dada de antemão de algum modo. Mas qual modo? A linguagem e o mundo são *a priori*? Existe linguagem e mundo independente de nós, usuários da linguagem? Não é possível então criar novos sinais e novas possibilidades lingüísticas? Nos parece, assim, que afirmar que é uma forma lógica de algum modo dada que determina o significado dos sinais, ou seja, o sinal se torna um símbolo porque a

sua sintaxe lógica determina qual símbolo ele é não parece condizente com o que Wittgenstein expressa no *Tractatus*, além de ter conseqüências contrárias às teses tractarianas já vistas até o momento. Um exemplo que pode ilustrar que não basta a forma lógica para determinar o significado é o seguinte. Suponhamos que "*x-y*" seja a forma de uma proposição elementar. Temos duas variáveis, *x* e *y*. As variáveis indicam os elementos que podem ser representados pelos nomes daquele domínio. Por exemplo, se *"Fz*" é uma proposição elementar, *z* é uma variável que indica que existem objetos que podem combinar-se com *F*. Se o objeto *a* não pode combinar-se com *F*, então o elemento *a* não faz parte do domínio dos argumentos possíveis para *z*, pois como diz Wittgenstein, "toda variável representa uma forma constante, que todos os seus valores possuem e que pode ser entendida como propriedade formal desses valores" (TLP 4.1271). Sendo assim, neste exemplo, suponhamos que "*x-y*" seja a forma de uma proposição elementar, e que *x* represente o domínio de objetos que podem ter cor, e *y* o domínio das cores[152]. Neste exemplo, fica claro que não basta saber que o nome *"a"* por exemplo, seja substituído no local da variável *y*, pois *"a"* pode representar qualquer cor do espectro de cores existentes.

Esse modo de interpretar o *Tractatus* afirma que basta compartilhar a forma lógica para que um nome seja nome de um objeto. Mas como visto, essa interpretação falha em responder uma série de perguntas e contra-exemplos que mostram que apenas a forma lógica não é o suficiente para designar o significado de um nome. Uma interpretação alternativa à esta apresentada afirma que há uma condição à mais para que um nome nomeie um objeto. Esta condição é o pensamento.

4.3. Interpretação Mentalista

Outra forma de interpretar o *Tractatus* em relação à determinação do significado das proposições é a interpretação conhecida como *mentalista*[153], pois nesta interpretação, os pensamentos são estruturas mentais que determinam o significado das sentenças (MCDONOUGH, 1994). Uma das principais evidências textuais a favor desta interpretação é a carta que Russell enviou a Wittgenstein, com dúvidas a respeito do *Tractatus*, e as respostas dadas por Wittgenstein. Nesta carta (NB, p.130), Russell pergunta:

> "... mas um Gedanke é um Tatsache. Quais são seus constituintes e componentes, e qual é a sua relação com aqueles do Tatsache afigurado?"

[152] Supondo que itens do cotidiano e cores são objetos.
[153] Entre os autores que defendem esta interpretação, encontram-se Hacker (1999), Malcolm (1986), Kenny (1981) e Baker (1984).

Wittgenstein então responde:

> "Eu não sei quais são os constituintes do pensamento, mas sei que deve haver tais constituintes que correspondem às palavras na linguagem"

Russell pergunta também se um pensamento é constituído de palavras. Wittgenstein responde:

> "Não! Mas de constituintes psíquicos que possuem a mesma espécie de relação com a realidade que palavras"

O que Wittgenstein parece afirmar explicitamente é que *devem* existir constituintes psíquicos, um pensamento como algo mental, de modo que os constituintes do pensamento possuem o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras, possuindo assim a mesma função dos nomes da linguagem. McDonough (1994) afirma que nesta carta, Russell simplesmente aceita a interpretação mentalista do *Tractatus*, e que além disso, ele foi bastante influenciado por esta interpretação, pois em suas palestras sobre a Filosofia do Atomismo Lógico, descrita por Russell como um curso que "em grande medida procura explicar certas idéias que aprendi de meu amigo e ex-aluno Ludwig Wittgenstein" (RUSSELL, 2010, p.1), Russell diz que "penso que a noção de significado é de algum modo psicológica, e que não é possível atingir uma teoria puramente lógica do significado" (RUSSELL, 2010, p.12).

A partir das respostas dadas a Russell, parece que temos o seguinte: para toda figuração, devem existir os elementos do mundo, os nomes (elementos da linguagem) e os constituintes psíquicos (elementos do pensamento). Os nomes e os constituintes psíquicos possuem a mesma espécie de relação com os elementos da realidade, na figuração. Mas se os elementos do pensamento possuem o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras, como é possível que o pensamento determine o significado das sentenças? Sobre isso, McDonough afirma que Wittgenstein responde, na própria carta:

> "[...] o tipo de relação dos constituintes do pensamento e do fato afigurado é irrelevante. É um problema da psicóloga descobrir isso" (NB, p.130).

Ou seja, segundo McDonough (1994, p. 486), é importante notar aqui a distinção que Wittgenstein faz sobre a questão filosófica da conexão entre pensamento e realidade e a questão psicológica desta mesma questão, sendo a questão psicológica uma questão empírica. Ou seja, é papel da psicologia, como estudo empírico em relação ao corpo humano, ou a alma humana (TLP 5.641) identificar quais os tipos de relações entre o pensamento e a realidade. Porém, a questão filosófica da

conexão entre pensamento e realidade mostra que tais relações são necessárias para que seja possível pensar (e falar) sobre o mundo.

Sendo assim, em linhas gerais, a interpretação mentalista do *Tractatus* pode ser descrita da seguinte maneira (HACKER, 1999): O mundo possui sua forma lógica, que consiste nas possibilidades combinatórias entre os objetos, e assim, em todos os estados de coisas possíveis. Esta forma lógica do mundo é espelhada pela linguagem, em resposta ao mundo[154]. Essa resposta exige que a linguagem contenha a mesma forma lógica, ou seja, que os nomes espelhem exatamente as mesmas possibilidades combinatórias que os objetos (e conseqüentemente, o mesmo vale para os elementos do pensamento). A ligação entre os nomes e os objetos se dá através do ato mental de pensar, que se dá quando se faz o uso significativo de um sinal proposicional. Ou seja, apenas a sintaxe lógica do nome não é suficiente para que ele tenha significado, para que ele represente um objeto.

Alguns pontos podem ser levantados neste momento. No *Tractatus*, Wittgenstein diz que toda figuração é também uma figuração lógica (TLP 2.182) e que a figuração lógica dos fatos é o pensamento (TLP 3). E em 3.1 é dito que na proposição, o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente. Se é necessário que existam elementos do pensamento, então podemos concluir que para toda proposição, existe uma "proposição mental" igualmente isomórfica que afigura a mesma realidade afigurada pela proposição em questão. Winch (1987) argumenta que essa duplicação é desnecessária e a interpretação que se pode dar a essa passagem, segundo ele, é a seguinte: tudo o que essas passagens sugerem (TLP 3; 3.1, assim como a carta a Russell) é que no caso de pensamentos não expressos sensivelmente e perceptivelmente, a afiguração é formada de constituintes psíquicos. Isso não implica que para cada proposição, existe uma proposição psíquica adicional que afigura igualmente à proposição a realidade. Já Favrholdt (1964), ao interpretar em seu artigo a proposição 5.542 do *Tractatus*, sobre as atitudes proposicionais, sugere ser necessário que, para cada proposição, exista também um pensamento formado por elementos psíquicos, isomórfico à proposição e a realidade.

A proposição 5.542 é uma proposição do *Tractatus* difícil de se interpretar. Nela, Wittgenstein parece estar analisando proposições da forma "*A* acredita que *p*", "*A* diz *p*" e "*A* pensa *p*", ou pelo menos sugerindo o que deve ser encontrado no final dessa análise. E nessa análise (ou sugestão de análise) que Wittgenstein faz, o sujeito *A* é eliminado, ou seja, analisado em termos de algo mais simples. Se Favrholdt estiver correto, é possível então analisar o sujeito (empírico, neste caso) em termos das figurações que ocorrem nele, ou seja, dos seus fatos psíquicos. Se isso é o caso, essa passagem é mais um argumento a favor da interpretação que diz que só há proposição se houver a

[154] Ao contrário da interpretação anterior, na interpretação mentalista, há uma prioridade da forma lógica do mundo em relação à forma lógica da linguagem.

projeção, sendo que para cada proposição, existe um fato psíquico figurando o mesmo estado de coisa que a proposição afigura. Wittgenstein diz o seguinte em 5.542:

> É claro, porém, que "*A* acredita que *p*", "*A* pensa *p*", "*A* diz *p*", são da forma "'*p*' diz *p*". E não se trata aqui de uma coordenação de um fato e um objeto, mas da coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos.

Nessa passagem, Wittgenstein está negando que "*A* pensa que *p*" (e os demais exemplos dados) não é sobre uma coordenação de um fato – no caso o fato que *p* – e um objeto, que seria o sujeito *A*, que sendo um objeto, deve ser simples, como todo e qualquer objeto. Wittgenstein nega que seja possível, no fim da análise, encontrar uma proposição de algum modo coordenado com objetos. Logo antes, em 5.54, Wittgenstein reafirma o principio da extensionalidade. No final da análise há apenas proposições elementares que são bases das operações de verdade que geram proposições moleculares. Um aparente contra-exemplo são as proposições do tipo "*A* acredita que *p*" e as demais apresentadas em 5.542, pois neste caso parece que não obtemos no final da análise apenas proposições elementares, mas objetos coordenados com proposições, o que é inaceitável para o *Tractatus*. Nessa mesma passagem (5.542), Wittgenstein afirma que "na moderna teoria do conhecimento" – citando Russell e Moore - estas proposições foram entendidas de fato como sendo uma proposição *p* mantendo uma espécie de relação com o objeto *A*. Wittgenstein se refere à teoria do juízo de Russell que diz que proposições da forma "*A* crê que *p*" devem ser analisadas em termos de uma múltipla relação entre o sujeito e os objetos que compõem a proposição que é objeto da crença. Por exemplo, a proposição "João acredita que Maria é irmã de Carla" deve ser analisada, na teoria de Russell, como uma relação entre João, Maria, Carla e a relação *ser irmã de*:

C(João, Maria, é irmã de, Carla)

Para Wittgenstein, esta teoria é inaceitável porque não torna impossível julgar um contra-senso (TLP 5.55422). Por exemplo, a crença "C(João, Sócrates, Mortalidade)" seria a crença de João na mortalidade de Sócrates. Porém, o que dizer da crença "C(João, Mortalidade, Sócrates)"? A crença de João de que a Mortalidade é Sócrates? Cuter (2000, p.62) afirma que a "demarcação entre o que é logicamente possível (crer que Sócrates é Mortal) e aquilo que logicamente não é possível (crer que a Mortalidade é Sócrates) transformar-se-ia, na teoria do juízo de Russell, numa 'questão de gosto'".

Assim, Wittgenstein parece mostrar que a forma das proposições como "*A* julga *p*", "*A* crê que *p*" e as demais devem mostrar que é impossível julgar um contra-senso, dizendo o seguinte:

> É claro, porém, que "A acredita que p", "A pensa que p", "A diz que p", são da forma " 'p' diz p". E não se trata aqui de uma coordenação de um fato e um objeto, mas da coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos. (TLP 5.542)

Uma pergunta que pode ser feita sobre essa passagem é: Por qual razão o sujeito *A* é eliminado, sendo substituído por '*p*'? Anscombe (1971, p. 88) afirma que o que está claro para Wittgenstein, em 5.542, é que o que quer que seja capaz de representar *p* deve ser tão complexo quanto o fato que *p*. Cutter (2000, p.65) diz que Wittgenstein não está excluindo aqui a possibilidade de descrever os aspectos empíricos das crenças, nem como a possibilidade de incorporar esses aspectos empíricos, esses fatos, à seqüência de fatos que associamos ao nome de uma pessoa, ou seja, às crenças, dúvidas e pensamentos que associamos a alguém. Favrholdt segue esta linha de pensamento, mostrando antes entender que para no *Tractatus* podemos reconhecer que Wittgenstein distingue dois tipos de sujeito: o sujeito metafísico e o sujeito empírico. O sujeito metafísico é aquele que não encontra-se no mundo, é inefável, pois encontra-se no limite do mundo (TLP 5.632). Já o sujeito empírico é aquele que encontra-se no mundo. Wittgenstein diz em 5.641 que "O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia". Ou seja, podemos aqui dizer que o sujeito empírico de que as ciências biológicas cuidam é o corpo humano. E a psicologia, que para Wittgenstein é uma ciência empírica como qualquer outra ciência, cuida da alma humana. Este é o sujeito da psicologia. E como disse Wittgenstein a Russell, é papel da psicologia identificar os elementos do pensamento deste sujeito empírico, da alma humana.

Sendo assim, no caso das atitudes proposicionais, o sujeito *A* é o sujeito empírico que importa à psicologia, e este sujeito pode ser reduzido à uma seqüência de pensamentos (FAVRHOLDT, 1964, p.559). Estes pensamentos são formados por elementos psicológicos que *devem* existir, como Wittgenstein afirma à Russell, e que possuem a mesma relação com a realidade que os nomes de uma proposição. Isso explica porque para Wittgenstein, este sujeito deve ser complexo, e no caso, tão complexo quanto o fato que *p* que é dito, julgado ou objeto da crença deste sujeito. Se o sujeito é então tão complexo quanto a proposição expressa, ou quanto o objeto da crença do sujeito, então parece ser possível, pelo menos nas atitudes proposicionais, analisar esse sujeito e eliminá-lo da análise. Nos *Notebooks* (p.119), Wittgenstein confirma que o sujeito não pode ser considerado um simples, assim como uma proposição também não é:

> A relação entre “Eu creio que p” e “p” pode ser comparada à relação entre “’p’diz p” e p: é simplesmente impossível que eu deva ser um simples assim como “p” deva ser.

Sendo assim, se é do sujeito empírico que importa à psicologia a que Wittgenstein está se referindo em 5.542, então parece que a única forma de eliminar o sujeito para concluir que uma proposição da forma “*A* julga *p*” é da forma “‘*p*’ diz *p*” é considerá-lo, nestes casos e para este tipo de análise, como uma seqüência de pensamentos. Isso mostra porque aqui não temos uma coordenação de um fato e um objeto, mas sim uma coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos – os elementos do pensamento do sujeito empírico.

Favrholdt explica, através dessa interpretação, a questão da mentira. Enquanto diz *p*, *A*, que está mentindo, está pensando no oposto, ou seja, está pensando que ‘~*p*’. Nesse caso, ‘*p*’será apenas um sinal proposicional, pois ‘*p*’ não foi projetado, pensado por *A*, enquanto diz *p*. O ouvinte poderá projetar o pensamento ‘*p*’ no sinal proposicional expresso por *A*, tomando-o como o que foi de fato dito por *A*. Isso fica claro quando vemos que o *Tractatus* nos diz que a proposição é onde o pensamento é expresso sensivelmente (3.1), e que usamos o sinal escrito ou sonoro como projeção de uma situação possível, sendo que o método de projeção é pensar o sentido da proposição (3.11). O sinal que utilizamos para exprimir o pensamento é chamado de sinal proposicional, e a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo (3.12). Assim, se o sinal não está em sua relação projetiva com o mundo, não é uma proposição, é apenas um sinal proposicional, apenas um fato físico que nada representa.

O ponto principal de Wittgenstein em 5.54ss é mostrar que, ao contrário de Russell, sua análise mostra que é logicamente impossível julgar um contra-senso. Para Wittgenstein, não só não é possível julgar um contra-senso como não é possível dizer um contra-senso ou pensar um contra-senso. E a forma “’*p*’ diz *p*” mostra isso. A questão aqui é saber se “’*p*’ diz *p*” seria uma proposição legítima ou a tentativa de se dizer o que não pode ser dito, ou seja, um contra-senso do tipo “objetos existem necessariamente”. Se for uma proposição legítima, então isso parece implicar que não é necessário um elemento intencional para projetar um estado de coisas em uma proposição, pois o sinal apenas, por conta de sua forma, representaria um estado de cosias. Anscombe (1971, p.89) defende que esta é uma proposição legítima. Assim, poderíamos ter a seguinte proposição, com esta forma:

Que em “*a*R**b**” “a” está escrito em itálico e “b” em negrito diz que aRb”

Esta proposição, segundo Anscombe, é falsa, pois não é pelo fato de "a" ter sido escrito em itálico e "b" em negrito que diz que *aRb*, mas sim, pelo fato de que "a" encontra-se à esquerda e "b" à direita de "R" que diz que *aRb*. O problema dessa interpretação é que para verificar o valor de verdade dessa proposição, deveria ser necessário verificar e comparar a relação afiguradora – o que não é possível (TLP 2.172) - pois a proposição exemplificada poderia ser verdadeira, se as coisas fossem projetadas como descrita na proposição, ou seja, se fosse projetado que o sinal "*a*" em itálico e "**b**" em negrito que diz que aRb. Não basta, como visto anteriormente, apenas a forma lógica para se determinar o que uma proposição representa. É necessário algo mais, o método de projeção.

Em oposição a Anscombe, Cuter (2000) diz que "'*p'* diz *p"* deve ser entendido como um contra-senso, pois tenta dizer aquilo que não pode ser dito. Favrholdt diz que "'*p*' diz *p*" seria equivalente à *p*, pois se houve projeção, se *p* é uma proposição legitima, então ela é expressa através do sinal '*p*'. Por isso, "'*p*' diz *p*" é um contra-senso que se mostra em *p*, pois para que *p* seja uma proposição, é necessário que exista um pensamento cujos elementos afigurem os elementos do estado de coisa afigurado. Se essa interpretação está correta – e parece ser mais coerente com o *Tractatus*, pois como vimos anteriormente, não basta apenas a forma lógica para determinar o que uma proposição representa - dizer que "*A* julga *p*", "*A* crê que *p*", etc, é da forma "'*p*' diz *p*" nada mais é do que um modo de dizer que só é possível pensar, julgar, expressar uma proposição se existe um fato psicológico que afigure o estado de coisas possível. E no caso das proposições expressas através da escrita, som, etc, é necessário que exista também um fato físico que afigure o estado de coisas possível. Assim, enquanto que a análise de Russell não tornava impossível julgar um contra-senso, como visto anteriormente, essa análise de Wittgenstein mostra que é logicamente impossível julgar um contra-senso, pois para julgar algo (ou crer, pensar ou dizer), é preciso que exista o fato psicológico que afigure o estado de coisas que é julgado. Se não existe esse fato psicológico, então nada é dito, pensado ou julgado. É logicamente impossível.

Outra passagem bastante debatida e que merece atenção é 3.11, que diz em sua segunda parte: "O método de projeção é pensar o sentido da proposição". Na interpretação de Favrholdt, essa passagem é uma definição de método de projeção. Porém, como vimos anteriormente, Marques (1995), assim como também Winch (1987) e Rhees (1996), entendem que essa passagem é na realidade uma definição de pensamento: pensar o sentido de uma proposição é usar uma proposição como projeção de uma situação. Hacker (1999) procura esclarecer esta passagem mostrando várias evidências à favor da interpretação que diz que 3.11 é uma definição de método de projeção, e não o contrário, uma definição de pensamento, fortalecendo ainda mais a leitura mentalista do *Tractatus*. Uma das primeiras

evidências que Hacker mostra é o *Prototractatus*[155]. No *Prototractatus*, encontramos a seguinte estrutura:

> 3.1 A expressão perceptível de um pensamento é o sinal proposicional.
> 3.11 Um sinal proposicional é a projeção de um pensamento.
> 3.111 É uma projeção da possibilidade de uma situação.
> 3.12 O método de projeção é a maneira de aplicar o sinal proposicional.
> 3.13 Aplicar o sinal proposicional é pensar o seu sentido.

O que o raciocínio no *Prototractatus* demonstra é que Wittgenstein estava pensando em definir o método de projeção, e não definir o pensamento, pois ele diz que o método de projeção é a maneira de aplicar o sinal. Mas não parece que ele está dizendo que a maneira de aplicar o sinal é apenas o seu uso, pois logo em seguida, ele afirma que aplicar o sinal é pensar o seu sentido. Assim, parece que Wittgenstein achou que a forma em que escreveu no *Tractatus* 3.11 já estava bastante clara: O método de projeção é pensar o sentido da proposição. Nos *Notebooks* é possível também encontrar evidências a favor desta interpretação[156]. Nos *Notebooks*, Wittgenstein se pergunta se as sentenças de uso ordinário possuem sentido que não é totalmente claro, ou seja, "quando eu digo 'o livro está deitado sobre a mesa', isso possui realmente um sentido completamente claro?" (NB 67). Para Wittgenstein, parece que o sentido *deve* ser claro, pois nós certamente significamos *algo* através dessa proposição. Assim, tudo o que significamos deve ser sempre preciso para nós (NB 68). E Wittgenstein prossegue: "é claro que eu *sei* o que eu *significiquei* (*mean*) através da proposição vaga. [...] se alguém me encurralar a fim de mostrar que eu não sei o que quis dizer (*meant*), eu deveria dizer: 'Eu *sei* o que quis dizer (*mean*): quis dizer ISSO', apontando para o complexo apropriado com meu dedo" (NB 70). Assim, mesmo em uma proposição que carece de clareza, eu posso dizer que sei o que projetei, sei o que quis dizer. Assim, o uso significativo ou ordinário das palavras não é o suficiente para se afirmar que alguém sabe o que foi projetado.

Esta leitura dos *Notebooks* parece estar de acordo com o que Wittgenstein diz em 4.002:

> O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer idéia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares.
> A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele.

[155] É importante ressaltar que as evidências obtidas através do *Prototractatus* devem ser analisadas cuidadosamente, pois não é possível saber o que Wittgenstein retirou porque considerou inadequado ou porque considerou que poderia expressar as mesmas sentenças de outra forma, como sugere Hacker nas passagens analisadas.
[156] Winch (1987) diz que essas evidências comprovam que o *Tractatus* está justamente criticando a interpretação mentalista que nos *Notebooks*, Wittgenstein pensou que poderia ser correta.

> É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem.
> A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo.
> Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados.

O pensamento, nessa metáfora, é a forma do corpo, é a parte interna, que é coberta e disfarçada pelo traje, pela parte externa, a linguagem. Posso utilizar sentenças que não sejam a primeira vista completamente claras, ou seja, que possuam certa vagueza, sem fazer idéia de como cada palavra significa, mas eu sei o que quero dizer, pois sei qual pensamento quis significar ao usar a linguagem. A aparente falta de clareza pode ser desfeita quando a análise da linguagem é realizada, tornando explícita a forma lógica da proposição (e do pensamento), pois no fim das contas, o que eu digo (se for uma proposição) só pode ser ou certo ou errado, e nada além disso. E eu sei o que digo, mesmo sem saber *como* construí a sentença por mim utilizada. Desse modo, as evidências sugerem fortemente que 3.11 é a definição de método de projeção, mostrando que a existência de um elemento psicológico é fundamental para o uso da linguagem.

4.4. Tipos de Pensamento e Isomorfismo

Os autores que defendem a interpretação mentalista do *Tractatus* dão evidências fortes o suficiente para sustentar a existência de um elemento psicológico, além da discussão explícita da carta enviada a Russell. Mas o que não parece ser claro para os autores que discutem este tema é que o termo "pensamento", assim como diversos outros termos utilizados por Wittgenstein no *Tractatus*, tal como "proposição" é um termo ambíguo. Wittgenstein usa, eventualmente, o termo "proposição" para designar uma proposição genuína, porém, eventualmente ele fala sobre "proposições da matemática" e "proposições da lógica", sendo que, em certo sentido de "proposição", não é possível existir uma proposição da matemática ou proposição da lógica[157]. Assim, talvez por descuido de Wittgenstein com os termos que utilizou, ou talvez por conta de não ter à sua disposição uma notação clara e precisa, com um termo para cada objeto a ser representado, parece ser o caso que o termo "pensamento", como

[157] Assim como, nesta dissertação, utilizo o termo "proposição" para me referir às sentenças do *Tractatus*, apesar de ser evidente que conceitualmente, tais sentenças não são proposições genuínas.

sugere Machado (2007, p.48), é um termo ambíguo e que deve ser esclarecido para uma compreensão do que Wittgenstein quer dizer quando utiliza este termo.

Na proposição 3, Wittgenstein diz que a figuração lógica dos fatos é o pensamento. Toda figuração é uma figuração lógica (TLP 2.182), portanto, o pensamento aqui é definido em um sentido lógico: toda figuração é um pensamento, por ser uma figuração lógica que apresenta uma possibilidade. Em 3.1, Wittgenstein diz que na proposição o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente. Como visto anteriormente, na análise da carta enviada a Russell, parece evidente que para cada proposição exista também um pensamento formado por elementos psicológicos estando na mesma relação com a realidade que os nomes da proposição. Assim, em uma proposição expressa por meios sensíveis e perceptíveis, por exemplo, uma proposição escrita, temos também um pensamento formado por elementos psicológicos e o pensamento no sentido lógico como conteúdo tanto do fato físico (a proposição escrita) quanto do fato psicológico (formado por elementos psicológicos). Mas nem toda proposição precisa ser expressa sensível e perceptivelmente. Como nota Machado (2007, p.52, nota 126), sensivelmente perceptível é oposto a introspectavelmente perceptível, de modo que um pensamento não expresso sensivelmente é o fato psicológico que afigura um estado de coisas possível.

Sendo assim, vemos que "pensamento" possui ora um sentido lógico – o conteúdo lógico de qualquer figuração, ou seja, a possibilidade da estrutura representada - ora é tido como um fato psicológico – uma estrutura formada por elementos psicológicos que representam um estado de coisas possível. Além dessas duas maneiras de entender o termo, pode-se notar que o pensamento também deve ser interpretado de uma terceira forma: como um ato psicológico. Ao dar alguns exemplos musicais, como o disco gramofônico, a escrita musical, o pensamento musical e ondas sonoras, Wittgenstein afirma que todos possuem uma forma lógica comum entre si, além de possuírem em comum a mesma relação interna afiguradora – uma relação lógica proveniente da forma lógica em comum que possuem – que existe entre a linguagem e o mundo (TLP 4.014). Logo em seguida, Wittgenstein diz, em 4.0141:

> Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura, uma por meio da qual se pode derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei de projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico.

Essa regra de tradução, ou lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas é justamente o método de projeção, que é um ato psicológico que projeta o estado de coisas afigurado na linguagem, na expressão do pensamento.

Entendendo que o pensamento pode ser entendido destas três maneiras, é possível responder adequadamente a alguns questionamentos, como o realizado por Marques (1995). Ele coloca seu argumento da seguinte maneira: O pensamento no *Tractatus* tem um caráter lingüístico, pois assim como qualquer proposição, é uma figuração dos fatos. Além disso, Wittgenstein considera irrelevante do ponto de vista filosófico, conhecer a natureza dos elementos do pensamento e, o pensamento só pode veicular um sentido se seus elementos estiverem em relações projetivas com a realidade. Portanto, conclui Marques, o pensamento enquanto atividade simbólica, tendo como pressuposto justamente a relação projetiva com a realidade, não pode ser apresentado como fundamento dessas relações.

O problema desse argumento é que Marques não nota a condição existente na própria conclusão, somado ao fato de não perceber a ambigüidade do termo "pensamento". Que o pensamento - no *Tractatus* - tem um caráter lingüístico, não há dúvidas. Para quem considera o pensamento como um sinal proposicional em uso, o pensamento é a própria proposição. Os que interpretam o pensamento como constituído de elementos psicológicos também entendem o caráter lingüístico do mesmo, citando inclusive os *Notebooks* (p.82): "Agora está ficando claro porque eu pensei que pensamento e linguagem são o mesmo. O pensar é um tipo de linguagem. Um pensamento, é claro, é também uma figuração lógica da proposição, e portanto, é apenas um tipo de proposição". Um tipo de proposição que, como explicado anteriormente, diferentemente das proposições sensíveis e perceptíveis, é uma proposição interna, introspectável. A segunda premissa de Marques também é correta: Wittgenstein considera irrelevante do ponto de vista filosófico conhecer a natureza dos elementos do pensamento. E isso justifica e fortalece a tese de que tais elementos existem e são fundamentais. O fato de não ter relevância para o projeto lógico-filosófico do *Tractatus* conhecer a natureza de tais elementos não indica que tais elementos não tenham um papel fundamental no projeto. Wittgenstein também considera irrelevante para o projeto lógico do *Tractatus*, como analisado nos capítulos anteriores, conhecer a natureza dos objetos. Tal natureza só seria conhecida após a análise da proposição.

Este pensamento, constituído de elementos psicológicos, segundo Marques, só pode veicular um sentido se estiver em relação projetiva com a realidade. Isso também é indiscutível. Não é possível pensar ilogicamente. Se há um pensamento, há elementos psicológicos em relação projetiva com a realidade, como Favrholdt demonstrou, em sua análise de 5.542. A conclusão de Marques é que, enquanto atividade simbólica – e essa condição é que precisa ser destacada, ou seja, considerando o

pensamento *apenas* como uma figuração constituída de elementos psíquicos – o pensamento (no sentido de fato psicológico) não pode ser apresentado como fundamento dessas relações. E isso parece ser correto também. O que é importante notar é que esse argumento não exclui que o pensamento como ato psicológico seja apresentado como fundamento das relações entre a linguagem (fatos físicos), o pensamento (fatos psicológicos) e a realidade (estado de coisas possível).

Marques argumenta também que a interpretação que atribui ao pensamento o papel de realizar a ligação entre linguagem e realidade - chamada por ele de concepção ingênua (MARQUES, 1995, p. 4) - não se sustenta porque é necessário que o pensamento de algum modo tenha acesso aos objetos referidos pelos nomes para realizar a ligação entre linguagem e realidade, e este acesso não parece ser possível porque os objetos não são entidades do cotidiano que podem ser identificados isoladamente, de modo que é "ininteligível a hipótese de que esses elementos [os nomes] possam adquirir significado por meio de algum tipo de associação mental com entidades dadas à nossa experiência" (MARQUES, 1995, p. 6). Marques está correto ao afirmar que os objetos tractarianos são entidades muito peculiares. Como vimos no capítulo anterior, Wittgenstein não atribui nenhuma característica extra-lógica aos mesmos. Se são ou não elementos de nossa experiência cotidiana, isso não pode ser afirmado categoricamente, como fez Marques. Isso também não significa que não há espaço para as definições ostensivas no *Tractatus*. Porém, como diz Hacker (1999, p.126), as definições ostensivas não realizam uma conexão entre a linguagem e realidade, pois continuam na linguagem, conectando apenas o *definiendum* com um exemplo, para ser utilizado posteriormente. Mas o principal problema deste argumento de Marques está justamente na confusão entre a questão filosófica que interessa a Wittgenstein e a questão psicológica, irrelevante ao *Tractatus*. Apesar de apontar a necessidade estar atento a esta distinção entre os dois tipos de questão, Marques parece em determinado momento confundi-las.

A questão filosófica, para Wittgenstein, se resume a tudo aquilo que é relevante para a reflexão lógica realizada no *Tractatus*. No capítulo anterior, vimos que a existência dos objetos é necessária para que, segundo Wittgenstein, a linguagem como figuração seja possível, de acordo com as exigências do *Tractatus*. E sabemos que estes objetos se conectam uns com os outros, sendo isso uma propriedade ontológica. Mas saber como os objetos estão ligados ou qual a sua natureza, isso é irrelevante para a investigação lógica do *Tractatus*. Em 4.1121, Wittgenstein diz:

> Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das

> vezes, eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe no caso do meu método.

O que ele está dizendo é que seu estudo corresponde ao estudo dos processos de pensar, mas possui como vantagem o fato de excluir investigações psicológicas irrelevantes. Assim como é irrelevante dar exemplos de nomes, objetos e proposições elementares, exemplos estes que são obtidos a partir da aplicação da lógica, e não da reflexão lógica sobre a linguagem – a reflexão realizada no *Tractatus* – é irrelevante também para a reflexão lógica sobre a linguagem e pensamento saber qual o tipo de relação entre os constituintes do pensamento e do fato afigurante. É irrelevante não porque não exista tal relação, mas porque o que importa para questão filosófica é saber *que* esta relação existe. *Quais* e *como* estas relações são ou ocorrem é papel da psicologia descobrir (NB, p.129). Ou seja, que há um ato psicológico que realiza a ligação entre linguagem e realidade, parece agora ser claro. Como essas ligações ocorrem não importa para a reflexão lógica sobre a linguagem.

Um aspecto que merece ser revisto e que ambas as interpretações apresentadas parecem concordar é a de que a forma lógica dos nomes deve ser idêntica à forma lógica dos objetos. Para McMullen, a forma lógica que de algum modo é dada faz com que o mundo e a linguagem a compartilhem entre si, enquanto que para Hacker, há uma prioridade na forma lógica do mundo, que é espelhada pela linguagem. Em ambos os casos, parece ser uma condição necessária que nomes e objetos possuam exatamente as mesmas possibilidades combinatórias, exatamente a mesma forma lógica. Em 2.16-2.17, Wittgenstein diz que a figuração e o figurado devem ter algo em comum, algo de idêntico, para que um possa ser uma figuração do outro, e o que deve haver em comum para que a figuração possa afigurar *à sua maneira* é a forma de afiguração. Corrêa (2009, p.428), enfatiza que é preciso distinguir forma de afiguração de forma lógica. Essa distinção pode ser notada quando Wittgenstein diz que "Toda afiguração é também uma figuração lógica" e logo depois, coloca a seguinte observação: "no entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial" (TLP 2.182). Ou seja, é possível afigurar de diversas maneiras, escolhendo diversos "pedaços" da realidade para representar, independentemente da forma de afiguração escolhida, ou seja, posso escolher a forma de afiguração espacial para afigurar um possível fato sonoro. Em 2.18, Wittgenstein diz que o que toda figuração deve ter em comum com a realidade, *qualquer que seja sua forma*, é a forma lógica. E toda figuração, independente da forma de afiguração, é também uma figuração lógica, pois toda figuração, seja qual for sua forma, tem forma lógica. Toda figuração *deve* representar uma possibilidade, seja uma figuração espacial, sonora ou escrita representando qualquer estado de coisas possível.

Assim, pode-se perceber que Wittgenstein não está aqui afirmando que toda figuração deve ter a forma lógica idêntica à forma lógica do afigurado. O que ele enfatiza é que cada forma de afiguração representa uma possibilidade, e portanto, neste caso, é também uma forma lógica. O isomorfismo então pode ser entendido como a exigência de que a figuração e o afigurado tenham forma lógica, mas não necessariamente formas lógicas idênticas. Ou seja, não há uma exigência que diz que os nomes devem ter exatamente as mesmas possibilidades combinatórias que os objetos representados, mas apenas a exigência de haver, como diz Ricketts (1996, p.78), que ambos possuam a forma lógica compatível. Nada impede que os nomes tenham mais possibilidades, ou seja, se o objeto *a* tem *n* possibilidades combinatórias, o nome "*a*" pode ter *n+1*. Por isso que Wittgenstein diz que a escolha de quais sinais utilizamos para designar é arbitrária (TLP 3.322). Porém, esta deve ser uma escolha adequada, pois não posso utilizar um sinal que possua, por exemplo *m* possibilidades combinatórias para representar um objeto que possua *m+1* possibilidades, pois esse nome não é capaz de representar todas as possibilidades do objeto. Já o excesso de possibilidades por parte do nome em nada prejudica as possibilidades de afiguração, pois o nome representará todas as possibilidades do objeto projetado. Assim, é necesário que pelo menos as mesmas quantidades de possibilidades existam, para que seja possível projetar os objetos de um estado de coisas nos nomes que o representam.

Isso mostra que não é o compartilhar uma forma lógica idêntica que faz com que um nome seja nome de um objeto. E também não é o suficiente compartilhar as mesmas quantidades de possibilidades combinatórias existentes entre os nomes e objetos. É necessário o ato psicológico para realizar a projeção. Wittgenstein diz que "toda proposição possível é legitimamente constituída, e se não tem sentido, isso se deve apenas a não termos atribuído *significado* a algumas de suas partes constituintes (ainda que acreditemos tê-lo feito)" (TLP 5.4733). Muitas vezes acreditamos estar projetando corretamente a realidade que pretendemos representar na sentença utilizada, mas a aplicação da lógica, a análise da proposição, é quem mostra a forma real do pensamento. Não sabemos como construímos nossas sentenças, pois como Wittgenstein diz, a linguagem é tão complicada quanto o organismo humano, e ela é o traje que disfarça o pensamento (TLP 4.002). Produzimos som ao falar sem saber como o organismo humano produz tais sons particulares. E não é objetivo da reflexão lógica saber como sons são produzidos, quais mecanismos fazem com que braços se movimentem para produzir palavras escritas nem quais mecanismos mentais funcionam para realizar a projeção naquilo que é representado. Descobrir estes mecanismos é objetivo das ciências empíricas. O que importa para Wittgenstein, no *Tractatus*, é simplesmente o que é necessário saber por razões puramente lógicas.

Capítulo 5 – Conclusão

O principal objetivo desta dissertação foi compreender qual o papel do pensamento como condição essencial para o uso da linguagem como figuração da realidade, sendo o pensamento um elemento intencional e não puramente lógico, como sugerem algumas linhas interpretativas. Para realizar essa investigação se viu necessário, antes de buscar entender o que o *Tractatus* diz sobre o pensamento - que se encontra no núcleo das idéias *tractarianas* – interpretar alguns pontos do *Tractatus* relevantes para atingir o objetivo principal deste trabalho.

O ponto de partida foi assumir como correta a interpretação tradicional, em oposição a interpretação resoluta. Não foi realizada uma discussão detalhada e exaustiva sobre esse tema, mas uma reflexão que pôde levar à conclusão de que o debate levantado pela interpretação resoluta merece certa atenção, pois chama a atenção para aspectos importantes do livro, ainda que esta interpretação não consiga dar conta de problemas que a interpretação tradicional consegue. Em seguida, a estratégia utilizada foi a de compreender os aspectos da ontologia do *Tractatus*, da teoria da verdade e da disputa realismo/anti-realismo.

Que Wittgenstein nunca deu explicitamente exemplos de objetos, nomes e proposições elementares é algo aceito entre a maioria dos comentadores do *Tractatus*. Entretanto, é comum vermos ainda assim, alguns intérpretes do livro assumindo que algumas passagens do livro sejam exemplos de objetos, ou também vermos comentadores que, na tentativa de se interpretar melhor o *Tractatus*, acabam por atribuir aos objetos propriedades que nunca foram explicitamente atribuídas por Wittgenstein. Por exemplo, uma passagem constantemente utilizada para apontar que relações não são objetos, segundo o *Tractatus*, é 3.1432, que diz: "Não: "O sinal complexo 'aRb' diz que a mantém a relação R com b", mas: que "a" mantenha uma certa relação com "b" diz que aRb.". Esta passagem, a primeira vista, parece ser uma evidência, para alguns autores, à favor da tese de que relações que ocorrem entre os objetos não são também objetos, inclusive se considerada em conjunto com a metáfora da corrente, que diz que os objetos estão ligados uns aos outros como os elos de uma corrente (TLP 2.03), ou seja, aparentemente, sem a necessidade de nada os ligando uns aos outros. Entretanto, ao estudar a disputa sobre as interpretações que atribuem diversos estatutos ontológicos aos objetos, como interpretações que assumem que os objetos são dados do sentido, outras que afirmam que não são, ou mesmo interpretações que dizem que entre os objetos temos as propriedades e relações, em oposição à interpretações que dizem que propriedades e relações não podem ser consideradas objetos, o que pôde-se perceber é que há, em certa medida, evidências para boa parte destas interpretações, mas

nenhuma o suficiente para se concluir algo. Isso parece explicar porque Wittgenstein tomou uma posição cuidadosa ao deixar essa questão em aberto.

Kenny (1984b) chama a atenção para o cuidado que Wittgenstein tomou ao escolher as suas palavras nesta questão, e esse cuidado nos mostra que no *Tractatus*, Wittgenstein está realizando uma reflexão lógica *a priori*, e não a análise lógica das proposições nem uma investigação empírica. Compreender esse ponto parece ser fundamental para evitar o erro de atribuir erroneamente propriedades ontológicas que não são relevantes para a investigação lógica contida no *Tractatus*, assim como para evitar o erro de interpretar incorretamente as diversas passagens e idéias contidas no *Tractatus* por não perceber a distinção entre o que Wittgenstein acreditava que poderia encontrar após a realização da análise lógica da proposição e o que é essencial à linguagem e ao mundo para que seja possível falar verdadeiramente ou falsamente sobre os fatos da realidade. Essa distinção nos leva então a outra leitura dos exemplos dados por Wittgenstein em diversas passagens da obra, como 3.1432: não seria possível tomar estes exemplos como exemplos de proposições elementares, nomes e objetos? A resposta é nitidamente não, pois ao tomar estes exemplos como exemplos legítimos de proposições elementares, nomes e objetos, estaríamos tentando antecipar, *a priori*, o que só é possível obter após a aplicação da lógica, sendo que o que é obtido com a aplicação da lógica, a lógica não pode antecipar (TLP 5.557). Wittgenstein diz que essa tentativa resulta em um mero jogo de palavras, ou claramente, em contra-sensos (SRLF, p.30; TLP 5.5571).

A questão sobre os objetos também chamou a atenção para a questão da notação lógica utilizada por Wittgenstein em todo o *Tractatus*. Wittgenstein defende, no *Tractatus*, que é preciso uma notação lógica ideal clara para evitar os diversos contra-sensos que a linguagem permite. Mas na época em que escreveu o *Tractatus*, Wittgenstein ainda não tinha realizado a análise da linguagem, de modo que não era possível saber, *a priori*, se a notação à sua disposição, como a notação de Russell, era adequada para representar a forma lógica das proposições elementares. Assim, ele recorre então à notação russeliana como recurso expositivo para certos exemplos, mas não tomando estes exemplos como exemplos completos, mas sim, exemplos que poderiam, até certo ponto, mostrar o que ele queria mostrar, se pudesse supor que as coisas fossem como os exemplos dados. Assim como é possível usar carros de brinquedos supondo que são carros de verdades, para falar sobre certas propriedades dos carros de verdade, Wittgenstein usou a notação russelliana para, com alguns exemplos e supondo que eles fossem uma representação ideal do que se queria mostrar, falar sobre algumas propriedades dos objetos, nomes e proposições elementares. Em outras palavras, em 3.1431, Wittgenstein não quer mostrar que uma relação não é um objeto, mas sim, que uma proposição não é o nome de um fato,

como Frege supunha ser. Para isso, ele recorre à notação russeliana que permite demonstrar isso claramente, sem precisar assumir para tal que no exemplo "*aRb*", "*a*" e "*b*" sejam de fato nomes de objetos e "*R*" não, pois esses exemplos não podem ser considerados literais (da mesma forma que um carro de brinquedo não pode ser considerado literalmente um carro). Assim, analisar e confrontar as diversas interpretações sobre o que são os objetos nos chama a atenção para o fato que Wittgenstein estava realizando uma reflexão lógica, sendo que como lógico, não importa *como* as coisas são, pois determinar propriedades extra-lógicas, propriedades que não podem ser conhecidas *a priori*, não é papel do lógico, mas de quem aplica a lógica.

Com isso em mente foi possível partir para a compreensão da teoria da verdade contida no *Tractatus*, que tradicionalmente é interpretada como uma teoria da verdade como correspondência. Porém, uma proposição negativa, segundo o *Tractatus*, é verdadeira justamente porque não corresponde ao estado de coisas representado pela proposição, parecendo ser assim um contra-exemplo de que o *Tractatus* é uma teoria da verdade como correspondência. Essa questão, em conjunto com a questão dos objetos, ajuda a compreender a questão da disputa realismo/anti-realismo no *Tractatus*. Em relação à teoria da verdade, é possível definir a teoria do *Tractatus* como "Teoria da Ocorrência", que diz que uma proposição é verdadeira se e somente se o que a proposição afigura ocorre. Para Glock (2006), isso explica a verdade das proposições negativas, pois o que uma proposição negativa afigura é o oposto do que a proposição positiva afigura, pois apesar de serem sobre o mesmo estado de coisas, elas possuem sentidos opostos, afiguram coisas diferentes. Mas como definir esta teoria da ocorrência? Como uma versão da verdade como correspondência? Como uma teoria deflacionária da verdade, como sugere Hacker (2000)? Não é fácil definir a teoria da verdade do *Tractatus*, e essa tentativa de definir não faz parte do objetivo dessa dissertação, mas sim, compreender as distinções que existem nas diversas teorias da verdade que são atribuídas ao *Tractatus*, como a teoria da verdade como correspondência e a teoria deflacionária da verdade, para compreender de fato o que há no *Tractatus* e qual a diferença entre o que há e o que alguns comentadores atribuem ao mesmo. A compreensão dessa distinção nos ajuda a tomar posicionamentos mais sólidos e embasados sobre outros aspectos da obra, como a questão do realismo.

Parece ser uma intuição básica do leitor do *Tractatus* que Wittgenstein defende nesta obra um realismo em relação aos objetos do mundo. E esta intuição parece se mostrar verdadeira, quando confrontada com as interpretações que atribuem à obra um anti-realismo. Isso é assim porque, na tentativa de se atribuir um anti-realismo ao *Tractatus*, é preciso também explicar como entender os objetos tractarianos e também como entender a verdade. Boa parte da análise realizada pelos autores

que defendem o anti-realismo no *Tractatus* partem da suposição de que os exemplos dados por Wittgenstein podem ser considerados exemplos legítimos de proposições elementares e nomes. Mas, como vimos, não é adequado e nem recomendado considerar tais exemplos como exemplos legítimos, pela limitação do próprio Wittgenstein na questão da notação e da tentativa de antecipar a lógica.

Wittgenstein, assim como não dá exemplos de objetos, não deixa claro explicitamente se defende ou não um realismo. Entretanto, é bastante claro que sua reflexão lógica sobre a linguagem parte de intuições básicas acerca do mundo e da realidade. A interpretação anti-realista acaba por não explicar corretamente as intuições metafísicas que Wittgenstein descreve tanto no *Tractatus* quanto em suas reflexões anteriores, além de não deixar claro a natureza da verdade nesta metafísica anti-realista. Neste debate, surge uma terceira alternativa entre o realismo e o anti-realismo, que não prioriza o mundo em relação à linguagem e nem a linguagem em relação ao mundo, mas defende que há uma simultaneidade em ambos, uma co-dependência entre mundo e linguagem, de modo que não é possível determinar prioridade alguma. Essa teoria, defendida por McDowell, acaba tendo que se aproximar do realismo para explicar a questão da verdade. A análise sobre esse tema torna explícito que, mesmo sem sabermos o que são os objetos, possuímos evidências suficientes para considerar que o *Tractatus* possui uma base metafísica realista.

Essa discussão prévia realizada no capítulo 3 desta dissertação pôde preparar de forma mais clara a argumentação para a discussão sobre o tema central desta pesquisa, que é a questão do isomorfismo, da representação e pensamento. Para iniciar essa reflexão, foi necessário levantar alguns elementos essenciais mínimos para considerarmos o isomorfismo no *Tractatus*, que fosse também coerente com a reflexão prévia realizada nos capítulos anteriores. Desse modo, as condições essenciais para que haja uma figuração que foram inicialmente identificadas são: (1) a bipolaridade da proposição; (2) toda figuração deve possuir uma estrutura; (3) toda figuração deve possuir uma forma de afiguração; (4) toda figuração deve possuir a relação afiguradora; (5) toda figuração deve possuir uma forma lógica. A partir dessas condições essenciais, foi possível analisar a necessidade de mais uma condição: o pensamento.

Segundo a linha de interpretação puramente formal, não há necessidade de nenhum elemento intencional para que ocorra a figuração. Os defensores dessa interpretação analisados nesse trabalho foram Marques (1995) e McMullen (1989). Para estes autores, a forma lógica de algum modo é dada de antemão, determinando assim o sentido das proposições e a referência dos nomes da linguagem. Ao examinar as conseqüências dessa interpretação, foi possível perceber que ela exige, para que um nome represente um objeto, uma identidade estrita nas possibilidades combinatórias entre ambos. Mas se dois

objetos são logicamente idênticos, a única coisa que diferencia um do outro é o fato de serem dois objetos (TLP 2.0233). Isso nos leva a questão de como é possível então diferenciar um objeto do outro, nestes casos. A explicação dada por McMullen sugere que essa identidade lógica pode ser entendida como uma conseqüência da noção de identidade do *Tractatus*, de modo que não é necessário algo a mais em adição à forma lógica para determinar o sentido dos nomes. Se dois objetos são logicamente idênticos, *mesmo sendo dois objetos diferentes*, isso somente implica que os nomes destes dois objetos podem ser substituíveis mutuamente nas proposições sobre estes objetos, *salva veritate*. Entretanto, aceitar isso é aceitar a tese de que as proposições elementares não são logicamente independentes, o que contraria uma tese central do *Tractatus*.

Outro problema observado na tese da representação puramente formal foi o fato de que, como há uma exigência da identidade lógica entre as possibilidades combinatórias dos nomes e dos objetos, a margem para a arbitrariedade na escolha dos sinais para representar é nula. Parece não ser possível escolher elementos que possuam uma multiplicidade lógica maior do que o objeto a ser representado, para representá-los, ou mesmo escolher elementos que possuam a mesma multiplicidade lógica para representar possibilidades diferentes. Se não há esta arbitrariedade, então como os nomes são determinados nomes dos objetos que representam? E como interpretar as passagens do *Tractatus* que indicam que a escolha dos sinais é arbitrária, como 3.315 e 3.322? Sendo assim, parece claro que apenas a sintaxe lógica, apenas a forma lógica, mesmo que de algum modo dada de antemão, não é suficiente para que ocorra a figuração. Neste caso, mostrou-se necessário considerar o pensamento como elemento intencional essencial para que ocorra uma figuração.

A partir dessa consideração, foram analisadas as interpretações denominadas mentalistas, principalmente as idéias defendidas por Hacker (1999) e McDonough (1994). A interpretação mentalista parte de uma evidência textual muito forte, que é a carta que Wittgenstein enviou a Russell, explicando a Russell alguns pontos que não ficaram claros para ele. Entre as explicações, Wittgenstein diz que não sabe quais os constituintes do pensamento – visto que ele é lógico, e não é papel do lógico saber quais são os constituintes do pensamento, e sim, da psicologia como ciência empírica – mas diz que *devem* existir tais constituintes, e que eles possuem o mesmo tipo de relação com a realidade que os nomes possuem. Supondo então ser o pensamento condição essencial, tornou-se necessário defini-lo com clareza. Em algumas passagens do *Tractatus*, como na proposição 3, Wittgenstein diz que o pensamento é a figuração lógica dos fatos. Porém na carta a Russell, ele sugere que pensamentos são fatos psicológicos. Assim, é possível perceber que aparentemente Wittgenstein entende "pensamento" de maneiras diferentes: ora em um sentido lógico, ora como um fato psicológico. Mas ainda assim, há

um terceiro sentido, que é o pensamento como ato psicológico que realiza a projeção da realidade na proposição afiguradora. Ao compreender esta ambigüidade no termo pensamento e considerá-lo como condição essencial, torna-se possível interpretar o *Tractatus* de modo consistente, sem deixar em aberto muitas perguntas. Torna-se possível, por exemplo, entender que o isomorfismo é uma condição lógica mínima para que um nome represente um objeto, e não a exigência forte de uma identidade lógica entre as possibilidades combinatórias. Compreendendo o isomorfismo como condição mínima, e tendo em mente a desambiguação do termo "pensamento", torna-se mais claro a possibilidade de escolhermos arbitrariamente termos para que funcionem como nomes nas proposições cotidianas, assim como é possível explicar a possibilidade como na linguagem, muitas vezes acreditamos estar projetando corretamente a realidade, mas no fim, estamos apenas produzindo contra-sensos. É justamente quando a gente se confunde no uso da linguagem que produzimos contra-senso, e estes contra-sensos causam diversos pseudo-problemas ou afirmações vazias, como por exemplo, os pseudo-problemas filosóficos, ou afirmações da ética ou da religião. É neste ponto que entra a filosofia como atividade terapêutica que tem como papel mostrar para aquele que produziu um contra-senso, que ele não conferiu corretamente significado a certos sinais em suas sentenças, e por isso, nada diz (TLP 6.53).

Referências Bibliográficas

ALTMANN, Silvia (1999). *A lógica e sua aplicação - o problema da antecipação das formas das proposições elementares no Tractatus Logico-Philosophicus de Wittgenstein* (Dissertação de mestrado).

_____ (1999). *A Lógica e sua aplicação - a antecipação das formas das proposições elementares no Tractatus de Wittgenstein*. Analytica, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-142, 1999.

ANSCOMBE, G.E.M.(1971) *An Introduction to Wittgenstein´s Tractatus.* London: Hutchinson University Library.

BAKER, G.P. (1984) *Scepticism, rules and language.* Oxford: Basil Blackwell.

_____ (1988) *Wittgenstein, Frege and the Vienna Circle*. Oxford: Basil Blackwell.

BEANEY, Michael (1997) *The Frege Reader*. Oxford: Blackwell.

BECKERMANN, Ansgar (1995) *Wittgenstein, Neurath und Tarski über Wahrheit*. Zeitschrift für philosophische Forschung, 49 . pp. 529-552.

BERBER, Natan (2007) *The Logical basis of the tractariano ontology*. In: Axiomathes, 17, pp.185-196.

BLACK, Max. (1964) *A companion to Wittgenstein´s "Tractatus".* Ithaca: Cornell University Press.

CARRUTHERS, Peter. (1990). *The Metaphysics of the Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press.

CONNANT, James (1990) *Throwing Away the Top of the Ladder*. The Yale Review, 79, n. 3: 328-364.

_____ (2000) *Elucidation and Nonsense in Frege and early Wittgenstein.* In: Alice Cray & Rupert Read (ed.). *The New Wittgenstein.* London: Routledge. Pp 174-217.

COPI, Irwing M. (1958) *Objects, Properties and Relations in the Tractatus*. Mind, 67, n.266, pp. 145-165.

COPI, Irwing & BEARD, Robert (eds.). (1966) *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. London: Routledge & Kegan Paul.

CORREA, Rogério S. (2009) *Pensamento e figuração no Tractatus Logico-Philosophicus.* Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 425-435.

CUTER, J. V. G. (2000) *"p" diz p.* Cadernos Wittgenstein, n1. PP. 57-68.

_____ (2002) *A Lógica do Tractatus.* Manuscrito (UNICAMP), Campinas, v. XXV, n. 1, p. 87-120.

_____ (2006) *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental*? Dois Pontos (UFPR), v. 3, p. 171-192.

DEWITT, Michael (1991). *Realism and Truth*. Segunda edição. Princeton: Princeton University

Press.

DIAMOND, Cora (1991) *Throwing away the Ladder: How to Read the Tractatus*. in: _____ The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind. Cambridge/Massachussetts: The MIT Press, pp. 179-204.

FAVRHOLDT, David (1964) *Tractatus 5.542*. In: Mind, New Series, Vol. 73, No. 292, pp. 557-562

FOGELIN, Robert. (1976). Wittgenstein. London: Routledge & Kegan Paul.

_____ (1982) *Wittgenstein´s Operator N*. Analysis, vol 42, pp.124-7.

FREGE, Gotlob (1997) *Function and Concept.* In: Beaney, Michael (ed.). The Frege Reader. Oxford: Blackwell. Pp 130-48.

GEACH, Peter (1981) *Wittgenstein's Operator N*. Analysis, vol. 41, n.4, 1981, pp.168-70.

GLOCK, H; Pereira, L.C.P.D. (1998) *Dicionário Wittgenstein*. Revisão técnica. RJ:Jorge Zahar Ed.

GLOCK, H. J (2006) *Truth in the Tractatus*. In: Synthese, vol. 148, pp.345-368.

GRIFFIN, James (1997) *Wittgenstein´s Logical Atomism.* Bristol: Thoemmes Press.

HAACK, Susan (1998) *Filosofia das Lógicas*. Ed. Unesp, SP.

HACKER, P.M.S. (1997) *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*. Bristol: Thoemmes Press.

_____ (1999) *Naming, Thinking and Meaning in the Tractatus*. Philosophical Investigations, vol. 22, n.2, PP. 119-135

_____ (2000) *Was He Trying to Whistle It?* in: Alice Cray & Rupert Read (eds.). The New

Wittgenstein. London: Routledge, pp. 353-388.

HINTIKKA, M. & HINTIKKA, J. (1994). *Uma Investigação Sobre Wittgenstein*. Trad. E.A. Dobranszky. Campinas: Papirus.

HORWICH, Paul. (1990). *Truth*. Oxford: Basil Blackwell.

ISHIGURO, Hidé (1969). "*Use and Reference of Names*" In Studies in the Philosophy of Wittgenstein, Peter Winch (ed.) London: Routledge & Kegan Paul, 1969. Pages 20- 50.

_____ (1979) *Subjects, Predicates, Isomorphic Representation, and Language Games*. In: Saarinen, B.; et al. (Hrsg.): Essays in Honour of J. Hintikka. Dordrecht. S. 351-364;

_____ (1990). "*Can the World Impose Logical Structure on Language?"* inWittgenstein — Eine Neubewertung. Akten des 14. Internationalen Wittgenstein-Symposiums, ed. R. Haller and J. Brandl, Hölder-Pichler-Tempsky, Wien, pp. 21–34.

JOHNSTON, Colin (2009) *Tractarian objects and logical categories*. In Synthese, Vol. 167, n.1. Pp 145-161.

LIVINGSTON, P. (2004) *"Meaning Is Use" in the Tractatus*, Philosophical Investigations

27(1) (January 2004): 34–67.

KENNY, Anthony (1981) *Wittgenstein's early philosophy of mind*. In: Perspectives on the philosophy of Wittgenstein (Oxford: Basil Blackwell)

_____ (1984a) *Wittgenstein*. Trad. Alfredo Deaño. Madrid: Ed. Alianza Editorial.

_____ (1984b) *The Legacy of Wittgenstein*. Oxford: Blackwell.

KIRKHAM, Richard. (1995) *Theories of Truth: A Critical Introduction*. Cambridge: The MIT Press.

MACHADO, Alexandre N. (2007) Lógica e forma de vida. RS: Ed. Unisinos

MALCOLM, Norman (1986) Nothing is Hidden. Oxford: Blackwell.

MARQUES, José Oscar de A. (1995) Pensar o sentido de uma proposição. Versão digital. Disponível em: http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/wittgenstein.htm Acesso em: 02 fev. 2010

MCDONOUGH, Richard (1986) *The Argument of the "Tractatus"*. New York: Suny Press.

_____ (1994) *Wittgenstein's reversal on the 'Language of Thought' doctrine*. The Philosophical Quarterly, vol. 44, n. 177.

MCDOWELL, John. (1998) *Meaning, Knowledge and Realism*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (1999) *Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster*. Editet by Marcus Willaschek. Verslag, Münster.

_____. (2000) *Mind and World*. Cambridge: Harvard University Press.

MCMULLEN, Carolyn. (1989) In what Sense is Logic Sublime?. Noûs, vol. 23, n. 23, pp. 35-61.

MIKEL, Anton (1998) Objects and Possible World in the Tractatus. In: Philosophia, 23, pp.383-403.

MOUNCE, H.O. (1981) *Wittgenstein's Tractatus*. Oxford: Basil Blackwell Publisher.

PEARS, David. (1975). *Wittgenstein*. Glasgow: Fontana.

_____ (1981) *The Logical Independence of elementary propositions*. pp74-84 in Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein, edited by I.Block, Blackwell, Oxford.

_____ (1987). *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press.

_____ (1988). *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy.* Vol. II. Oxford: Clarendon Press.

RAMSEY, Frank. P. (1950) *The Foundations of Mathematics*. M. A. Braithwaite (ed.). New York: The Humanities Press, pp. 263-269.

RHEES, Rush (1996) *Discussions of Wittgenstein*. Bristol: Thoemmes Press.

RICKETTS, Thomas(1996) *Pictures, Logic, and the Limits of Sense in Wittgenstein's Tractatus*, in Hans Sluga and David Stern, ed., The Cambridge Companion to Wittgenstein (Cambridge University Press, 1996), 59-99.

RUSSELL, Bertrand (1924). *Logical Atomism*, in: Contemporary British Philosophy: Personal Statements, London, First Series.

_____. (1956) *On denoting*, in: R. Marsh (ed.) Logic and Knowlwdge, London , Unwin Hyman.

_____(1994). *Philosophical Essays*, (Second Edition) London, Routledge.

_____. (1998) *The Problems Of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2010) *The Philosophy of Logical Atomism* . Routledge Classics.

SHANKER, S.G. (1987) "*Ludwig Wittgenstein – Critical Assessments*". Routledge.

SOAMES, Scott. (1999). *Understanding Truth*. Oxford: Oxford University Press.

STENIUS, Erik. (1960) *Wittgenstein's Tractatus*. Oxford: Blackwell.

VESEY, Godfrey (ed.). (1976). *Understanding Wittgenstein*. London: MacMillan.

WINCH, Peter (1987) *Language, Thought and World in Wittgenstein's Tractatus*. In: Trying to Make Sense. Oxford: Blackwell

WITTGENSTEIN, Ludwig (1980) *Wittgenstein's Lectures Cambridge 1930-1932: From the notes of John King and Desmond Lee* Oxford, Blackwell.

_____ (1984) *Notebooks – 1914-1916*. Ed. G.H. von Wright & G.E.M.Anscombe (ed.). Traduzido por G.E.M.Anscombe. Chicago: University of Chicago Press.

_____ (1993) *Some Remarks on Logical Form* in: James Klagge & Alfred Nordmann (eds.). Ludwig Wittgenstein: Philosophical Occasions. Indianapolis: Hackett Publishing Company, pp. 29-35.

_____ (2001) *Tractatus Logico-Philosophicus.* Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp.